

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIBE SALUA AYOUB

MADEIRA SEM LEI: *JAGUNÇOS, POSSEIROS* E MADEIREIROS EM UM
CONFLITO FUNDIÁRIO NO INTERIOR DO PARANÁ

CURITIBA
2011

DIBE SALUA AYOUB

MADEIRA SEM LEI: *JAGUNÇOS, POSSEIROS E MADEIREIROS* EM UM
CONFLITO FUNDIÁRIO NO INTERIOR DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre ao Curso de Pós-
Graduação em Antropologia Social do Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liliana de Mendonça
Porto.

CURITIBA
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

DIBE SALUA AYOUB

MADEIRA SEM LEI: *JAGUNÇOS, POSSEIROS E MADEIREIROS* EM UM
CONFLITO FUNDIÁRIO NO INTERIOR DO PARANÁ

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Líliliana de Mendonça Porto
Departamento de Antropologia, UFPR.

Prof. Dr. Paulo Renato Guérios
Departamento de Antropologia, UFPR.

Prof. Dr. John Cunha Comerford
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional - UFRJ.

Curitiba, 01 de setembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que participaram da construção dessa dissertação. Uma nota de agradecimento deixa pouco espaço, dentro de um trabalho formal, para eu dizer o quão profundamente elas afetaram minha vida. Essa etnografia é resultado, sobretudo, de aproximações e laços que construí. Mais do que meu conhecimento sobre certo assunto, ela acabou engrandecendo aquele que já era um vasto mundo. Por isso, às famílias de *posseiros*, que com tanta gentileza me acolheram em suas casas, dirijo todo meu respeito e meus maiores agradecimentos. E como a elas, também deixo meu sincero obrigado ao grande apoio de todos os membros da AFATRUP que possibilitaram minha pesquisa, e que em vários momentos ajudaram-me com o transporte pelo município de Pinhão, e com minha hospedagem. Ademais, agradeço às pessoas que pacientemente me receberam, e se importaram em compartilhar com essa estranha nova conhecida as respostas às perguntas que ela tanto lhes fazia. A hospitalidade e a generosidade de todos vocês, assim como as suas histórias de vida e de luta, são coisas de que jamais me esquecerei.

À Liliana. Sua dedicação ao que faz é admirável, e a curiosidade que emprega a cada novo tema que discute me foi bastante inspiradora. A oportunidade de dividir a experiência de campo e horas e mais horas de conversas e discussões foi fundamental para que eu conseguisse ampliar meu olhar e construir meus próprios caminhos. Obrigada, de todo o meu coração, pelo convite para participar da pesquisa em Pinhão.

A Jefferson, que me recebeu com tanta atenção no ITCG, compartilhando saberes e fontes de pesquisa. Assim como a ele, agradeço também aos demais membros do Projeto Memórias dos Povos do Campo no Paraná, pela iniciativa e pela acolhida.

A todos os professores do PPGAS, que tanto contribuíram com a minha formação. Em especial aos professores Ricardo Cid Fernandes, Andréa C. M. de Oliveira Castro e Paulo Renato Guérios, que participaram de minha banca de qualificação, e assim, discutiram meu trabalho. Suas palavras foram fundamentais na elaboração dessa dissertação.

A Miguel Carid Naveira, Coordenador do PPGAS, por sua dedicação ao Programa e sua preocupação com seus alunos.

À CAPES, cujo apoio financeiro me permitiu passar esses dois últimos anos concentrada exclusivamente em meus estudos.

Ao gentil amigo Carlos Eduardo agradeço a força e todos os auxílios, dos cotidianamente improvisados aos mais pontuais.

À amigona Gabi, parceira de correrias e tombos e taças. Obrigada, minha querida, por todo o seu carinho.

A Mauro, meu compadre, que está comigo desde meu primeiro dia de aula na UFPR. Sãos e salvos aqui chegamos e, assim espero, continuaremos!

À Narman e a Ramalho, que iluminam.

A César, amado meu, apoiador e companheiro generoso. Pelo apego ao presente, a paciência nas horas tensas, as longas conversas, os passeios pelo mundo, as tantas alegrias, e o afago de compartilhar a vida, torta como ela é.

À minha família. Que as distâncias são nada perto do amor.

(...) Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.

Fiquei notando. Em como Zé Bebelo aos poucos mais proseava, com ensejos de ir mostrando a valia declarada que tinha, de jagunço chefe famoso; e daí, sutil, se reconhecia da parte dele um certo desejo de agradar ao outro. E seô Habão, que escutava com respeito, devagarzinho pegava a fazer perguntas, com a idéia na lavoura, nos trabalhos perdidos daquele ano, por desando das chuvas temporãs e do sol grave, e das doenças sucedidas. O que me dava a qual inquietação, que era de ver: conheci que fazendeiro-mor é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório.

Guimarães Rosa, "Grande Sertão:Veredas".

RESUMO

A presente dissertação se centra nas experiências vividas pelos *posseiros* de Pinhão (PR) ao longo de um processo de conflito fundiário com uma indústria madeireira. Nas narrativas dos *posseiros* sobre o embate por terras, há a constante referência aos *jagunços*, homens armados que atuavam em prol do projeto de dominação sócio-econômica da firma. As dicotomias e complexidades que marcam esse conflito entre grupos distintos, sugeriram uma discussão que levasse em conta esses dois eixos de composição das memórias dos *posseiros*, assim como os modos com que estes compreendem os *jagunços*. Através dos seus relatos, o termo *jagunço* revelou-se uma construção específica, e desdobrável nas noções de *guarda* e de *pistoleiro*. Ele indica tanto uma oposição construída pelos *posseiros*, quanto a multiplicidade dos laços, categorias e arranjos engendrados no encontro entre a população local e a madeireira. A fim de compreender as narrativas dos *posseiros*, a análise etnográfica aqui proposta envolve a observação da atual situação dos sujeitos pesquisados, assim como os métodos da história oral. Tendo em vista uma compreensão mais ampla da configuração conflitiva em Pinhão, buscou-se dialogar com a biografia do madeireiro, e com fontes históricas sobre a exploração de madeira e embates em que os *jagunços* tomaram parte no Paraná. Discute-se, primeiramente, o estabelecimento da empresa no município, ocorrido segundo um projeto capitalista que se constrói sobre bases tradicionais e personalistas. A partir disso, analisa-se o plano de domínio territorial da madeireira, e o lugar dos *jagunços* dentro dele. Num terceiro momento, intenta-se compreender, através das memórias dos *posseiros*, quem são os diversos *jagunços* de que eles falam, e os diferentes modos com que esses agentes se inserem no conflito. Por fim, através das experiências vividas pelos sujeitos em confronto com a empresa, discute-se suas diferentes estratégias de interação com os *jagunços*, e a constituição de modalidades de resistência *posseira* face ao projeto madeireiro, ao longo do tempo.

Palavras-chave: Conflito fundiário, posseiros, jagunços, interação, sociabilidade, modos de dominação.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the experiences lived by the *posseiros* of Pinhão (PR) on a process of land dispute with a timber industry. In the *posseiros'* narratives about the conflict over their lands, there is a constant reference to the *jagunços*, who were the firm's armed men that acted in the interests of the company's socio-economic domination project. The dichotomies and complexities, which mark this confrontation between distinct groups, suggested a discussion that took into account these two composing axes of the memories of the *posseiros*, as much as the ways in which they comprehend the *jagunços*. Through their accounts, the term *jagunço* proved to be a specific construct that can be unfolded in the notions *guarda* and *pistoleiro*. It indicates both an opposition made by the *posseiros* and the multiplicity of links, categories and arrangements conjured up in the encounter between the local population and the industry. In order to understand the narratives of the *posseiros*, the ethnographic analysis proposed here involves the observation of the current situation of the subjects surveyed, as well as the methods of oral history. With the intention to have a broader understanding of the conflicting setting in Pinhão, the discussion that follows sought to dialogue with the biography of one of the timber company's entrepreneurs, and with historical sources on the exploitation of wood and some conflicts where *jagunços* took part in Paraná. The establishment of the company in Pinhão, that occurred under a capitalistic project built on traditional and personal bases, is the first theme argued here. From this, the industry's territorial domain plan, and the place of the *jagunços* inside of it, are examined. The third part of the work attempts to understand, through the memories of the *posseiros*, who are the various *jagunços* of whom they speak, and the different modes by which these agents enter in the conflict. Finally, through the subjects' experiences on the confrontations with the timber industry, it discusses the *posseiros'* different strategies of interaction with the *jagunços*, and the constitution of *posseira* resistance against the industry's project.

Key-words: Land conflict, posseiros, jagunços, interaction, sociability, domination modes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A EMPRESA MADEIREIRA E OS LAÇOS PESSOAIS	30
1.1 A EXPANSÃO MADEIREIRA NA “FRONTEIRA” GUARAPUAVANA.....	32
1.2 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA MADEIREIRA.....	43
1.3 DECADÊNCIA DA EMPRESA E ASCENSÃO DO MOVIMENTO DE POSSEIROS.....	57
2. OS JAGUNÇOS E O PROJETO MADEIREIRO	67
2.1 A “FAMA DE VALENTE” DE PINHÃO.....	68
2.2 O JAGUNÇO COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE MADEIREIRA.....	75
3. AS INSERÇÕES DOS JAGUNÇOS NO CONFLITO FUNDIÁRIO	84
3.1 O JAGUNÇO QUE VEM “DE FORA”.....	86
3.2 “JAGUNÇO E POLÍCIA É QUASE A MESMA COISA”.....	96
3.3 DE POSSEIRO A JAGUNÇO, DE JAGUNÇO A POSSEIRO.....	105
3.4 A AMBIGUIDADE DO PISTOLEIRO.....	115
4. VIVENDO ENTRE JAGUNÇOS: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	123
4.1 “SE VOCÊ NÃO É VISTO NÃO É LEMBRADO”: ESTRATÉGIAS DE INVISIBILIDADE.....	124
4.2 AMIGO DO PERIGO: O CASO DE SEU SEBASTIÃO.....	129
4.3 “O ESPÍRITO SANTO NÃO PEDE LICENÇA PRA DEUS PRA ATENDER E CASTIGAR”: OS ENFRENTAMENTOS DOS OLIVEIRAS.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	168

INTRODUÇÃO

Eu acabava de chegar em Pinhão, depois de 310 km rodados de ônibus desde Curitiba. Joaquim¹, homem de meia idade, importante sujeito e apoiador de minha pesquisa, veio me buscar na rodoviária. *Posseiro*², ele tem uma história peculiar de inserção no município, que nos remete às tramas do conflito fundiário lá ocorrido, o qual buscarei discutir nas páginas que se seguirão.

Em finais dos anos 1980, o pai de Joaquim comprou terras em Pinhão, as quais pertenciam às Indústrias João José Zattar S/A, madeireira que se tornou agente de expropriação dos *posseiros*, gerando uma situação de embate territorial ainda sem desfecho. Aquele senhor realizou a aquisição do imóvel após assistir, na rede de televisão de sua cidade no oeste paranaense, a propaganda de uma imobiliária que dizia “Compre terras no Paraná a preço de Mato Grosso”. Naquela época, a possibilidade de adquirir terrenos rurais baratos, no Sul do Brasil, já era bastante remota. Foi assim que diversos camponeses dessa região mudaram-se para o Mato Grosso e para os estados do Norte, onde a fronteira amazônica representava a existência de terras ricas e ilimitadas, vendidas a preços muito menores daqueles da porção meridional do país.

Motivado pela necessidade de adquirir terrenos para seus filhos, já que sua herança não seria o suficiente para que todos eles pudessem continuar em suas próprias terras, o pai de Joaquim comprou seis alqueires em Pinhão para seu primogênito, que não quis se mudar para lá. Mas Joaquim aceitou a empreitada e debandou-se para aquele lugar, crente de que teria de enfrentar um grande “sertão”, um “matão” que desbravaria nas bases do facão e da motosserra.

¹ Ao falar dos sujeitos pesquisados e dos lugares onde vivem, utilizo-me sempre de nomes fictícios, a fim de preservar o anonimato dessas pessoas, que muitas vezes se encontram em posição delicada.

² Indicativo de uma opção política e de uma posição específica no conflito social com a madeireira Indústrias João José Zattar S/A, o termo *posseiro*, enquanto categoria de luta pela terra, será melhor explorado posteriormente. Cabe ressaltar que, ao abordar as categorias nativas *posseiro* e *jagunço*, que assumem em Pinhão um caráter particular em relação a outros contextos rurais em que esses mesmos termos aparecem, opto pela grafia em itálico.

Contudo, não havia sertão na comunidade rural de Planalto, lugar de Pinhão em que o pai de Joaquim comprara as terras. A povoação pioneira daquelas áreas começara há muitos anos, ainda no século XIX. Além disso, tratava-se de um ambiente de *faxinal*, que em Pinhão designa as áreas de matas de araucárias, onde a população pratica o extrativismo de erva-mate, e costumava manter suas criações à solta. Quando Joaquim chegou em Planalto, as grandes árvores já haviam sido retiradas pelos exploradores da madeira. Ele então começou a fazer sua lavoura, mas os rendimentos eram poucos. O solo ruim para o plantio, e os animais dos outros moradores, que perambulavam livres pelo *faxinal*, traziam prejuízos ao seu trabalho. Por causa disso, Joaquim teve alguma discussão com seus novos vizinhos. A lógica dos que vinham “de fora”, após terem comprado terrenos da madeireira, era distinta daquela dos faxinalenses já estabelecidos no município. Naquele tempo, o próprio “sistema faxinal” (Chang, 1988; Souza, 2009; Souza, 2010) sofria intensas transformações, devido a essas novas interações entre estranhos. Os *posseiros* de *faxinais* foram praticamente proibidos de deixar seus animais soltos como tradicionalmente o faziam. As cercas, antes inexistentes nessas terras de uso comum para a criação, começaram então a compor a paisagem faxinalense.

Vendendo lenha, e contando com mais uma ajuda de seu pai, Joaquim conseguiu comprar outra área das Indústrias Zattar. Dois anos depois da chegada dele em Planalto, seu irmão mais velho reivindicou a terra que lhe havia doado. Joaquim, já casado com uma moça de Pinhão, iria mudar-se para o terreno recém-adquirido. No entanto, ele logo descobriu que aquela era uma terra de herdeiros, e não da empresa, cuja política, então, era de vender partes das imensas áreas que conseguira regularizar em seu nome, já que os terrenos, ainda que ocupados pelos *posseiros* faxinalenses, não estavam documentados em cartório. Essa população que estava nas terras quando a madeireira as angariou, permaneceu nelas, mesmo que para tanto tenha tido que assinar contratos de arrendamento com a firma³. Por volta de 1980, a

³Os contratos de arrendamento revelaram-se, a partir dos relatos obtidos em campo, um mecanismo elaborado pela madeireira para a apropriação e domínio do território. A fim de garantir a propriedade das terras de *posseiros* que havia documentado em seu nome, a empresa passou a redigir esses contratos, segundo os quais ficava acordado que o morador de

empresa começou a penhorar esses terrenos, bem como a vendê-los para pessoas de fora de Pinhão. Muitos desses compradores depararam-se, como Joaquim, com pessoas morando dentro das áreas compradas, e, mais além, com a situação de penhora das mesmas, o que impedia que as escriturassem em seus nomes.

Tendo em vista a impossibilidade de regularizar o terreno, Joaquim saiu daquela área e, com algumas de suas economias e os menos de 50% do valor que havia pago na terra irregular, devolvidos a ele num acordo, arrendou outro lote no município. Um ano depois, conseguiu juntar dinheiro para construir uma casa no terreno de seu sogro, em Serrinha. Até aquele momento, Joaquim não sabia que havia, em Pinhão, uma mobilização de *posseiros* contra a empresa madeireira.

Acontece que não era ele o único a ter sido lesado, ou expropriado, pelas ações daquela firma. O conflito com as Indústrias João José Zattar S/A, chegou a envolver cerca de 800 famílias de *posseiros*⁴ no município. Em 1987, com o suporte de entidades eclesiais, havia sido criada a Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), que passou a organizar reuniões nas comunidades rurais, e a estabelecer contatos com partidos políticos e advogados, a fim de reverter o quadro de expropriação dos *posseiros*. Em 1991, foi efetivado o Movimento de Posseiros, com o apoio e trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da AFATRUP, do Frei Domingos – membro da igreja local -, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Fundação Rureco⁵. Em 1992, o Movimento começou a promover a reocupação, por parte dos *posseiros*, de áreas da Zattar. “E aí que a gente foi entender tudo esse conflito agrário, fundiário no Pinhão, e eu resolvi garantir um pedaço de terra comigo reocupando as áreas”, contou Joaquim, em uma entrevista concedida em sua casa. Foi através desse processo de envolvimento com o Movimento e com a AFATRUP, que ele tornou-se *posseiro*.

determinada área passaria a ter de pagar um terço de sua produção para permanecer na mesma.

⁴ Dados da Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão.

⁵ Organização Não-Governamental fundada em 1986, a partir da iniciativa de Sindicatos e Associações de trabalhadores rurais do Centro-Oeste do Paraná e com o apoio de entidades da Igreja Católica. Seu objetivo principal é prestar assessoria aos trabalhadores rurais, em especial acerca de temas como: associativismo, organização da produção, beneficiamento, formação, capacitação e organização.

Joaquim tanto se comprometeu com essa questão, que hoje é uma das principais lideranças mobilizadoras de estratégias de regularização fundiária no município. Naquele dia em que veio me buscar na rodoviária, ele estava mais magro, e muito preocupado. Contou-me então que havia denunciado um membro do que chama de “baixo clero”⁶ da madeira em Pinhão, o qual é integrante do crime organizado que atua extraíndo pinheiros e outras espécies arbóreas ilegalmente. E que o sujeito já havia lançado avisos, pelo município, de que queria Joaquim morto. Não era a primeira vez que ele recebia esse tipo de ameaça.

No dia seguinte, Joaquim faria a gentileza de levar-me, pela manhã, até Imbuial, onde eu deveria encontrar a *posseira* Dona Francisca. Mais uma moça e seus filhos foram conosco, já que precisavam ir para aqueles lados do município. E era justamente em Imbuial, no terreno de frente para o portão de Francisca, que havia ocorrido a extração ilegal dos pinheiros. Um casal de agricultores, que estava lá estabelecido, andara vendendo araucárias para o madeireiro clandestino.

É geralmente assim que hoje funciona a negociação dessas árvores: ou os madeireiros invadem espaços de mata e retiram as araucárias “escondidos”, ou negociam com as pessoas que estão nessas áreas e compram os pinheiros. Depois que houve a denúncia, o casal de agricultores queimou sua casa e fugiu. Naquele dia, a polícia ambiental deveria ir até lá, por isso também Joaquim precisava estar presente, e oferecera-me a carona. Disse-me que eu poderia tirar fotos da situação e, de quebra, conversar com Dona Francisca, senhora cujas narrativas sobre o conflito com a Zattar foram significativas para minha pesquisa.

Chegamos na casa de Francisca por volta das 10h da manhã. Estava lá uma liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), esperando pela chegada de Joaquim e da polícia. Esse movimento possui acampamentos naquela região do município, e espera pela desapropriação de determinadas áreas, para que seus membros possam ser assentados. Os homens conversaram rapidamente, e Joaquim retornou ao carro, para levar os

⁶ É “baixo clero” justamente por uma oposição às Indústrias Zattar, as quais, ainda que hoje não tenham a mesma produtividade e o mesmo domínio territorial sobre o município, permanecem consideradas como o alto escalão da exploração de madeira em Pinhão.

outros caroneiros a uma localidade adiante de Imbuial. Fiquei com Francisca. Conversamos, almoçamos, e por volta das 13h, Joaquim estava de volta. O tempo foi passando. Logo era o meio da tarde, e nada da polícia aparecer. Joaquim e eu resolvemos, então, ir embora. Dessa vez, não havia mais caroneiros nos acompanhando.

O *faxinal* de Imbuial tem uma floresta relativamente densa. Dizem que não tanto quanto antigamente, quando as copas dos pinheiros juntavam-se umas nas outras, e embaixo das árvores era escuro até de dia. Mas naquela região estão algumas das áreas mais bem preservadas do município – não era à toa que estavam tirando madeira de lá. A estrada é estreita, com cercas de arame de ambos os lados, e vazia. Exceto por um trecho em que há uma igreja e o posto de saúde, não existe praticamente nenhuma casa até chegarmos na estrada de terra principal, a uns bons quilômetros de distância. Foi então que, em meio ao nosso retorno da casa de Francisca, me veio o medo: e se armam alguma emboscada para Joaquim no meio desse *faxinal*? O que é que eu vou fazer?

Essa foi a primeira e única vez que senti um temor que imagino ser próximo daquele que os *posseiros* falam, quando referem-se ao período em que o conflito entre eles e as Indústrias João José Zattar S/A estava em seu auge. Desde a década de 1970, e até bem recentemente, nos anos 2000, quando o último dos grandes *jagunços* dessa madeireira foi morto, não eram só “esperas” que eles tinham de enfrentar. Queimas de casas e de paióis, matanças de animais, ameaças de morte por recusarem-se a cumprir com os termos da empresa, tiroteios contra casas, assassinatos, tudo isso compunha uma atmosfera de terror, segundo as narrativas dos *posseiros* que vivenciaram a presença de *jagunços*, ou até mesmo embates com eles. No caso de Joaquim, essas ameaças persistem, embora estejam hoje relacionadas a outros agentes madeireiros. De modo que as memórias dos *posseiros* sobre o conflito com aquela firma, embora digam respeito a um passado relativamente recente, constroem-se num presente onde persiste a possibilidade de ocorrer esse tipo de violência. É na análise das lembranças que os *posseiros* elaboram acerca dos *jagunços* que atuaram em nome das Indústrias Zattar que está o foco da discussão que proponho neste trabalho.

A INSERÇÃO NO CAMPO E AS QUESTÕES DE PESQUISA

Em 2008, quando concluí a minha graduação em Ciências Sociais nesta mesma Universidade, comecei a participar do Projeto Memórias dos Povos do Campo no Paraná, integrado por professores de diversas Instituições de Ensino Superior do estado, e por um historiador, técnico do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG). O objetivo do Projeto era de, através de viagens pelo interior do Paraná, contatar grupos com histórico de conflito fundiário, e registrar suas memórias de luta pela terra.

Foi assim que, em abril de 2009, já cursando o mestrado, participei de uma viagem a Pinhão, onde aprendi um pouco da história dos *posseiros* do município. Por ocasião dessa primeira viagem, a equipe do Projeto conheceu a AFATRUP, cujo Presidente nos foi bastante atencioso e simpático. Nesse primeiro contato, eu não só conheceria ele, mas também Dona Margarida e Seu Camilo, igualmente fundamentais na construção de meu trabalho. Desde essa interação inicial, os *posseiros* contaram-nos sobre sua luta por terra, e dos enfrentamentos vividos entre eles e os *jagunços* das Indústrias João José Zattar S/A.

O contato com esses sujeitos, cujas histórias marcaram-me por suas imagens de violência e pela questão de sua resistência na terra, despertou meu interesse em estudar sua realidade. Essa possibilidade tornou-se ainda mais forte quando, em agosto de 2009, a AFATRUP solicitou ao Departamento de Antropologia da UFPR um estudo antropológico com os *posseiros* de Pinhão, que foi aceito e passou a ser coordenado pela Prof^a. Dr^a. Liliana de Mendonça Porto. O interesse da Associação diz respeito ao atual quadro de reivindicações por regularização fundiária no município, e a opção pelo estudo partiu de reuniões entre os representantes do Movimento de Posseiros e o INCRA, onde a própria instituição sugeriu-lhes que documentos científicos seriam importantes na composição dos processos.

Esse estudo antropológico, tal como vem sendo realizado, não prevê a confecção de relatórios de identificação e demarcação de terras, realizados nos

casos das regulamentações de territórios quilombolas e indígenas⁷. Optou-se, nesse sentido, pela elaboração de etnografias em moldes acadêmicos, o que foi facilitado pela negociação direta com a AFATRUP, e pela autonomia frente às instâncias governamentais. A presente dissertação é um dos primeiros resultados desse estudo mais amplo. Ela situa-se, portanto, num campo de luta ativa pela terra, de modo que a posição dos sujeitos pesquisados, e minha própria inserção em campo, estão relacionadas a esse contexto.

A compreensão das maneiras com que os *posseiros* rememoram suas experiências no conflito, e construíram suas estratégias de resistência na terra, é um tema importante a esse estudo. Ao longo do trabalho de campo, notou-se que não só os sujeitos em questão se dispõem a discorrer sobre o assunto, como que, quando o fazem, geralmente invocam a presença da madeireira através de seus *jagunços*. Por isso, opto aqui por dirigir minha análise ao modo com que estes são construídos nas histórias dos *posseiros* e, ampliando o foco, busco perceber como o conflito se delineou, não só a partir das narrativas, mas também pelo modo com que a madeireira se estabeleceu no município.

Em Pinhão, a categoria *posseiro* é de cunho político-organizativo, consiste numa construção identitária, e contempla uma heterogeneidade de sujeitos. Embora possa dialogar com descrições acadêmicas sobre o posseiro mais genérico, segundo as quais estes seriam sujeitos que “se estabelecem em terras ainda não aproveitadas, quer de proprietários, quer do governo”, e que “estão sujeitos à expulsão quando surgem proprietários com títulos verdadeiros ou falsos” (Pereira de Queiroz, 2009, p. 63), o termo *posseiro* é de grande abrangência no município, e percorre uma rede de milhares de pessoas que, direta ou indiretamente, viveram o conflito com as Indústrias Zattar. Essa categoria engloba sujeitos que ocupavam suas terras tradicionalmente através do “sistema faxinal”, os quais, geralmente por não possuírem seus títulos, foram expropriados pela madeireira. Por outro lado, o termo *posseiro* contempla indivíduos vindos de outras regiões do Paraná, que compraram terras da empresa em Pinhão, mas não puderam obter suas escrituras, devido à situação irregular dos terrenos. São *posseiros* também ex-funcionários da

⁷ No terceiro item da presente Introdução, abordarei o modo com que o trabalho de campo foi realizado, assim como o apoio concedido pela AFATRUP.

madeireira, que por ocasião da decadência da mesma, apossaram-se de terras dela. Ou ainda outros sujeitos que, como Joaquim, foram lesados pela firma e depois apropriaram-se de algumas de suas áreas. Herdeiros de *posseiros* ou de pequenos proprietários, que não teriam herança suficiente, igualmente ingressaram nesse processo de ocupações. Assim também, antigos *jagunços* tornaram-se *posseiros*, quando se identificaram com a luta dos mesmos.

As Indústrias João José Zattar S/A, por sua vez, caracterizam-se como uma empresa centrada na família Zattar, que se estabelece em Pinhão a partir da compra de árvores e de terras, e da constituição de uma rede ampla de laços pessoais. A madeireira é, nesse sentido, um empreendimento capitalista baseado em um esquema de dominação tradicional, e essas características sustentam sua pessoalização nos discursos de quem viveu o contato com ela. Através deles, percebe-se que a indústria não é tratada como tal, mas recebe a denominação “o Zattar”. Desde seu estabelecimento em Pinhão, na década de 1940, até os anos 1970, a empresa tratou de obter terras no município e registrá-las em cartório. A partir de então, ela passou a utilizar-se de homens armados, reconhecidos pelos *posseiros* como *jagunços*, os quais atuavam no sentido de garantir a propriedade das terras da madeireira. Eram eles que representavam “o Zattar” nas comunidades rurais. Ao longo dos anos 1980, a madeireira viveu um período de decadência, cujo ápice se deu por volta de meados dos anos 1990. Nessa época mais recente do conflito fundiário, ela constituiu um novo corpo de guardas, fardados e fortemente equipados, para reprimir as novas ocupações de terras que se espalhavam pelo município. Embora toque nesse novo corpo de seguranças em certos momentos, o recorte desse trabalho dirige-se mais especificamente aos sujeitos que os *posseiros* reconhecem como *jagunços*. Estes encerram a pessoalização, a territorialização, e as relações engendradas pela madeireira em Pinhão. Ressalta-se também que eles continuaram a existir enquanto agentes da empresa, mesmo com a organização dessa nova equipe de guardas patrimoniais.

Segundo o discurso político mais organizado de luta pela terra, os *posseiros* compreendem os *jagunços* como os responsáveis pelas ameaças e violência cometidas contra os sujeitos que se recusavam a cumprir com os termos da madeireira, alegando seus direitos sobre aquelas terras. Nos relatos,

a idéia de que os *jagunços* “mataram muita gente”, a mando de seu senhor, “o Zattar”, é uma constante. Nesse sentido, esse discurso mais geral invoca a definição semântica mais contemporânea do termo “jagunço” (Pereira de Queiroz, 1976), compreendido a partir de meados do século XX como o defensor valente de um chefe, que surge em novas áreas de colonização do país, atuando em prol de latifundiários, empresas rurais e companhias colonizadoras, em troca de salários. É um discurso que remete a uma luta política, organizando os termos *posseiro* e *jagunço* como opostos, num quadro dicotômico onde os pertencimentos parecem ser bastante claros.

Porém, quando se pergunta quem eram esses homens, de onde vieram, e qual sua posição no interior do conflito, há um deslocamento desse discurso mais geral para memórias individuais sobre a interação com os *jagunços* e as relações entre eles e os *posseiros*. A partir dessas narrativas específicas, tem-se que o *jagunço*, nas experiências do conflito em Pinhão, é um sujeito que pode ser simultaneamente concebido como “de dentro” ou “de fora” do município, “amigo” ou “ruim”, parente ou não dos *posseiros*, que estava nessa função “pelo salário” ou “porque gostava”, e que poderia passar de um lado a outro do conflito. Assim, ele acaba por destoar de sua definição mais genérica, e ganhar características particulares, segundo o contexto local, e o sujeito que conta sua história. Sua figura, portanto, não é algo óbvio, passível de uma caracterização certa, mas uma construção que envolve elementos da dominação madeireira, e relações entre os *posseiros* e esses homens. A partir dessas histórias de vida individuais, o conflito aparece como uma situação de pertencimentos instáveis e de interações ambíguas, que envolvem aproximações e afastamentos entre os agentes que ocupariam, em termos ideais, posições opostas dentro do embate.

Segundo Simmel, todo conflito é uma “sociação”, ou seja, uma forma de interação “realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual realizam seus interesses” (1983, p. 60). Embora não acredite na possibilidade de haver uma unificação pura, uma concordância e homogeneidade plena entre os grupos sociais, Simmel argumenta que, através do conflito, os grupos em disputa resolvem divergências e atingem uma unidade, ainda que para tanto devam aniquilar a parte oposta. Assim, o conflito

tem significado não somente para as relações das partes nele envolvidas, mas para a estrutura interna de cada uma delas:

A experiência cotidiana mostra quão facilmente um conflito entre dois indivíduos transforma cada um deles, não apenas em sua relação com o outro, mas também consigo mesmo. Antes de mais nada existem para o indivíduo as conseqüências desfiguradoras e purificadoras, enfraquecedoras ou fortalecedoras do conflito. Além do mais, existem as condições para o conflito, as mudanças e adaptações interiores que gera, pelo que significam de sua utilidade para efetivá-lo. (Simmel, 1983, p. 150)

Embora o autor dê ênfase considerável ao formalismo, à idéia de unidade de grupo, por outro lado, suas considerações sobre o conflito nos levam a indivíduos que, a partir de sua interação, transformam-se, aliando-se ou distanciando-se segundo seus ideais de efetivar o embate. Uma das mudanças que ocorreriam em nível de grupo seria a organização “centrípeta” dos sujeitos que compõem as partes conflitantes, concebida por Simmel como “forma objetivamente ideal de organização para o conflito”⁸. Essa unidade, por sua vez, pode se perder quando não há mais adversário. De modo que:

O conflito pode não só elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si. (Simmel, 1983, p. 157)

Para o autor, um dado favorável para a unificação do grupo seria a existência de uma ameaça permanente por parte do inimigo. Nesse sentido, percebe-se que, em Pinhão, sujeitos bastante distintos, que muitas vezes não se conheciam previamente, e que ocupavam posições diferentes dentro de ambos os lados do conflito, passam a integrar o Movimento de Posseiros. Para além de existirem possibilidades de luta armada nessas interações entre eles e os *jagunços*, há uma empresa que é tida pelos *posseiros* como uma ameaça que se constitui ao longo de vários anos. As questões levantadas por Simmel permitem, então, perguntar se seria possível compreender o *jagunço* como elemento que diz respeito ao modo com que os *posseiros*, em suas narrativas, percebem suas trajetórias na luta por terras. Ou, pensando na parte contrária desse embate, representada pela madeireira, questionar em que

⁸Ibid., p.153.

medida o *jagunço* compõe um elemento fundamental de sua interação com os *posseiros*, a fim de estabelecer seu domínio territorial.

Se é possível identificar lados contrários no conflito, e ideais de dominação que permeiam as interações entre eles, o próprio modo com que o embate se constitui faz com que seja mais interessante perceber as relações tanto no interior de cada lado, como nos lados entre si, enquanto processos decorrentes da “interdependência e interpenetração de ações de muitas pessoas” (Elias, 2008, p. 105). A fim de compreender como o *jagunço* é construído nas narrativas, parte-se do pressuposto de que os *posseiros* inseridos nessa situação de conflito são mutáveis e diferentes e, a partir disso, busca-se analisar suas posições nessa configuração, e o modo com que consideram os *jagunços* dentro da mesma. Assim, toma-se os próprios *jagunços* também como processos, e como sujeitos que possuem uma série de laços tanto com a madeira, quanto com aqueles que supostamente deveriam ameaçar. São essas relações, tais como construídas nas narrativas, que sustentam as maneiras com que os *posseiros* definem e julgam determinados *jagunços*, a partir de critérios de aproximação e de distanciamento.

Por outro lado, sendo essas definições e construções da figura do *jagunço* amplamente voltadas a elementos relacionais, deve-se analisar que relações são essas de que os *posseiros* falam quando compreendem esses agentes. E para além disso, perceber que valores são acionados na construção desse repertório de possibilidades. Aí surge um dos grandes desafios da análise, ou seja, como lidar simultaneamente com proximidades e distâncias, dicotomias e complexidades, que surgem a partir dessas interações, gerando novos laços de sociabilidade. Embora esse seja um universo onde os encontros entre indivíduos parecem muito provisórios e novos, as memórias dos *posseiros* acionam valores que se confundem entre concepções locais de honra e de construção de reputações, e a nova visão de uma rede mais ampla de dominação. Através dos relatos, percebe-se que os *jagunços* muitas vezes atuavam segundo esses valores locais. A própria empresa, a fim de se estabelecer como elemento de poder dentro dessa rede de relações, dialoga com a lógica local, com o objetivo de construir sua estratégia de dominação.

Tendo em vista essas questões, um dos objetivos aqui propostos é o de compreender a inserção do *jagunço* no conflito fundiário em Pinhão,

percebendo-o como agente que se situa, ao mesmo tempo, em redes de interações face-a-face com os *posseiros*, e numa cadeia de relações mais ampla, que constitui o projeto madeireiro sobre o município. Analisa-se, a partir das narrativas e histórias de vida dos *posseiros*, quem são os homens que esses sujeitos compreendem como *jagunços*, e em que medida isso tem a ver com a visão que constróem das relações e estratégias que a madeireira estabelece no município, assim como de sua própria luta frente a esse processo. Para tanto, discute-se a consolidação da empresa na região, ou seja, como ela articula as bases de suas ações, por que os *jagunços* lhe são interessantes, e como ela justifica o uso desses homens armados.

Outro eixo de análise diz respeito às maneiras com que os *posseiros*, em suas narrativas, dizem das interações estabelecidas entre eles e os *jagunços*. Ou seja, como, num contexto de intimidação pessoal e de ameaça de expropriação, articulam-se diferentes modalidades de relação entre os sujeitos que tomam parte no conflito. É principalmente através dessas interações, mas também a partir de histórias que circulam no município, que os *posseiros* constróem, através de seus próprios valores, julgamentos e reputações distintas acerca de determinados *jagunços*. Busca-se compreender que elementos são acionados nessas narrativas, e como eles elencam múltiplas possibilidades de ações e de respostas nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Esse estudo fundamenta-se em dois meses de trabalho de campo, ora realizado em conjunto, ora individualmente. Em dois momentos, que consistiram em períodos quinzenais nos meses de fevereiro e maio de 2010, fui a Pinhão com minha orientadora. Naquele fevereiro, ficamos hospedadas na sede do município, e percorremos cerca de 12 comunidades rurais de Pinhão, com o apoio de um carro de passeio e de um jovem rapaz da AFATRUP. Nesse período de primeiro contato mais intenso com a realidade local, foi possível ter uma visão geral do que a madeireira representa ao atual contexto fundiário do município. Não só conhecemos e ouvimos as histórias de diversos

sujeitos que viveram o conflito, como também tivemos uma noção dos efeitos destes sobre a paisagem de Pinhão. Ter conhecido o principal reduto das serrarias da empresa madeireira, a Zattarlândia, foi outro dos pontos significativos dessa fase da pesquisa.

Em abril de 2010, dois meses depois de ter retornado de meu primeiro período de campo, foi sentenciada uma reintegração de posse a favor da madeireira, em uma área de *faxinal*, onde diversas famílias de *posseiros* sofreriam mandados de despejo. A AFATRUP, então, organizou uma reunião com o INCRA em Curitiba, convidando-nos, através de seu Presidente, para participarmos dessa discussão. A comitiva vinda de Pinhão contava com: o Presidente e o advogado da AFATRUP, um vereador pinhãoense, duas funcionárias da Câmara de Vereadores, e em torno de quinze *posseiros* e representantes do MST. Além deles, participaram da reunião dois assessores de deputados federais, um deputado estadual, três membros do ITCG, o chefe da Divisão de Terras do INCRA, assim como o Superintendente dessa instituição. E por fim, estiveram também presentes Miguel Zattar Filho (atual Presidente das Indústrias João José Zattar S/A) e o advogado da madeireira.

No momento atual, a Zattar almeja resolver todas as suas pendências legais, sendo este, também, um novo contexto em sua história de exploração florestal. Agora, a empresa trabalha basicamente com o plantio e a extração de madeiras reflorestadas. Na reunião com o INCRA, filmada pelas funcionárias da Câmara, e posteriormente assistida por diversos *posseiros* de comunidades rurais distintas, as Indústrias João José Zattar S/A abriram mão de sua reintegração de posse, e doaram 20 mil hectares de terras para a reforma agrária no município. Essa grande área será paga à madeireira pelo Estado, e à vista, segundo o seu atual valor de mercado. Num encontro recente com o Presidente da AFATRUP, ele manifestou sua angústia frente ao fato de o processo se encontrar parado. A própria empresa, por sua urgência em receber o valor das terras, vem pressionando o INCRA para que este efetue a desapropriação e pagamento daquelas áreas, que deveriam ter ocorrido em julho de 2010.

O fato de termos participado daquela reunião em Curitiba acabou por interferir positivamente sobre nossa próxima ida a campo, que foi articulada após a reunião, com um dos *posseiros* presentes. Em maio de 2010, ficaríamos

na comunidade de Cascatas, área de *faxinal*, hospedadas na casa da mãe daquele *posseiro*. O vídeo da reunião em Curitiba havia sido assistido naquela localidade, e desde os primeiros dias de nossa presença lá, algumas pessoas que visitamos disseram ter nos visto na gravação, que teve o efeito simbólico de marcar nossa posição em campo. Depois dela, alguns sujeitos passaram a perceber-nos como pesquisadoras que estavam de algum modo vinculadas à luta deles.

Enquanto pessoa que desenvolve um estudo antropológico relacionado às reivindicações por terras no município e solicitado pela AFATRUP, possui um comprometimento claro com os *posseiros* que buscam sua regularização fundiária. Isso possibilita a construção de determinadas relações e também gera constrangimentos, em especial nesse ambiente marcado por inimizades entre certas lideranças políticas. Essas desavenças não ocorrem somente dentro do Movimento de Posseiros, mas também entre este e outros movimentos sociais que atuam em Pinhão, a saber, o MST, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Todos eles possuem propostas distintas de ocupação e regularização fundiária, e divergências ideológicas e pessoais uns com os outros. Num contexto como esse, é fundamental ser identificada com um lado específico, a fim de construir as relações de pesquisa. Estar em campo implica, assim, em certo “ativismo circunstancial” (Marcus, 1995, p. 113), já que estamos sempre em negociação, assumindo compromissos pessoais. Os sujeitos esperam determinadas coisas de nós, e enquanto se constrói relações com eles, novas lealdades e comprometimentos vão surgindo.

Porém, ressalto que o próprio Presidente da AFATRUP, que também é vereador do município, não participou diretamente de nossas idas e vindas às comunidades e residências de outros *posseiros*. Para ele, isso poderia causar certo desconforto, e nos impediria de ouvir determinados assuntos, já que as desavenças políticas, tanto quanto a demora no desenrolar das regularizações, acabam por refletir-se nos temas que são tratados pelos sujeitos pesquisados. Ainda que essa relação com a AFATRUP permita e limite algumas relações, é preciso tomar cuidado com o que e com quem falar de certos assuntos. Evidentemente, nesse contexto de hostilidades, tudo parece ser muito inseguro, caminha-se pisando em ovos o tempo todo. Se é preciso ter

comprometimentos claros, também é necessário ter certo jogo de cintura, enfatizando a autonomia frente às instâncias políticas do município, ao mesmo tempo que destacando que o estudo resulta de uma relação com a AFATRUP.

No período que ficamos em Cascatas, pudemos gravar mais entrevistas com os *posseiros* daquela localidade, que já havíamos conhecido em fevereiro daquele ano. Por outro lado, estabelecer-se por mais tempo naquela área tornou-se fundamental para compreender como foi a dinâmica de expropriação naquela região específica, e as histórias e genealogias das famílias que lá vivem. Por fim, retornei sozinha a Pinhão em fevereiro deste ano. Desta vez, passei alguns dias no centro do município, deslocando-me até algumas comunidades de ônibus. Também permaneci por um tempo em Cascatas, novamente na casa da mesma senhora que havia nos recebido anteriormente. O retorno àquela localidade foi bastante enriquecedor, pois pude conhecer outras pessoas e ouvir mais histórias dos sujeitos que já havia conhecido, o que de fato contribuiu para a consolidação de minhas relações naquela comunidade.

De Cascatas, fui até a localidade de Rio Bonito, em busca das histórias de Seu Sebastião, *posseiro* que é por muitos considerado um ícone do início do Movimento. Durante aqueles dias, fiquei hospedada na casa da nora desse senhor, que já havia conhecido em outra ocasião. Em certo momento, também fui requisitada a explicar melhor o que eu estava fazendo lá. Novamente as pessoas pediram por minha posição, pois achavam que eu era técnica do INCRA, tendo em vista minhas incessantes perguntas sobre genealogias familiares, ocupação das terras e relações entre os *posseiros* e a empresa madeireira. Sempre procurei deixar claro que sou uma pesquisadora da UFPR, e que o estudo em Pinhão havia sido solicitado pela AFATRUP. No entanto, as perguntas sobre o quê exatamente eu estava estudando surgiam o tempo inteiro. Eu buscava, então, explicar que pesquisava a história dos *posseiros*, assim como as lembranças sobre o período mais intenso de conflito com a Zattar e seus *jagunços*.

A análise aqui apresentada baseia-se na convergência de diversos elementos. Entre eles estão as narrativas dos *posseiros*, gravadas ou registradas em diário de campo, assim como a observação de sua atual situação. Essas lembranças geralmente se centram em experiências que se

constituem através de um longo período de tempo, entre os anos 1970 e meados de 1990. Embora individuais, elas abordam aquilo que os sujeitos elaboram como sua versão da própria história e do processo de inserção da madeireira no município. Por outro lado, elas demonstram diversas possibilidades de concepção dos *jagunços*, e de interação com os mesmos. Discuto também narrativas de pessoas que, embora não se reconheçam como *posseiras*, vivenciaram o processo de expansão da empresa sobre o município.

Algumas das entrevistas aqui transcritas resultaram do trabalho em equipe realizado em Pinhão. Nesse sentido, busco salientar os nomes das pesquisadoras que fazem as perguntas. Evidentemente, a pesquisa em equipe traz algumas questões para discussão. Trata-se de duas pessoas com experiências distintas, olhares e questões diversos e, também, marcadas pela relação professora-aluna. A possibilidade de, em certos períodos, realizar o trabalho de campo em conjunto, propiciou uma variedade de discussões que certamente não existiriam se ambas as pesquisadoras não conhecessem de perto o contexto de Pinhão.

Acerca das entrevistas, destaca-se que muitas vezes não só havia duas pesquisadoras em questão, mas também familiares dos sujeitos que, ou faziam-se presentes o tempo todo, ou passavam pelos cômodos onde estava sendo gravada a narrativa. Com o passar do tempo, notou-se que esse era também um dado de campo: ao entrevistar os sujeitos em suas casas, outras pessoas, ainda que silenciosamente, tomavam parte nesses eventos. Foi interessante, então, perceber as diferenças entre as narrativas gravadas e as falas anotadas em diário de campo, e comparar as gravações feitas em equipe, ou individualmente. Percebeu-se que não importava muito se eram duas ou somente uma pessoa gravando o relato de um *posseiro*, este sempre possuía um controle sobre a conversa. Entretanto, as questões colocadas eram diferentes, assim como o campo de diálogo que se formava em torno do evento narrativo. Por outro lado, há coisas que não se fala para mais de uma pessoa, e nem para um gravador. É aí que as anotações em diário de campo, assim como a percepção dos não-ditos, também fazem parte da análise etnográfica.

Como afirma Portelli (2010, p.19), “a narração oral da história só toma forma em um encontro pessoal causado pela pesquisa de campo”. Os conteúdos da memória são organizados num diálogo entre entrevistador e

entrevistado, que envolve o esforço do pesquisador em provocar as falas dos nativos, através de sua presença e de suas questões. É assim que “a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo”⁹. Não existe um observador e um observado, mas uma troca de olhares, um ir e vir performático que se constitui através de uma entrevista, no meio da qual existe um gravador ou um bloco de notas.

Segundo Bourdieu (2002, p. 143), a comunicação é afetada pela permanente referência à estrutura da relação social entre os agentes que a efetuam. Seria uma ilusão, portanto, acreditar que as pessoas que contam suas histórias o fariam sempre da mesma maneira, independentemente de seus ouvintes. Tanto quanto observamos, somos também observados e posicionados em contextos de relações. Os sujeitos possuem uma visão do que nós, pesquisadores em busca de suas narrativas, podemos e gostaríamos de ouvir, assim como das diferenças entre eles e nós. As próprias perguntas colocadas a eles, por vezes, parecem não lhes fazer nenhum sentido, e não geram respostas, mas sim a continuidade da fala anterior, ou a quebra para um outro assunto diferente.

Se as narrativas permitem-nos perceber as barreiras que os sujeitos entrevistados nos impõem, é preciso também tentar ultrapassá-las. Nem sempre isso é possível, mas volta e meia alguma transgressão pode acontecer. Para além das gravações de entrevistas, que em certos momentos não foram permitidas, os retornos e novas visitas às casas das pessoas cujos relatos já haviam sido gravados, revelaram-se muitas vezes situações de ampliação e contestação dos registros anteriores. Em algumas ocasiões, os sujeitos diziam que haviam se lembrado de coisas que não entraram na gravação, e então contavam mais fatos. E em outras, as pessoas falavam de eventos que contradiziam ou colocavam em xeque aquilo que haviam dito antes.

Assim, as próprias perguntas que dirigimos aos sujeitos de pesquisa fazem com que eles mesmos tenham de refletir novamente sobre velhos assuntos, às vezes mudando seu próprio modo de pensar sobre eles. Se a memória é um processo ininterrupto de seleção, onde o tempo funciona como elemento que “tanto leva embora, quanto adiciona” certos assuntos (Portelli,

⁹Ibid., p.20.

1991, p.62), é na interação entre entrevistador e entrevistado que essas lembranças são trazidas para a oralidade. As ocasiões onde se percebe que um sujeito reinterpreta de outro modo o mesmo evento, ou em que diferentes sujeitos percebem situações idênticas de modos muito distintos, levam-nos a perceber as narrativas como atos que reinterpretam o passado (Barth, 2000, p. 173). Nesse sentido, elas não só permanecem sempre contestáveis, como também “seu significado pode ser reescrito”¹⁰.

Enquanto composição, a memória é construída segundo determinadas noções de ordem e valores, e compreendida de acordo com o contexto em que se insere o sujeito que a narra. Ao mesmo tempo, ela expressa a continuidade de determinadas relações de poder, ao longo de um período de tempo. Assim, a memória não é fixa, atemporal, mas deve ser percebida enquanto processo construído no e com o tempo (Fabian, 1998). A identificação de um evento, e de seu significado, fundamenta-se na rede de acontecimentos sequenciais ou simultâneos aos quais se conecta. Disso decorre que uma situação rememorada, tanto quanto um *jagunço*, não existe como realidade objetiva, mas é construída como tal pela rede de relações em que se insere (Portelli, 1991).

A diversidade de experiências particulares relacionadas à violência vivida pelos *posseiros* e faxinalenses de Pinhão, revela não somente as ambiguidades do sistema instaurado com a chegada da Zattar, como também as próprias relações pessoais estabelecidas entre a empresa e a população local. Cada sujeito com quem conversamos tem uma visão parcial de acontecimentos históricos e da situação fundiária atual. Como lidar com essas visões distintas, a fim de produzir, através delas, um conhecimento mais amplo sobre o conflito, é outro dos desafios da pesquisa. Por isso, ao invés de tomar aquilo que é imediatamente observável como centro da análise, busco perceber de que forma as narrativas ouvidas se conectam a condições objetivas mais amplas. Para tanto, é imprescindível o olhar sobre o contexto em que se insere o sujeito que narra determinada história, observando as “condições sociais de produção das lembranças” (Guérios, 2008, p. 371). Se a posição de um sujeito em determinada configuração influi sobre a produção de suas memórias

¹⁰Ibid, p.176.

individuais, os princípios dessas relações devem ser levados em conta na análise das narrativas sobre os *jagunços*. Além do esquema de percepções que produz e é produzido pela sociabilidade nativa, um olhar sobre a posição dos agentes permite compreendermos também a ênfase que eles dão a determinados assuntos, e o que é silenciado em suas recordações.

Por isso, é necessário também atentar para as maneiras com que os sujeitos constroem suas narrativas. O que falam, de que lugar, como encadeiam os acontecimentos, a que pontos dão maior ou menor ênfase, e também aquilo de que não se fala, são aspectos a serem destacados. Além disso, as funções desses atos de linguagem revelam-se diversas. Eles podem tanto afirmar o estatuto de seus locutores, quanto modificar o desenrolar dos acontecimentos. Sendo assim, devem ser analisados para além das trajetórias e posições do sujeito que os narra. O sentido da fala, construída como uma percepção atual do passado, é compreendido segundo a conjuntura e “o campo das interlocuções que a precedem e a seguem” (Bensa, 1998, p. 52). Assim, ao proceder com a análise nas narrativas, percebe-se como as coisas vistas e ouvidas inserem-se em determinadas situações, tomando essas falas como processos que expressam relações, experiências e valores que, na medida em que são oralizados e circulam, dizem de uma construção presente sobre algo que já ocorreu.

Alargando o contexto de enunciação (Bensa, 1998, p. 49), é possível construir maiores considerações acerca do mundo social de que falam os sujeitos pesquisados. A partir de suas lembranças acerca dos *jagunços*, desenvolvem-se não só temas como os significados que os *posseiros* dão à sua luta pela terra, mas também são levantados elementos que compõem o conflito. Também explicitam-se valores e concepções de mundo que orientam e orientaram seu cotidiano e a interpretação dele. A inserção e consolidação da firma madeireira no município, e os modos com que ela se organizava e se relacionava com a sociedade pinhãoense, tornaram-se parte da construção da análise desses relatos. Por conseguinte, o diálogo com fontes históricas foi fundamental para a construção da análise etnográfica, possibilitando a contextualização da economia madeireira no Paraná, assim como dos conflitos de terras e da presença de jagunços nesse estado. Para além dessas fontes, a leitura de documentos dos arquivos da AFATRUP e do ITCG contribuiu para o

conhecimento de diversos eventos específicos, assim como do impacto da madeireira sobre Pinhão e da estratégia mais coletivizada de organização do Movimento de Posseiros.

Finalmente, a análise da biografia de Miguel Zattar (Monteiro, 2008), que tomo como perspectiva da firma sobre sua própria inserção em Pinhão, também compõe parte significativa das discussões que se seguirão. Feita pelo jornalista e escritor Nilson Monteiro, a obra foi publicada dez anos após o falecimento de Miguel, e realizada a pedido da família do madeireiro. Ainda que não seja construída de modo cronológico, a biografia, que pretende ser um trabalho de micro-história, traz dados acerca da chegada dos imigrantes libaneses Zattar ao Brasil, passa pela constituição da empresa madeireira e por eventos da vida de Miguel (infância, juventude, casamento e carreira empresarial), e descreve a decadência da firma e seu atual momento de reestruturação. A construção do texto é feita através de constantes referências a fatos históricos e econômicos vivenciados nacional e regionalmente, assim como pelo diálogo com diferentes sujeitos – familiares, amigos, funcionários, empresários – que conviveram com o personagem principal da obra. Ela carrega, assim, conteúdos amplos e discursos de pessoas distintas, sendo interessante para a discussão do percurso madeireiro em Pinhão.

A elaboração dessa etnografia, então, toma o conflito como processo e interação, a partir de histórias que conjugam o passado e o presente. Ao longo da discussão, a tensão entre dicotomias e complexidades, ou seja, entre lados ora bem marcados, ora aparentemente fluidos, tornou-se um tema fundamental. Nesse sentido, talvez a maior questão que se coloque aqui seja a de como, em contextos de conflito entre partes desiguais, lidar com questões de interação cotidiana dentro de um quadro claro de dominação.

É assim que, no Capítulo 1, busco compreender o modo com que as Indústrias João José Zattar S/A se estabeleceram no município, como era ele nessa época, quais as características do projeto madeireiro, e como é seu processo de ascensão e decadência. No Capítulo 2, discuto o lugar dos *jagunços* no interior da empresa, como ela e os *posseiros* justificam a presença desses homens armados, e em que medida estes são um elemento da construção do prestígio da Zattar. O Capítulo 3, por sua vez, trabalha com as diferentes inserções dos *jagunços* no conflito fundiário. Para tanto, analiso as

várias concepções que os *posseiros* elaboram acerca da condição desses funcionários da empresa, que podem ser percebidos como *guardas*, *jagunços* ou *pistoleiros*. Finalmente, o Capítulo 4 visa discutir interações entre *posseiros* e *jagunços*, de modo a perceber que elementos e valores são disputados no interior dessas relações, e como os discursos sobre elas dizem respeito a determinadas concepções de resistência na terra.

FIGURA 1 – MAPA DO PARANÁ COM ÊNFASE A PINHÃO E OUTROS MUNICÍPIOS



1. A EMPRESA MADEIREIRA E OS LAÇOS PESSOAIS

A exploração das florestas de araucárias nativas do Paraná foi uma das atividades que, junto à produção cafeeira, norteou os rumos da economia do estado ao longo do século XX. Porém, as serrarias foram muito mais do que estabelecimentos geradores de riquezas para essa região. Elas são, por si mesmas, parte importante da história do processo de ocupação das terras de florestas que, ainda no final do século XIX, permaneciam inexploradas. Até esse período, as bases da economia paranaense estiveram voltadas à erva-mate e ao tropeirismo, e as grandes propriedades da elite fundiária regional localizavam-se em especial nos ambientes de campos (Wachowicz, 1985), livres da vegetação densa dos pinhais. Com o início da construção de ferrovias no estado, um novo movimento de expansão das madeireiras para o interior, assim como de migração de pessoas de outras regiões para o Sul e Centro-Sul do Paraná, ganhou força.

Os empresários madeireiros que então se aventuraram pelas extensas florestas de araucárias não eram membros da antiga elite fundiária paranaense (Machado, 1968). No caso das Indústrias João José Zattar S/A, o patriarca que dá nome à firma era descendente de imigrantes libaneses que se firmaram como comerciantes, e posteriormente, construíram uma fábrica de caixas, passando então a lidar mais diretamente com a madeira (Monteiro, 2008). Cosmopolita, a família Zattar vivia em Curitiba, onde ficava o escritório da empresa, enquanto suas serrarias localizavam-se em diversos municípios da região Centro-Sul paranaense. Nota-se, entretanto, que esse cosmopolitismo, tanto quanto o fato de serem donos de um empreendimento industrial capitalista, não impediu que sua firma se estabelecesse em Pinhão a partir de bases tradicionais. Isso não só por se tratar de uma empresa familiar, mas também porque suas serrarias eram construídas de tal modo que seus funcionários, que viviam no interior do território madeireiro, eram pagos com uma moeda própria do estabelecimento, e possuíam laços pessoais de afeto e lealdade para com a empresa. Esta, por sua vez, é amplamente representada, nos discursos dos pinhãoenses, como “o Zattar”, numa espécie de

personalização que se articula a partir do modo com que a madeireira se estabeleceu no município.

Mas se do ponto de vista hegemônico as madeireiras são as responsáveis por inserir as regiões de matas de pinheiros no mapa econômico do estado do Paraná, isso não significa que essas áreas não estivessem ocupadas. No caso de Pinhão, não só havia a existência de povoamento desde o século XIX, como também grande parte da população local organizava seu território através do “sistema faxinal” (Chang, 1988; Souza, 2009). As áreas de florestas eram geralmente de posse das famílias que lá viviam, não estando regularizadas segundo os moldes da legislação nacional de terras. Isso facilitou que a madeireira regularizasse milhares de alqueires em seu nome. Com isso, as serrarias em Pinhão representaram também a inviabilização do código costumeiro local, a partir do momento em que agentes inseridos em outra lógica de propriedade e exploração econômica de terras passaram a fazer valer, mesmo que através de força armada, sua nova forma de construção e apropriação do território. Os *jagunços*, contratados a fim de garantir e marcar o espaço das terras da empresa, revelam-se sujeitos fundamentais no interior desse processo de dominação, que caracteriza o ponto de vista dos *posseiros* sobre o conflito fundiário.

Enquanto interação, o conflito entre *posseiros* e Indústrias João José Zattar S/A pode ser analisado pelas redes de relações engendradas, nessa configuração social, ao longo da expansão da madeireira em Pinhão. Através da pesquisa de campo, que incluiu não somente a observação da situação presente de diversas famílias de *posseiros*, mas também seus relatos sobre as experiências de embate com a empresa, tornou-se interessante compreender aspectos mais gerais acerca da própria economia madeireira no Paraná e, sobretudo, acerca de sua consolidação na região. Nesse sentido, o diálogo com fontes históricas e com a biografia de Miguel Zattar foram fundamentais na construção da análise etnográfica.

É através dessa multiplicidade de conexões e relações estabelecidas com fontes e sujeitos diversos, que esse capítulo busca situar a empresa em Pinhão. Essa análise primeira intenciona familiarizar o leitor com o complexo processo de mudança social engendrado com a madeireira, para que assim se tenha uma visão do contexto de conflito em que atuaram os *jagunços*. Aqui,

analisa-se a inserção de João José Zattar no município, as bases tradicionais do seu empreendimento, e como a empresa integrou-se nas redes de relações sociais locais. O objetivo principal dessa parte inicial é compreender as características sócio-territoriais da madeireira, e o deslocamento que esta sofre nos discursos dos pinhãoenses, que se referem a ela como “o Zattar”. Por fim, são levantados alguns dados do livro de Nilson Monteiro que permitem contextualizar a derrocada da firma.

1.1 A EXPANSÃO MADEIREIRA NA “FRONTEIRA” GUARAPUAVANA

A exploração de madeira no Paraná, embora realizada desde os primórdios de sua colonização, ganhou força somente no recente século XX, impulsionada pela construção de ferrovias no estado. Se até meados do século XIX, a presença madeireira esteve condensada no litoral paranaense, a partir dos anos 1890 esse quadro começou a ser gradativamente modificado, com o estabelecimento de serrarias serra acima, em virtude da nova malha ferroviária e, conseqüentemente, da maior possibilidade de escoamento da produção. Entre 1896-1899, havia 64 serrarias em atividade no Paraná, sobretudo ao longo da Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande, então em construção¹¹. Em pouco mais de vinte anos esse número quase triplicou, tendo sido contabilizadas, em 1920, 174 serrarias no estado, ao longo dos pinhais¹² e em inicial processo de afastamento dos trilhos de trem. Foi através dessa expansão que as florestas dos Campos Gerais paranaenses, e anos mais tarde, dos Campos de Guarapuava, passaram a ser visadas pelos madeireiros.

Em 1939, quando a madeira atingiu o primeiro lugar no ranking de exportações do Paraná, as grandes reservas guarapuavanas de araucária

¹¹Balhana, 1959, p.141.

¹² Também chamada de “mata de pinhais”, a mata de araucárias chegou a corresponder a 37% da vegetação do estado do Paraná. Encontra-se presente em planaltos, onde forma andares de 25 metros de altura, dentre os quais existem árvores e arbustos que variam entre 15 e 20 metros. Além da *Araucaria angustifolia*, conhecida como “pinheiro do Paraná”, esse tipo de mata também contém erva-mate e outras espécies arbóreas, como a imbuia, o cedro e a canela. Tratava-se, antigamente, de florestas densas, cerradas, contínuas, e bastante extensas. Atualmente, essa vegetação está reduzida, nos estados do Sul, a 5% de seu tamanho original.

permaneciam intactas. Foi somente a partir da década de 1940, que empresários paranaenses, e de outros estados, dirigiram-se para aquelas terras, a fim de explorar seus pinheiros. Uma década depois, Guarapuava se tornaria a região madeireira economicamente mais importante do estado¹³. Junto a essa nova leva de exploradores das matas guarapuavanas, João José Zattar estabeleceu, naquele território, ramos de seus negócios madeireiros, até então localizados na região de Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares.

Quando Zattar instalou sua primeira serraria em Pinhão, em 1949, o município, então chamado de Vila Nova do Pinhão, era distrito de Guarapuava. Dados da biografia do falecido filho de João José, Miguel Zattar (1938-1998), apontam, porém, que foi por volta da primeira metade da década de 1940 que o empresário começou a negociar pinheiros e terras na região¹⁴. Esta caracterizava-se, segundo a obra biográfica, as narrativas de seus antigos moradores, e fontes históricas, como de “fronteira” (Velho, 2009, p.106); ou seja, enquanto constituída por uma certa interpenetração populacional sobre o território, mas não por um verdadeiro “avanço” sobre o mesmo, de modo que a ocupação deste não estava plenamente consolidada, e nem sua população inserida em frentes mais amplas de desenvolvimento. Esse contingente populacional, no caso do distrito de Vila Nova, consistia em alguns grandes fazendeiros, em descendentes da elite campeira tradicional de Guarapuava, em pequenos proprietários de terras, e em posseiros faxinalenses. Pode ser visto como estando às margens de uma economia de mercado, voltada para a nação, tendo em vista que sua produção agrícola era predominantemente utilizada para a subsistência familiar, ou comercializada localmente.

O território guarapuavano, então, sofria transformações em termos de sua área total. Em 1928, o município abrangia 54. 454. 000 km², o equivalente a um quarto do estado do Paraná¹⁵. Após sucessivos desmembramentos ocorridos nos séculos XIX e XX, possui atualmente uma área de cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados. Essas reconfigurações da área total de Guarapuava, que somente entre os anos de 1941 e 1961 decresce em

¹³ Luz, 1980, p.48.

¹⁴ Monteiro, 2008, p.38.

¹⁵ Izidoro, 1971, *apud* March, 2010, p.15

cerca de 80%¹⁶, são igualmente indicativas de sua característica de “fronteira”, enquanto um espaço em movimento, que ainda depois da metade do século XX via seus limites sendo constantemente refeitos .

Essa qualidade de “fronteira” encontra respaldo no processo de colonização dos Campos de Guarapuava, iniciado em 1809. Ao longo do século XIX, a região constituía-se como um importante ponto de passagem e pouso de tropeiros, assim como de invernagem do gado que era levado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Para tanto, os fazendeiros estabeleceram-se nas áreas tidas como de “campos”, não possuindo interesse nas terras de “mato”, caracterizadas pelas vastas florestas de pinheiros. A colonização dessa região foi realizada de forma muito parecida com a dos Campos de Palmas, cuja “descoberta” havia se dado justamente por fazendeiros de Guarapuava. Consistia basicamente na ocupação processada em “caráter de arquipélago”, que se voltava à região de “campos”, deixando imensos espaços “despovoados”. Seus “centros” eram bastante improvisados, e costumavam mudar de local. Finalmente, esse modelo de povoamento, somado à importância do gado e do tropeirismo para a região, favoreceu o surgimento de uma “oligarquia campeira” (Wachowicz, 1985, p. 62-3).

No fim do século XIX, o declínio das atividades tropeiras, ocasionado especialmente pelo advento das ferrovias do café em São Paulo, gerou uma grande crise na economia regional, desestruturando essa elite campeira. Além da expansão da malha ferroviária no estado vizinho, outros fatores contribuíram para a desestabilização dos fazendeiros: a completa ocupação dos campos, impedindo que as novas gerações pudessem se estabelecer naquele sistema, e o comprometimento da capacidade de produção das terras, devido às sucessivas partilhas (Machado, 1968, p. 43).

Assim, os fazendeiros que permaneceram na região viram-se restritos a atividades econômicas “marginais”, que não os inseriam no mercado mais amplo. A exploração de erva-mate, no decorrer dos anos, não representou ganhos significativos para a economia regional, tendo em vista o limitado sistema de escoamento do produto – realizado por carroções que percorriam precárias estradas até Curitiba –, tanto quanto o fato de que a industrialização

¹⁶ Segundo dados do IBGE, em 1941 a área do município abrangia cerca de 53 milhões de quilômetros quadrados, enquanto em 1961 esse número decaiu a 11 milhões.

e comercialização final do mesmo eram realizadas na capital paranaense, e em Paranaguá (Silva, 1997). Somente na década de 1940 é que uma nova frente, voltada para o mercado econômico, atingiria Guarapuava como um todo.

Vila Nova do Pinhão, quando das primeiras vindas de João José Zattar, era um povoado de mais ou menos vinte casas de madeira, localizado “exatamente na linha onde a floresta encontra os campos” (Passos, 1992, p.15). A própria Vila, já que a ocupação daquela região havia se dado preferencialmente nos espaços de “campos”, marcava objetivamente essa “fronteira”, essa passagem para o terreno das florestas. Entretanto, o até então desinteresse pelas áreas de matas não significava que elas fossem vazios demográficos.

Através das genealogias e histórias das famílias de *posseiros*, que já viviam naquelas terras quando ocorreu o estabelecimento da indústria madeireira, tem-se que suas origens são bastante diversas. Além dos que descendem de famílias de fazendeiros e dos primeiros colonizadores da região, essa população compõe-se também de descendentes de indígenas, de migrantes oriundos sobretudo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e de outras regiões do Paraná, assim como de imigrantes europeus. Algumas famílias que chegaram na região entre fins do século XIX, e início do XX, possuem trajetórias relacionadas à Revolução Federalista (1893) e à Guerra do Contestado (1912-1916). Essas pessoas vieram fugidas, em busca de lugares onde pudessem se estabelecer e ficar distantes de atribulações. Além desses sujeitos, havia também os que procuraram a região a fim de escapar de questões que tinham contraído em outros lugares, fossem elas dívidas ou brigas com conterrâneos¹⁷. Por outro lado, embora de certo modo silenciada, a presença de um contingente populacional descendente de escravos também marca a região. Exemplo paradigmático dessa presença é Invernada Paiol de Telha, primeira comunidade quilombola certificada do Paraná, que possui um de seus núcleos no município de Reserva do Iguaçu, o qual foi desmembrado de Pinhão em 1997.

¹⁷ Diversas famílias ressaltam Pinhão como um lugar de pessoas bravas que foram para lá em busca de liberdade – fosse da polícia, de intrigas com conterrâneos, ou de guerras – e de terras em que pudessem se firmar.

A posse, enquanto modo de apropriação de territórios, era um sistema que vigorava nessas regiões de “fronteira” na primeira metade do século XX. Ao analisar a história da colonização das terras do sudoeste paranaense, Wachowicz constata que:

Mesmo nos terrenos das antigas fazendas, vigorava a posse. O colono vinha e comprava a terra de algum herdeiro. Como a fazenda não havia sido subdividida legalmente para os herdeiros, estes vendiam pequenas porções aos interessados, que lhes forneciam qualquer documento de desistência daquele pedaço de terra. Desta forma, o sistema usual de aquisição de terras no sudoeste, tornou-se a posse. (Wachowicz, 1985, p. 82)

Por posse, o autor entende “uma ocupação pura e simples de um pedaço de terra com morada e cultura, sem atender a preceitos jurídicos legais”¹⁸. Como afirmam os atuais *posseiros* de Pinhão, “aquele tempo diz que dava um fio de bigode que valia tudo”. Esse dizer anedótico indica que o modo de apropriar-se do território, naquela época, passava muito por mais por acordos costumeiros e por negociações entre vizinhos, do que pela confecção de documentos. Por outro lado, a noção de posse, tal como apresentada por Wachowicz, adquiriu contornos mais complexos na região Centro-Sul paranaense, tendo em vista que o “sistema faxinal”¹⁹, ali amplamente difundido, marcava o modo com que essa população ocupava o território regional. Moradora da comunidade de Planalto desde que nasceu, Dona Joana, *posseira* de setenta anos, descreve como era a relação de sua família com esse sistema de apropriação e divisão do ambiente, quando era criança:

D. Joana: Enquanto o velho era vivo, o velho trabalhava nos paiol. Lá no Areia. Ele trabalhava lá nos paiol. Então quando era tempo de colheita, ele me punha na garupa do cargueiro, e nós ia tudo pro paiol. Longe, estrada ruim. Mas iam. Colher feijão, colher milho. Daí traziam de lá.

Liliana: Ficavam quanto tempo no paiol?

D. Joana: Nós ficava a semana inteira, vinha no fim de semana, porque eles tinham criação.

Liliana: Ah, mas eles tinham casa aqui e o paiol lá em Areia.

D. Joana: É sim. Daí vinha de lá o mantimento, ia cargueiro de feijão pra malhar ali. Eles traziam uns quatro, cinco cargueiros. (...) Naqueles tempo os cargueiros de feijão eram os feixes de feijão que vinham amarrados por cima, na cangaia, eram uns feixes de feijão (...).

¹⁸Wachowicz, loc.cit.

¹⁹Chang, 1988; Souza, 2009; Souza, 2010.

Liliana: Eles iam plantar lá no Areia porque a terra aqui não era boa pra lavoura?

D. Joana: Não, era dividido, não era assim como, era dividido.

Liliana: Como é que era?

D. Joana: Lá no Xaxins tinha uma cerca. Tinha uma cerca, que vinha não sei da donde. Então aquela cerca varava, ia embora, se perdia do faxinal. Dali pra cá era criadouro, e dali pra lá era terra de planta. Daí era dividido lá, tinha um portãozão.

Liliana: Então as casas eram dentro do faxinal?

D. Joana: Eram no faxinal. E tinha terra de planta. Pra lá daquela cerca não tinha criação, só as planta. Daí eles compravam aquelas propriedade lá embaixo, eles tinham aqueles paiol lá embaixo.

Os usos do *faxinal* em Planalto eram regulamentados por uma organização peculiar do território, dividido com uma cerca bastante extensa, que se estendia pela região toda. As moradias das famílias, que compravam posses “lá embaixo”, nas “terras de planta” localizadas no declive de Areia, eram no *faxinal*, mas a sazonalidade da agricultura fazia com que tivessem de permanecer nos *paíóis* em certos períodos. Os roçados, por sua vez, eram particulares, cada família trabalhava no seu próprio espaço. A cerca delimitava, igualmente, a passagem para os “criadouros”, estes sim, terras compartilhadas para a criação de gado. Entretanto, havia divisões dentro do próprio *faxinal*, como aponta o relato do *posseiro* Camilo Oliveira, de oitenta anos, morador de Cascatas:

Liliana: E como é que era esse sistema de faxinal, que aí diz que tinha criação comum? Como é que funcionava?

Camilo: Como é que funcionava?

Liliana: É.

Camilo: Os antigos tinham uma cerca, uma cerca de cultura. Pra lá era cultura, pra cá era criador. Tudo combinou, e fizeram a cerca. Naquele tempo cerca de rolcheio. Tinha imbuial, tinha pinhal bastante, o povo derrubava imbuia, tirava aqueles tronqueirão, que era, eu mostro pra senhora, aqui ainda tem uns pedaço de tronqueira (...). Naquele tempo o povo tirava aquela tronqueira(...). Daqui pra lá era lavoura, pra cá era criador. Cada um criava um cabrito, criava um porco, criava uma vaquinha pra produzir leite, criava os animais pra trazer o cargueiro da roça. Cargueiro, que é outra condução. Por muito tempo, já tinha...

Liliana: E aí essa cerca como é que era? Fazia tudo junto?

Camilo: Tudo junto. Cada um pegava um tanto de cerca e fazia lá. Cada um tinha tanto que eles levavam. E daí tinha o inspetor municipal. Tinha o inspetor policial, tinha o inspetor municipal. O municipal recolhia a cerca, via se tava em ordem. Se não tava em ordem, ele vinha e falava pra aquele dono "tua cerca não tá boa" (...)

Liliana: E aí todo mundo mantinha aquela cerquinha ali bem feita?

Camilo: É, cada um tinha aquele tanto de cerca feita assim, dessas tronqueira antiga e bem reforçada e bem bom. Vedava a do porco era, tinha, tinha uma parte que era pnhadoumas tabuão larga assim tipo disto aqui, aqueles tabuão assim, pra não varar o porco. Igual aqui pra cima o gado, o animal já não pulava, nem o cabrito né. E a

porteira, se você queria passar com o cargueiro, ou trazer uma criação de lá, ou mudar, a porteira ali e a cerca vedava, e era, era tirado de frechame de pinheiro. Aqueles frechame de, de dois metro e meio de comprimento. Então bem ajeitadinho aqueles frechame. Quando ia ficando velho, podia derrubar outro pinheiro e tirar outros frechame, porque ele, ele tava de acordo com a lei, daí a lei mandava tirar madeira e ajeitar novo, pra não varar a criação na planta do outro, ou não dar prejuízo pro outro. Cada um tinha criação, cada um tinha sua lavoura. E um não incomodava o outro(...).

Liliana: E como é que sabia o que que era do senhor e o que que era do outro?

Camilo: Cada um marcava. Marcava. Aqueles que era de cortar a orelha, cortava a orelha. O porco, o sinal do Fulano, a marca do Fulano. Cada um que marcava e assinalava a criação. Podia ir lá na do outro, tá tudo reunida, mas o homem queria carnear o dele, ou queria qualquer coisa do dele, ou vender, ou o que, ele sabia qual que era o dele por a marca e por o sinal.

Liliana: E ninguém desrespeitava?

Camilo: Não, não roubava o do outro, e havia respeito. Muito, muito. O povo se respeitava assim, não tinha dúvida nos vizinhos, não tinha dano na planta.

Liliana: E já tinha as divisas certas também?

Camilo: É, as divisas certas, cada um sabia ali onde é que era o dele. Se respeitava assim. Era por água, depois cada um tinha um, tinha um terreno. Mas era assim, ninguém sabia onde era. A esperança é que era ali onde ele morava. Ele tinha já aquele terreno. Comprava-se o terreno no imóvel, imóvel como aqui, Imóvel Planalto. Então tinha aquele terreno, mas não tinha divisão. Não tinha divisão nenhuma. Esse tempo não tinha divisão.

Enquanto marca a existência de divisas, esse senhor também recorda que não havia “divisão”. Na visão de Seu Camilo, as divisas não eram limites entre as famílias individualmente, mas indicativos de uma localização mais geral, definida por características geográficas, como córregos, ou pelas frentes de cerca que cada morador ficava incumbido de conservar. As pessoas compravam seus terrenos “direto no imóvel”, mas não havia demarcações objetivas de onde a terra ficaria. Nesse sentido, a lógica local de ocupação territorial prevalecia sobre limites que constavam em documentos de terras, quando estes existiam. As compras eram realizadas pessoalmente entre os *posseiros* e pequenos proprietários do local, que negociavam suas posses ou propriedades, e os limites das mesmas. Cada qual possuía sua *frente*, termo que designa não só terrenos a partir da cerca que dividia o *faxinal das culturas*, mas remete a uma visão particular dos sujeitos sobre o espaço em que se localizavam. Foi assim que, certa vez, uma senhora ressaltou que “frente é como aqui, a frente da minha casa. Eu dizia onde acabava minha frente, e o novo morador que chegava tinha de acordar comigo as divisas da minha frente e a dele”. Com isso, se a criação ficava à solta, e não havia cercas repartindo

as divisas no *faxinal*, os moradores portavam um código de conduta onde cada um sabia qual terreno era o seu, aquele de onde poderiam usufruir da erva-mate e da madeira existentes.

O “sistema faxinal”, no caso de Pinhão, desdobrava-se portanto, em definições ambientais que, por sua vez, determinavam atividades específicas para cada um dos espaços por elas classificados:

1. *Faxinal*: ambiente de floresta de araucárias, onde ficava a morada familiar e criava-se o gado à solta; não havia cercas, as famílias estabeleciam-se em áreas cujas divisas eram acordadas costumeiramente entre vizinhos; os animais eram marcados de acordo com cada dono, justamente para não serem confundidos com os dos outros; praticava-se o extrativismo de erva-mate; solo considerado ruim para o plantio.
2. *Terras de cultura*: área de vegetação mais baixa e menos densa que as florestas, propícia para lavouras, onde a família construía um paiol, no qual residia em períodos específicos do calendário agrícola; não havia criação à solta; era cercada na linha que a divide do *faxinal*; consistia geralmente em ambiente de “campos”, ou de serras e beiras de rio, onde o solo é considerado melhor para o plantio.

Esse modo de apropriação do espaço, organizando-o segundo suas características ambientais e, a partir disso, distinguindo atividades específicas para cada uma de suas categorias, fazia com que o binômio *faxinal/terras de cultura* correspondesse quase sempre a áreas descontínuas. De modo que a noção de Wachowicz segundo a qual a posse era a apropriação pura e simples de um terreno, adquire, nesse contexto, novos contornos. No caso de Pinhão, o *posseiro* poderia ter posses descontínuas, ou estabelecer-se preferencialmente em *terras de cultura*, ou ainda, marcar a divisão *faxinal/terras de cultura* dentro de um mesmo terreno, definindo com uma cerca a linha divisória, ou valendo-se, por exemplo, da presença de um rio em suas terras para dividi-las, de modo

que não deixasse a criação acessar as lavouras. Nesses casos onde a *terra de cultura* é vizinha à de *faxinal*, o solo possui basicamente as mesmas características em ambas, e a produtividade da lavoura é considerada mais baixa do que na *terra de cultura* tal como é idealmente concebida²⁰.

Assim, quando o madeireiro João José Zattar iniciou seus negócios no então distrito de Guarapuava, este caracterizava-se por uma ocupação populacional bastante dispersa no meio rural, e por uma pequena Vila. Embora o povoamento dessa região tenha se iniciado no século XIX, a decadência do tropeirismo fez com que ela não se inserisse no mercado hegemônico até meados do século XX. Essa desarticulação em relação à economia regional, o povoamento inacabado, assim como a territorialidade tradicional que marca localmente os terrenos de florestas de araucárias, permite que aproximemos o Pinhão da década de 1940 da noção de “fronteira”.

A compra de madeiras, tal como foi feita pelo empresário João José, iniciou-se antes mesmo da instalação de sua primeira serraria naquela localidade. Era feita através de intermediários, dentre os quais membros da elite fazendeira local, que levavam contratos de compra de árvores até as casas de pessoas em cujos terrenos havia pinhais. Foi também nesse período, ao longo da década de 1940, que a madeireira obteve suas primeiras terras no município.

O historiador Brasil Pinheiro Machado (1968, p. 43) destacou que os madeireiros que se instalaram nos Campos Gerais, nas primeiras décadas do século XX, não eram donos das áreas que exploravam, mas interessavam-se em negociar os pinheiros, tanto os comprando, quanto arrendando partes de propriedades. Ao debruçar-se sobre o tema das condições de compra e venda de pinheiros pelos madeireiros dos municípios de Tibagi e Imbituva, entre 1947 e 1964, Lavallo (1974, p.135) afirma que:

O ponto de partida para compreender essas transações, está em que a terra raramente era pretendida pelo comprador. O objetivo do contrato era a aquisição de pinheiros e madeiras de lei, pois a terra não possuía valor para os madeireiros, após haverem sido extraídas as madeiras.

²⁰ Costuma-se dizer que enquanto em *terra de cultura* o sujeito consegue colher cinco alqueires tranquilamente, no *faxinal* colherá somente meio, se plantar o mesmo alimento.

Segundo Lavallo, se o pagamento das árvores era feito à vista, o prazo de retirada dessas madeiras variava segundo a quantidade de pinheiros e de outras espécies adquiridas. Em vendas menores, esses prazos restringiam-se a, no máximo, dois anos. Quando o número de árvores negociadas era muito grande, os prazos chegavam a variar entre 5 e 30 anos²¹. Embora não adquirissem as terras onde estavam os pinhais, os madeireiros obtinham determinados direitos em relação a elas, previstos em contrato:

Esses direitos constavam das cláusulas contratuais e assinalavam que o vendedor obrigava-se a ceder ao comprador "...o terreno onde se achavam localizadas ditas madeiras para que essas possam construir estradas, ou estaleiros, pontilhões, carregadores para transporte...", sem que fosse necessário nenhum pagamento pelo uso da propriedade, "usando ainda de madeira que não for de lei, tudo sem indenização"²². Poderiam, ainda, os compradores instalar e manter unidades industriais necessárias ao corte e beneficiamento dos pinheiros, bem como transitar com veículos, motorizados ou não, durante o prazo estabelecido para retirada de madeira. A localização das unidades produtoras poderia, portanto, verificar-se em terras não pertencentes ao madeireiro, o qual, pelo preço pago pela madeira, tinha vantagens adicionais. (Lavallo, 1974, p.137)

Posto isso, tem-se que os contratos de compra de árvores envolviam mecanismos de obtenção de direitos sobre as áreas em que estavam os pinhais, em espaços de tempo que variavam de dois até trinta anos após a assinatura do contrato. Além de ser obrigado a "ceder" ao comprador o terreno onde estavam as árvores, a fim de que o empreendedor pudesse construir estradas, o vendedor de pinheiros era também submetido à instalação de unidades de produção e de beneficiamento de madeiras em sua propriedade, sem direito a qualquer pagamento referente ao uso dela por esses terceiros.

Dessa maneira, o processo de ocupação territorial realizado pelos exploradores de araucárias é caracterizado por uma ambigüidade também apontada na obra de Monteiro (2008), no que diz respeito às Indústrias João José Zattar S/A. Ao falecer, em 1957, João José deixou um extenso patrimônio fundiário para seus herdeiros. Segundo Monteiro (2008, p. 58): "Ele havia consolidado uma empresa de porte vultuoso, com ativo imobilizado de dezesseis mil hectares em terrenos rurais, várias serrarias, renome

²¹Lavallo, 1974, p.135.

²² A autora cita o "Livro de Registros Diversos", nº4, p.49, do Registro Geral de Imóveis de Imbituva -PR.

internacional e significativa carteira de clientes”. Ao longo dos anos seguintes, a indústria madeireira chegaria a ser dona de uma porção territorial considerável do município:

João José, ao longo de muitos anos, não comprara terras, mas árvores. Quando faleceu, suas árvores cobriam milhares de alqueires, parte significativa dos municípios limítrofes a Pinhão. Comprava só a madeira em pé, com contratos de exploração, que iam de trinta a sessenta anos. Ao morrer, deixou para seus filhos um mar de escrituras de compras, entre árvores e retalhos imensos de terra. (Monteiro, 2008, p. 58).

Se para as fontes históricas aqui citadas o interesse dos madeireiros estava somente nas árvores em pé, os dados para que apontam indicam que a obtenção de terras também era fundamental para o desenvolvimento dessas empresas, tendo em vista a construção de estabelecimentos de serragem de toras em meio aos pinhais. Ou seja, os contratos de negociação de pinheiros não envolviam somente a compra de árvores, mas um esquema peculiar de apropriação territorial que se desviava da compra, devidamente formalizada e registrada em cartório, das terras exploradas. Nesse sentido, o trabalho de campo realizado no município de Pinhão indica que a ênfase que os historiadores que se voltaram à questão madeireira no Paraná dão ao desinteresse pelas terras, oculta, na verdade, procedimentos de expropriação e angariamento de territórios: se os dados apontam apenas para a confecção de contratos de vendas de árvores, na prática, o modo com que esses acordos eram acionados e selados envolvia muitas vezes a inviabilização da permanência dos supostos vendedores de madeira em seus territórios. Esse processo, obscurecido na obra sobre Miguel Zattar, é bastante destacado nas memórias dos habitantes de Pinhão que, de alguma forma, tiveram impasses com as Indústrias João José Zattar S/A.

A fim de garantir seu domínio territorial, a madeireira em questão passou a contratar homens para exercerem o papel de seguranças de seu patrimônio, chamados pelos *posseiros* de *jagunços*. Estes são temporalmente localizados, nas memórias dos sujeitos pesquisados, como tendo aparecido entre fins dos anos 1960 e início da década de 1970. Embora houvesse a presença de guardas patrimoniais ainda antes desse período, eles não adquirem relevância nas narrativas. Na visão dos *posseiros*, as ações desses

guardas não geraram transformações significativas na organização territorial e produtiva local, tal como ocorreria com a chegada dos primeiros *jagunços* “de fora”. Estes sim seriam os responsáveis por levar os contratos de arrendamento e de concessão dos direitos de posse, confeccionados pela madeireira a fim de adquirir o controle das terras. Essa espécie de funcionário é lembrado como ícone do interesse da empresa, agora administrada pelos herdeiros de João José, em expandir e consolidar seu domínio a outras regiões do município. A década de 1970, então, pode ser vista como um momento de virada para a diversificação das atividades da madeireira. Enquanto restringia-se à exploração do conteúdo vegetal das áreas de *faxinal*, sem tocar no direito territorial costumeiro dos *posseiros* faxinalenses, a firma não representava ameaças a esses grupos. O conflito se firmou depois que, tendo registrado imensas áreas que estavam ocupadas, mas não haviam sido regularizadas pela população nativa, a Zattar começou a investir em torná-las sua propriedade restrita.

1.2 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA MADEIREIRA

Para se compreender a figura do *jagunço* em Pinhão, é preciso voltar-se ao modo com que a empresa lá se estabeleceu. Este, por sua vez, envolveu diversas modalidades de negociações de terras e a construção de redutos particulares da firma. O principal desses redutos era a Zattarlândia, marcada pela presença de serrarias, e por todo um aparato infra-estrutural que continha tanto a casa da família Zattar e as residências de seus empregados, quanto armazéns, clube, escola, Igreja, posto de saúde, e uma moeda própria: o *boró*. Antigamente cercada por cinco guaritas e portões, colocados ao longo de toda a estrada que a ligava a Pinhão, Zattarlândia localiza-se a mais ou menos 30 km da sede do município. Tal tipo de instalação, que concentrava os trabalhadores no terreno da própria empresa, era de fato comum aos estabelecimentos madeireiros no Paraná:

Estes núcleos residenciais, com armazéns, clubes, farmácia, etc., tudo pertencente à empresa, são abastecidos em geral diretamente pelos mercados atacadistas metropolitanos onde a empresa tem a sua sede, à inteira revelia do comércio das pequenas cidades regionais. A serraria não se integra na vida da região, permanece nela como um corpo estranho até o dia em que, pelo esgotamento dos recursos florestais locais, é transferida para um novo sítio, levando consigo as realizações complementares (Barthelmess, 1954, *apud* Machado, 1969, p.44)

Essa “desintegração da vida regional” é questionável no caso aqui discutido, tendo em vista que a serraria exercia influência sobre as vilas e cidades existentes ao seu redor, como atestam as características do sistema de dominação engendrado através dela. A partir da década de 1960, as Indústrias João José Zattar S/A passaram a ampliar sua produção, utilizando-se dos *faxinais* para inserir-se no mercado de erva-mate, e das *terras de cultura* para a produção de lavouras e a criação de gado. A empresa, portanto, não se restringia à vida das serrarias, delimitadas em redutos específicos, mas elaborava um amplo circuito de aproveitamento do espaço territorial local. A “desintegração” madeireira, tal como discutida por Barthelmess, não se sustenta nesse caso, onde se nota a ação intensiva da empresa sobre as terras da região, e os múltiplos laços de interdependência que estabelece em Pinhão. Assim, a empresa é em si mesma uma rede de relações fluidas, constituinte da própria configuração social local.

Localmente estabelecido com um sistema específico e, como seus próprios portões denunciam, distinto do restante do território municipal, o principal reduto das serrarias da empresa pode ser comparado com as *plantations* açucareiras (Wolf, 2003; Garcia Jr., 1990; Palmeira, 2009), em termos dos laços de solidariedade engendrados em seu interior, da relação entre patrão e empregados, da divisão espacial enquanto representativa da hierarquia interna da madeireira, e da existência de um modelo de dominação sócio-econômica vinculado a bases tradicionais.

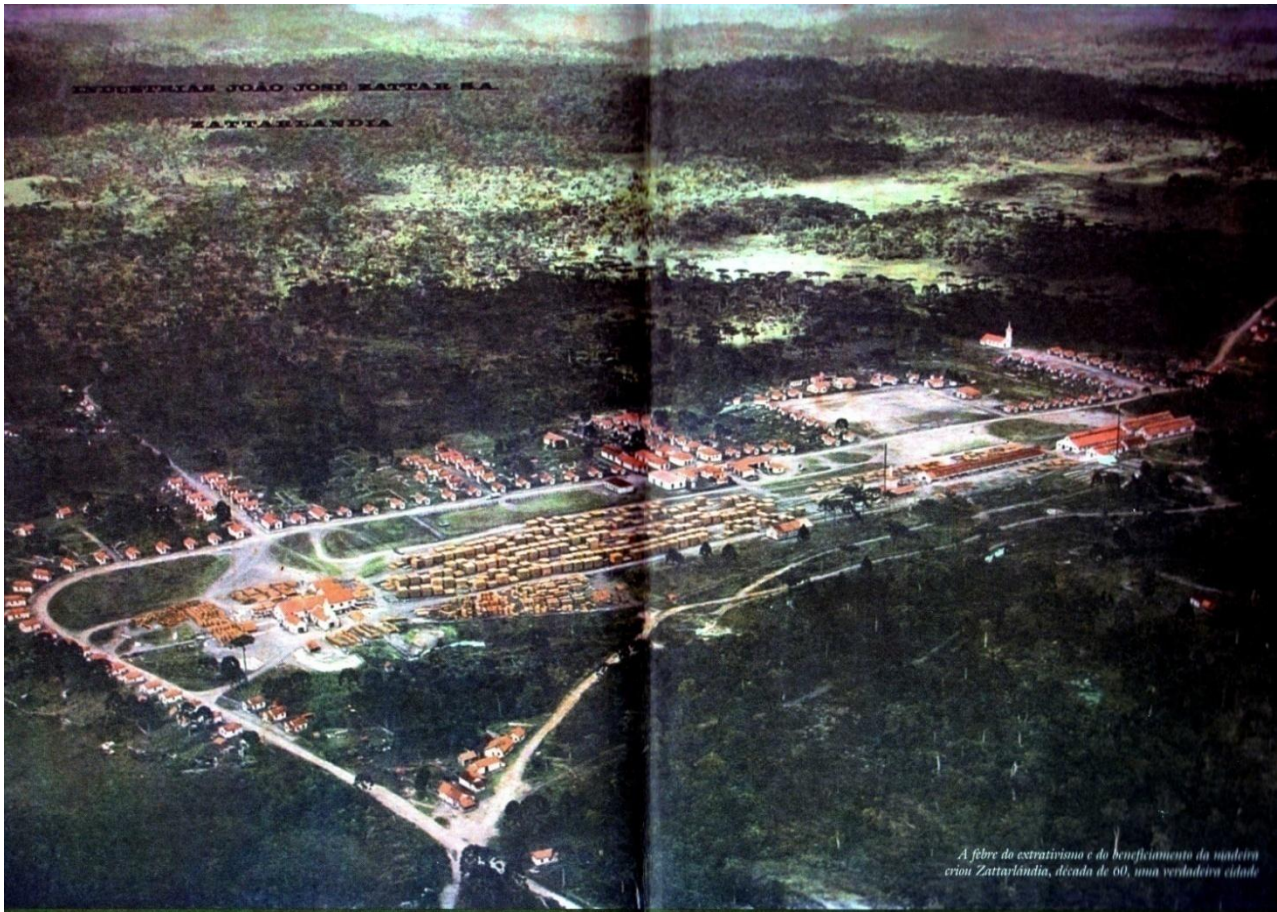
Como nas *plantations*, morava na Zattarlândia quem possuía um contrato de trabalho com a madeireira. O reduto da empresa, por sua vez, traduzia em termos espaciais sua hierarquia interna: no centro estavam as casas de seus donos e administradores, as serrarias, os depósitos, os armazéns, a Igreja, a escola e o posto. Ao redor desse núcleo, ficavam as residências das famílias dos empregados que trabalhavam na serraria, casas

que, enquanto patrimônio da madeireira, seguiam um padrão homogêneo. Eram pequenas (dois quartos e cozinha), de madeira, e da mesma cor.

Para além desse núcleo, em áreas mais afastadas, ficavam os homens que trabalhavam “no mato”, ou seja, na derrubada de toras, na extração de erva-mate, ou mesmo cuidando de lavouras e da criação de gado nas terras da empresa. Esse grupo de trabalhadores morava nos “ranchos”, casas da madeireira, geralmente identificadas também por uma mesma cor, em cujo terreno poderiam, dependendo do tamanho deste, ter desde uma pequena horta, até uma lavoura ampla o suficiente para a subsistência familiar. Os *jagunços*, tal como relatam os *posseiros*, costumavam morar nesses ranchos, a fim de vigiar as terras da empresa.

Deve-se ressaltar que a firma contratava ainda trabalhadores “de empreito”, para realizarem tarefas específicas. Desse modo, diversos *posseiros* trabalharam para a madeireira em determinados períodos, cortando e descascando toras, ou até mesmo extraindo erva. Constituíam, entretanto, uma mão-de-obra livre, não estando sujeitos aos desígnios do patrão como o *morador* da Zattarlândia. Este, segundo os relatos obtidos em campo, era geralmente oriundo de outras regiões, onde já trabalhava para a empresa, ou para outras companhias madeireiras. Há uma visão de que este *morador* do entorno da serraria era especializado em trabalhar com a madeira, não possuindo em sua história de vida a experiência da lida com a terra e com a criação. Por outro lado, houve também *posseiros* que, embora não morassem dentro da Zattarlândia, trabalharam para a firma de modo mais fixo, especialmente cuidando de suas lavouras.

FIGURA 2 – ZATTARLÂNDIA NA DÉCADA DE 1960



Fonte: Nilson Monteiro (2008). Ao redor da estrada principal, vê-se as casas dos empregados. No centro da estrada, os estabelecimentos comerciais, e à direita, a igreja. Destaca-se a quantidade de toras e madeiras empilhadas no pátio da serraria, na parte central da fotografia. Através dela, Zattarlândia desponta como um reduto em meio aos pinhais.

No interior dos portões da madeireira, havia uma moeda própria de circulação: o *boró*. Consistia em uma espécie de papelão marcado com um valor específico, que era pago aos empregados fixos da firma, os quais moravam nas casas da empresa. Do que se apreende dos relatos obtidos em campo, o *boró* ficou em circulação, na Zattarlândia, desde o início de sua instalação, em 1949²³, até a década de 1970. Esse dinheiro era utilizado dentro dos estabelecimentos comerciais do reduto da empresa, limitando o *morador* não somente a gastar seu salário dentro deste, mas sobretudo a permanecer nele, tendo em vista que não teria poder de compra fora de lá, e muito menos a possibilidade de fazer uma poupança. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se

²³Monteiro, 2008, p.39.

ouve histórias sobre o esplendor da firma, a boa infra-estrutura que garantia aos seus funcionários, e o grande movimento que havia dentro dela, há também comentários em que o *morador* da Zattarlândia é classificado como *cativo*, tendo em vista a própria limitação do seu salário.

Rosana, senhora que hoje mora na cidade de Pinhão, mas que viveu da infância até o início da vida adulta (entre meados dos anos 60 e dos anos 80) em torno da Zattarlândia, é filha de um senhor que trabalhava de “empreito” para a Zattar. Seu pai “parava” nas terras de um fazendeiro, e com o trabalho realizado na madeireira e nas lavouras de outros grandes proprietários da região, conseguiu comprar um lote, em área de *faxinal*. Ao contar sua história, Rosana destaca a condição de sua família, que segundo ela, sempre teve que plantar em terras arrendadas daqueles para quem trabalhavam. Em uma conversa gravada, ela conta como era o ambiente da Zattarlândia, e apresenta sua visão do que significava a empresa para a região:

Dibe: O pessoal que morava na Zattarlândia, os que a senhora conheceu, eles vinham de outros lugares ou eram aqui de Pinhão?

Rosana: Ali tinha gente de toda parte. Tinha de Inácio Martins, porque vinha, vinha gente até de Santa Catarina vinha gente trabalhar na, lá. Que nem o meu sogro, o meu sogro era de São Paulo. E veio vindo, veio vindo, veio vindo, por causa que, era uma firma muito, muito famosa. E era uma firma muito famosa e uma firma muito grande porque daí tinha lá no Zattar lá, no Boi Carreiro, que é o Bom Retiro ali. Daí tinha firma na Santa Terezinha, ali. Tem aqui na produtora, tinha o Butiá. Esse era tudo da região do Pinhão. E de fora de, em Curitiba que tem, em Guarapuava eles tinham indústria. Onde quer eles tinha indústria. E tudo as indústria era desmatamento, não tinha outra coisa.

Liliana: Do tempo da senhora o pessoal era mais de fora então?

Rosana: Era mais de fora. Tinha muita gente. E daí o pessoal foi abandonando as roça. Quem vivia da roça foi abandonando as roça, e pela própria ilusão do dinheiro, eles foram se enfiando lá.

Liliana: E trabalhando pra empresa então?

Rosana: Trabalhando pra empresa. E lá então nunca mudamos, mas não foi que, que o meu pai nunca quis, nunca, nunca. É, ele sempre dizia "eu não vou, eu só faço serviço de empreitada, eu não vou, é morar em casa do Zattar lá, fazenda do Zattar, eu não vou. Disse "porque eu toda a vida tive a minha luta, eu gosto de lidar com as minhas criação". A gente tinha praticamente uma chacinha lá. Que daí ele fazia, nós tudo fazia serviço de empreito assim, mas morar lá ele nunca quis ir. Na sede do Zattar.

Liliana: E a senhora tinha vontade quando era novinha?

Rosana: Eu tinha. Ih, Deus o livre! Ilusão de criança né, porque daí lá as casas eram melhor, tudo. E não tinha condição de ter uma casa boa. Tudo. E foi o que aconteceu com todos os outros onde é que nós morava. Foi isso aí. Porque daí ia passear na casa dos amigos e via uma casa mais melhor, mais bonita lá. E daí foi no que deu.

Liliana: E daí o povo foi indo pra lá.

Rosana: É, e daí o povo foi indo, foi indo, foi indo. Porque eles ofereciam casa melhor. E daí ali o pessoal foi vendendo criação, vaca de leite, os próprios terrenos eles vendiam pro Zattar.

Liliana: Pra poder ir lá...

Rosana: Pra ir lá.

Liliana: E a senhora calcula que teve quantas na época mesmo?

Rosana: Na época, quando dessa época que eu era criança, lá no Zattar olha, eu, eu não sei se não teve bem umas vinte mil famílias. Porque não era só ali no Zattar. Eles tinham os florestamento longe dali. E daí tinha o pessoal do quadro do Zattar lá, só fazia compra na quinzena. Era dia de quinzena, era só a população deles ali, pro armazém. E faziam aquela comprarada que. E bastante gente, não era pouca gente. Daí no sábado era só o pessoal do interior, dizia a turma do mato. Era da turma do mato. E aqueles caixeiros ali, se viam amarelo pra atender tudo aquele pessoal ali. Porque daí eles não compravam só, só mercadoria, só comida vamos supor. Eles compravam roupa, compravam calçado, compravam forro de cama. Era muito, muito divertido lá, muito bonito que era. E as casa grande, dependendo da profissão, era de acordo com a casa que morava. Se fosse marcador, ali, que tivesse uma, os motorista, eles tinham a casa maior. Pra morar com luz, tudo, água. Agora quando era descascador de tora, era turno que trabalhava, eles trabalhavam no mato né. Daí ia tudo pro, pros rancho. Os rancho era três peças, dois quartos e a cozinha, só que era tudo grande né, bem pintado. Mas luz e água não tinha, água era da mina e a luz era vela.

Liliana: E os jagunços, como é que era a casa deles?

Rosana: A casa deles eram as casa grande. Casa boa, casa bonita. Lá era deles. E daí dependendo da profissão que tinha, é a mesma coisa de hoje, dependendo da profissão que tinha era o quanto que ganhava né. E daí faziam o serviço de empreito, que nem, o meu sogro era, descascava tora no mato, trabalhava no mato. Então cada um ganhava uma quantia né.

Rosana descortina, através de seu relato, a complexidade da Zattarlândia, mostrando tanto como as casas eram divididas entre os trabalhadores da firma, quanto a movimentação do comércio local. Ela delinea o reduto como um espaço que concentrava uma multidão de pessoas vindas de vários lugares, guiadas pela “fama” da firma, que é lembrada também por suas filiais em outros municípios do Paraná. A construção feita por Rosana sobre aquele período invoca sempre a grandiosidade e a beleza da Zattarlândia, em oposição a uma localidade onde as pessoas não tinham acesso aos bens que existiam no reduto da empresa. Por isso, a narradora destaca que as pessoas vendiam seus próprios bens para a madeireira, a fim de integrarem o quadro de funcionários e, conseqüentemente, de *moradores* da Zattarlândia.

A vinculação desses funcionários da empresa a uma idéia de sujeição²⁴, por sua vez, tem como pano de fundo as opiniões do pai de Rosana, que optava por trabalhar para a Zattar temporariamente, e não como empregado fixo. O relato, então, demonstra que pertencer ao quadro da firma era privar-se de viver com autonomia, em sua própria “luta”. Assim, Rosana opera simultaneamente com o fascínio e com a ameaça que o empreendimento representava, a medida que, para usufruir dos bens por ele disponíveis, era preciso abrir mão da autonomia pessoal de decidir sobre a terra, as atividades familiares e o próprio tempo de trabalho.

O modo peculiar com que pagava seus funcionários, por sua vez, aproxima a madeireira da “*plantation* de estilo antigo”, que “produz bens para o mercado, mas parte de sua energia é gasta na própria manutenção e no consumo determinado pelo *status* social” das diferentes classes de trabalhadores nela existentes (Wolf, 2003, p.170). Assim, ela lembra o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “autarquia dos domínios rurais”, acerca do engenho de cana nordestino (Holanda, 2008, p.80), que “constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo”. O sistema de ocupação territorial e o modo com que a firma se organiza, indicam que existe aí um modelo de dominação que se sustenta sobre um certo “autoritarismo”, o qual marca a história do desenvolvimento capitalista no Brasil, e cuja característica central está na “repressão da força de trabalho” (Velho, 2009, p.100). No caso da madeireira, esse autoritarismo se baseia na limitação da autonomia dos trabalhadores, na elaboração de laços de dependência pessoal, e nas estratégias de intimidação armada processadas pela empresa, a fim de garantir seu domínio territorial.

Assim como na “*plantation* de estilo antigo” e nos engenhos de cana nordestinos, a Zattarlândia marca um espaço de domínio das relações pessoais entre o madeireiro e seus trabalhadores. Essa pessoalização é enfatizada no modo com que as pessoas referem-se à madeireira e aos atos dela, associando-os à figura “o Zattar”. Quando falam sobre a empresa,

²⁴Garcia Jr. (1990), assim como Woortman (1990), e Velho (1995) tratam desse tema, a partir de diferentes abordagens. Em comum entre as três construções teóricas está a compreensão de que a sujeição a um patrão implica na perda da autonomia do camponês, que na condição de empregado, não tem liberdade sobre o uso do seu tempo e de sua força de trabalho.

costumam dizer: “fazenda do Zattar”, “quadro do Zattar”, “casas do Zattar”, “gente do Zattar”, ou, “o Zattar queria”, “o Zattar mandou”. Desse modo, as narrativas enfatizam a pessoa de um chefe como figura responsável pelos bens e ações do empreendimento madeireiro, e não a indústria em toda a sua abrangência. Embora se trate de uma empresa familiar, ela dispunha de um amplo quadro de funcionários e gestores em Pinhão, e, desde a morte de João José, foi administrada pelos filhos deste e por outros de seus acionistas. Nunca fica claro, a partir das narrativas, se os sujeitos estão falando de João José, de seus filhos, dos herdeiros deles, ou de algum gerente da empresa. O sentido dado à madeireira, às suas benfeitorias e ao processo de expropriação se remete idealmente a uma única pessoa abstrata.

Como demonstra Rosana no trecho a seguir, os laços de solidariedade que ligavam os trabalhadores das serrarias “ao Zattar”, vão muito além de pagamento de salários, abrangendo doações de roupas e assistência médica, por exemplo:

Rosana: (...)E daí o Zattar tinha pensão. Tinha, tem as casa deles lá, que eles vinham e ficavam meses lá. A mulherada com criança. Tudo ficavam lá e daí, a minha mãe queria trabalhar pra minha tia, que foi uma das primeiras fundadoras, que ela começou a trabalhar lá, de, de doméstica deles, cozinheira. Praticamente ela não era, ela era cozinheira. Que a, o resto pra arrumar tinha as outra, daí lavar a roupa tudo, daí a minha mãe era diarista da minha tia lá. E daí a minha mãe ia trabalhar lá pra minha tia, pra minha tia daí eles traziam de lá, pois era de lá de Curitiba, traziam a roupa que eles traziam e só usavam quando eles tavam ali né. Passava dali eles não usavam mais. Daí eles pegavam e deixavam tudo lá. Pra minha tia, roupa de cama, forro, tudo. Daí ela pegava e, daí minha mãe ia trabalhar pra ela, ela pegava e dava pra nós.

Liliana: Ah, quer dizer que da outra vez eles traziam tudo novo?

Rosana: Outra vez traziam tudo novo de novo. Daí ali que a gente foi conhecer fogão a gás, instalação sanitária, tv nem lá não tinha, o meio de comunicação do Zattar com o pessoal de Curitiba era com rádio amador. Era bem, era sofrido mas era divertido. (...)

Liliana: E como é que era lá a Zattarlândia nessa época?

Rosana: Nessa época tinha. Era muito bonito lá. Tinha farmácia, tinha açougue, tinha o armazém, tinha médico três vezes por semana, era o Dr. José Cassoli, que era o médico de, aqui do hospital velho que ia lá no, no Zattar. E o remédio tinha tudo, tudo, tudo na farmácia. E tinha um farmacêutico lá muito bom, que aquele se dissesse ó "leve pro Pinhão que não vai ter jeito aqui, leve", podia saber que trazia, fosse gente grande, fosse criança, ficava semanas internado aqui, ele tinha um bom acerto de, de remédio. Então a, o pessoal de lá só vinha pra cá é, tipo fosse mandado, vir. Daí, só que daí também quando o farmacêutico falava "ói, não tem", mas primeiro tinha que ir na farmácia lá né, "não tem jeito, você vai ter que levar", daí também dali a gente tava a farmácia que nem ali, que nem aqui já tava o escritório. Só passava ali no escritório, dizia

"to precisando de um carro, que preciso sair ir pro Pinhão", já diziam "então vá pra casa que daqui a pouco já vai". E ia mesmo.

Nesse trecho da entrevista, Rosana faz novamente referência à Zattarlândia como sendo um lugar com infra-estrutura, confortos e benefícios que não se encontrava em outras partes de Pinhão. Desde as doações de roupas de cama, passando pelas instalações comerciais, até a assistência médica, o relato é permeado por advérbios que intensificam o lado positivo que a narradora vê no reduto madeireiro: tudo era “muito bonito” e “muito” farto. Esses elementos, que exerciam fascínio sobre Rosana, faziam parte da família “do Zattar”, e integravam o quadro de bens que, ao mesmo tempo materiais e simbólicos, expressavam e reafirmavam sua posição dominante sobre aquela população, e os privilégios de que poderiam usufruir os trabalhadores de sua empresa. Os laços de solidariedade que vinculavam os *moradores* da Zattarlândia “ao Zattar”, consistiam, portanto, em um conjunto de trocas, através das quais a madeireira respondia às expectativas dos *moradores*, ganhando legitimidade para dispor do tempo e da vida deles:

A troca objetiva toma a forma de “troca de favores”, distanciando-se das formas mercantis, onde cada parceiro participa diretamente da fixação dos termos da troca, após refletir sobre seus interesses contemplados e sobre os interesses atendidos da parte adversa; e cada ato de troca implica fluxos imediatos de bens ou serviços, em sentido bilateral, de tal forma que as dívidas mútuas se cancelam no ato mesmo da troca: “eu te dou pelo que tu me dás, tu me dás pelo que te dou”. Era o senhor que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava, por sua vez, a esperança de novas recompensas. O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quanto consegue que o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante: neste caso, a disponibilidade da própria pessoa torna-se um dado. (Garcia Jr., 1990, p.42)

Tem-se, assim, um conjunto de trocas entre a madeireira e seus funcionários, que permitem que essas relações também sejam percebidas como entre patrono e clientes. O patrono, aqui correspondente à figura abstrata “o Zattar”, não só é responsável por mediar a relação dos seus empregados com o exterior da firma, como também possui, por sua própria posição nessa relação desigual, a capacidade de fornecer-lhes bens materiais e simbólicos. Os clientes, por sua vez, retribuem tanto com seu trabalho, quanto com

contribuições de estima, lealdade, e apoio político, de modo que acabam por se tornar “membros de uma facção” (Wolf, 2003, p. 108).

Porém, essa relação de dominação entre patrono e cliente, tal como colocada aqui, não se limitava somente aos laços entre a empresa madeireira e seus *moradores*, mas expandia-se para outros grupos no interior do município, e de certo modo acarretava em fatos que influenciavam os rumos da região. Através de relatos sobre o estabelecimento do empreendimento madeireiro em Pinhão, e sobre o desenrolar do seu desenvolvimento, tem-se que a empresa, num primeiro momento, buscou comprar terras de grandes fazendeiros, um dos quais acabou tornando-se prefeito de Guarapuava. Também estabeleceu relações com outros homens influentes, ou que ocupavam posições estratégicas na região, a fim de que estes negociassem pinheiros para ela. Foi o caso de um antigo coletor de impostos do município, procurado pela empresa para estabelecer esses contratos de vendas de árvores. O fato de ele conhecer todas as famílias que pagavam o imposto de terras, fazia dele um facilitador do processo de negociação, recebendo uma porcentagem sobre o valor dos pinheiros comprados. A firma também procurou outros madeireiros que trabalhavam na região, com os quais fez alianças políticas e de quem, posteriormente, comprou algumas serrarias, valendo-se dos contratos de compras de árvores que esses outros já haviam firmado em Pinhão. Finalmente, fez alianças com o corpo policial do local, do qual faziam parte os antigos “inspetores de quarteirão”, responsáveis por manter a ordem social no “interior”.

Essas relações de patronagem, por sua vez, ultrapassavam o nível patrono-cliente, já que “haveria fregueses para a segurança social oferecida pelos clientes em potencial, enquanto a formação de um corpo de clientes aumentaria a capacidade dos patronos de influenciar a operação institucional” (Wolf, 2003, p.109-10). A rede de influência da madeireira sobre o município cresceu de tal maneira, que não só ela acabou por ser um dos elementos envolvidos na emancipação de Pinhão, ocorrida em 1964, como também os sujeitos pesquisados afirmam que era a empresa que “mandava” na região. Compõe-se, aí, uma “situação de interesses”, cuja estabilidade “fundamenta-se na circunstância de que quem não orienta suas ações pelo interesse dos outros provoca a resistência deles ou chega a um resultado não desejado nem

previsto, correndo o risco de prejudicar seus próprios interesses” (Weber, 1991, p.19). Tendo em vista a posição de força da madeireira dentro dessa situação, e as próprias características do esquema de dominação engendrado pela mesma, podemos aproximá-la do tipo ideal de “dominação tradicional”, em que:

A natureza efetiva do exercício de dominação está determinada por aquilo que habitualmente o senhor (e seu quadro administrativo) pode se permitir fazer diante da obediência tradicional dos súditos, sem provocar sua resistência. Essa resistência, quando surge, dirige-se contra a pessoa do senhor (ou servidor) que desrespeitou os limites tradicionais do poder, e não contra o sistema como tal (“revolução tradicionalista”). (Weber, 1991, p.148)

Essa obediência não pressupõe uma subordinação absoluta, sendo de ordem “tradicional” à medida que se funda na figura de um senhor, “o Zattar”, e em códigos que orientam relações pessoais. Nesse sentido, “o Zattar” é um agente de interação no interior das relações que estabelece com outros sujeitos, os quais geralmente, mas nem sempre, ocupam uma posição de subordinação perante a madeireira.

Ainda assim, no que diz respeito também àquele que está na posição de subordinado, essa interação pode permitir uma parcela de espontaneidade e de liberdade pessoal de escolha. De acordo com Simmel (1983, p.107), toda dominação é um caso de interação, a medida que o sujeito que deseja influenciar outro, busca que esse domínio atue, em retorno, sobre ele mesmo. O autor busca, então, esclarecer como os indivíduos subordinados a uma esfera de dominação cooperam com a mesma. Segundo Simmel, há uma reciprocidade entre senhor e servidor, já que “a medida perfeita dessa devoção depende frequentemente das condições que o outro elemento estipula para o primeiro, mesmo que num nível diferente da relação”²⁵. Entretanto, o autor é enfático ao dizer que, em casos onde a coerção é exercida por meio da violência física, a liberdade dos subordinados é destruída²⁶. Nesse sentido, para compreender o exercício da dominação da madeireira em Pinhão, é preciso levar em conta as diferentes modalidades de relação que esta estabelecia, dentro das quais alguns sujeitos – como a elite local – possuíam liberdade mais ampla, e outros, como os *posseiros* que foram objeto de

²⁵Simmel, Georg. Superordenação e Subordinação – Introdução. In: **Sociologia**. São Paulo: Ed. Ática, 1983, p.110.

²⁶ Ibid., p.108.

intimidação armada por parte da empresa, tiveram de elaborar diferentes estratégias de resistência e resposta a essa situação.

Houve uma expansão do quadro de relações pessoais das Indústrias João José Zattar S/A, quando a madeireira começou a angariar terras para além do espaço de suas serrarias. De certo modo, ela investiu no estabelecimento de laços com sujeitos que, por sua posição social, eram respeitados em determinadas áreas do município. Foi assim que buscou construir vínculos com outros fazendeiros e com inspetores de quarteirão, e ampliar sua rede de dominação aos pequenos proprietários e aos *posseiros* que viviam nas terras que almejava, através de negociações envolvendo as mesmas. No entanto, desde o princípio de seu estabelecimento em Pinhão, a obscuridade do modo com que obteve terrenos é destacada. Segundo alguns *posseiros*, a empresa estabelecia contratos de vendas de árvores com a população, mas na verdade estava comprando terras. Nesse sentido, tanto quanto os *posseiros*, diversos pinhãoenses consideram a mesma dubiedade do discurso de Nilson Monteiro na obra sobre Miguel Zattar, referente à obtenção de escrituras de terras em negociações que envolviam a compra de árvores.

A madeireira iniciou a tomada de terrenos, para além da Zattarlândia, comprando áreas de médios proprietários (geralmente entre 50 e 100 alqueires), ou trocando terrenos com os menores, de modo que estabelecia com eles um contrato, segundo o qual ficavam comprometidos a se mudar para a terra que a empresa lhes destinava. Contam os *posseiros* que, quando os empregados da madeireira se dirigiam para as áreas compradas, a fim de medi-las para confeccionar as escrituras, acabavam “aumentando a linha”, tomando para si fatias maiores de terras. Ao fazer isso, abarcavam os terrenos de outros pequenos proprietários, herdeiros de terras, as quais muitas vezes não estavam registradas em cartório. Diversos *posseiros* também afirmam que a empresa teria obtido terras a partir de uma concessão feita pelo governo do Paraná, sob o comando de Moisés Lupion. No entanto, por hora não foram encontrados registros que comprovem esse fato. Além disso, segundo uma narrativa específica, a empresa promoveu, por volta de 1960, uma grande medição em uma extensa região do município. Para tanto, pediu para que os que possuísem escrituras de terras, apresentassem-nas na Zattarlândia.

Teria, a partir desse levantamento, medido e escriturado grandes glebas por todo o município de Pinhão.

A fim de consolidar esse domínio territorial, a empresa investiu também sobre as áreas de posse, nas quais buscou convencer a população, então lá estabelecida, de que aquelas terras lhe eram pertencentes. Se quisessem permanecer nelas, os sujeitos deveriam assinar um contrato de arrendamento, segundo o qual ficavam encarregados, em troca, de pagar um terço de sua produção à madeireira, e não poderiam, de modo algum, retirar qualquer material vegetal daquela área. Esses contratos eram trazidos pelos *jagunços*, que então passaram a fazer parte do cotidiano dos *posseiros*. Os que se recusavam a assinar o contrato, por sua vez, eram perseguidos por esses guardas armados. Foi assim que alguns *posseiros* foram violentamente despejados, ou viram-se confinados a um espaço em que eram proibidos de executar qualquer atividade de subsistência, tendo que ir trabalhar para terceiros, em outras localidades da região.

Na verdade, grande parte dos *posseiros* assinou o contrato, posteriormente respondendo como podiam aos desígnios da empresa. No entanto, o processo de assinatura desses documentos é bastante polêmico, já que a maioria da população *posseira* era então analfabeta e, portanto, ignorava os termos impostos no contrato. Além disso, o próprio caráter da “dominação tradicional” com que a madeireira se estabeleceu no município, garantia-lhe o apoio de pessoas portadoras de um certo prestígio dentro das comunidades rurais. Esses “clientes”, por sua vez, assumiam a tarefa de propagar a empresa e o contrato de terras como algo que traria benefícios para os *posseiros*, tendo em vista as promessas de riqueza do estabelecimento industrial. Esse aspecto, somado ao medo gerado pelas histórias de violência e de despejo que começaram a circular pelo município, são largamente destacados quando os *posseiros* buscam explicar como eram selados esses contratos. A empresa promovia então uma nova política de domínio territorial, colocando seus guardas patrimoniais em residências estrategicamente construídas, a fim de que estes vigiassem os *posseiros*, atuando no sentido de coibi-los a extraírem erva-mate e a cortarem madeira, e de regularem o pagamento de arrendo. Nesse sentido, o *jagunço* também é considerado pelos sujeitos que narram as memórias do conflito, como “um polícia”, ou seja, um sujeito destinado a velar

pela nova ordem territorial que se impunha. Ele é, assim, parte integrante do quadro administrativo da empresa, que pode ser percebida como “associação política”²⁷.

A presença do *jagunço* remete-nos à própria “fronteira em movimento” (Velho, 2009, p.127), que, à medida que avançava, reprimia a força de trabalho livre, atuando de modo a subjugar-la e a limitar suas possibilidades de autonomia:

(...) as grandes *plantations* tendiam a monopolizar o controle da terra e havia escassas possibilidades para um campesinato livre fora das *plantations*. Qualquer aglomerado de pessoas que trabalhassem para si mesmas sem elos com o sistema dominante (e que frequentemente eram refugiados desse sistema) era sempre visto com grande suspeita e frequentemente encontrava oposição direta, senão armada. (Velho, 2009, p.128-9)

A figura do *jagunço*, tal como construída pelos *posseiros*, permite-nos compreender como, nesse processo histórico de conflito, deu-se a repressão desse campesinato livre. Ainda assim, o processo de instalação da madeireira difere das *plantations* em diversos aspectos. O empreendimento industrial madeireiro ramifica-se em outras regiões, de modo que as serrarias permaneciam no “interior”, enquanto os estabelecimentos de beneficiamento e os escritórios das firmas localizavam-se geralmente em outras cidades. Por outro lado, a empresa aqui citada compunha-se de vários gestores, ainda que o núcleo principal de seu comando estivesse concentrado em uma mesma família, que não residia em Pinhão. Por fim, a extração de madeira, que é a principal atividade das serrarias, é dada enquanto o material existe em abundância. Depois de retiradas as árvores nativas, as terras se tornavam áreas de reflorestamento ou de outras atividades produtivas (lavouras de grãos ou áreas de criação de gado), ora permanecendo nas mãos da empresa, ora sendo vendidas para terceiros. Esses últimos aspectos assinalam que o interesse em monopolizar a terra está amplamente presente nessa realidade, até porque a madeira nativa garante a geração de riquezas somente enquanto

²⁷ “A uma associação de dominação denominamos associação política, quando e na medida em que sua subsistência e vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante ameaça e aplicação de coação física por parte do quadro administrativo”. (Weber, 1991, p.34).

existe. A partir do momento que as árvores que possuem valor de mercado começam a escassear, é preciso mudar a serraria de localidade – segundo o ritmo da “fronteira em movimento” -, ou buscar novos modos de obter lucros nas áreas onde a madeira já foi explorada.

1.3. DECADÊNCIA DA EMPRESA E ASCENSÃO DO MOVIMENTO DE POSSEIROS

Ao longo da década de 1980, as Indústrias João José Zattar S/A entraram em decadência. De um modo rápido, como foi o seu estabelecimento, as serrarias começaram a decair em termos de produtividade, e a Zattarlândia começou a se esvaziar. Antes disso, porém, a empresa iniciou o processo de penhora de suas terras em Pinhão. Entre meados e fins da década de 1980, quando pessoas oriundas de fora do município começaram a comprar terras da Zattar, estas já se encontravam numa situação jurídica que não permitia que fossem escrituradas. Assim, primeiro a madeireira penhorou as terras, operação através da qual obteve uma quantidade significativa de dinheiro, e depois, começou a vender as mesmas.

Segundo Monteiro (2008, p.163), o início desse processo de endividamento da firma tem a ver com a construção do parque fabril Nossa Senhora do Belém, em Guarapuava, em 1975. A má administração dos negócios, fez com que os desperdícios e dívidas se somassem. Acerca do empreendimento industrial em Guarapuava, Monteiro afirma que:

Ficava a uma centena de quilômetros do local de extração da matéria-prima. Ou pior: ficava a dois mil quilômetros, com madeira vindo de uma laminadora (...) que a empresa tinha em Várzea Grande, no Mato Grosso. As toras vinham de perto de Sinop (MT) para serem faqueadas em Guarapuava. Talvez este tenha sido um dos problemas.

A desestruturação começara no final dos anos 80, segundo os funcionários mais antigos, e terminara, com a desativação da fábrica, em 1994. Foi uma decisão acertada de Miguel, segundo o julgamento de João Batista Guerreiro, gerente da empresa desde 1993 e, posteriormente, diretor. Miguel, na época “interventor” judicial da João José Zattar, fechou a fábrica em Guarapuava e transferiu o maquinário para Pinhão. (...)

Para Zuzo, o fechamento se deu muito mais em função dos desarranjos familiares. Mesmo assim, ele pondera que não deu certo porque “o mercado não estava compensando e a fábrica estava sendo muito dispendiosa, com a produção muito cara”. (Monteiro, 2008, p. 163)

Aos problemas com a matéria-prima, somavam-se os conflitos familiares entre os irmãos Zuzo e Miguel Zattar. Com isso, as próprias características tradicionais do projeto madeireiro são percebidas pelo biógrafo como fator chave no desencadeamento da derrocada da firma. De acordo com o autor, foi a disputa familiar a grande causadora da crise pela qual a madeireira passou, em 1992: “Isto favoreceu a proliferação de oportunistas em Pinhão, invadindo terras e/ou furtando madeira”²⁸. A perspectiva de Monteiro entende o Movimento de Posseiros, a presença do MST, e as políticas de ocupação de terras empregadas por ambos, como algo que foi facilitado pelos problemas internos da empresa, e não enquanto consequência do processo realizado pela mesma ao longo de seus anos de esplendor em Pinhão.

O *posseiro* Joaquim, cujo pai havia comprado terras penhoradas na Zattar em Pinhão, rememora como foi a organização do Movimento de Posseiros em prol da reocupação de terras da madeireira:

Joaquim: Aí em 92, quando houve a reocupação de, das áreas, a gente foi convidado né, pelas pessoas daqui, porque minha esposa é filha de posseiros, nascida e criada em cima das áreas. E eles nessa área onde eu moro hoje, tenho posse, aqui tinha um criadouro, as pessoas que moravam em torno dessa área aqui, com alguns posseiros antigos que, como o meu sogro tinham uma posse antiga, respeitada (...). Então eles já moravam, eram posseiros, e eles criavam né, nessa área aqui, as pessoas que moravam em torno aqui também tinham os animais solto. E aí em 92, como houve uma definição da AFATRUP, do Movimento de Posseiros, de reocupar as áreas de posse, onde de uma forma ou de outra as famílias já tinham sido excluídas de cima da área por um processo anterior do Zattar, mais violento, de exclusão mesmo. É, foi reocupado em 92, a gente virou posseiro também, reocupou essa área onde a gente tá até hoje, com dezoito anos de posse já. (...)

Liliana: O senhor participou dessa, desse início do Movimento dos Posseiros?

Joaquim: Sim, participamos.

Liliana: Como é que foi isso?

Joaquim: É, como existia Faxinal dos Taquaras que foi o berço, Faxinal dos Taquaras e Faxinal dos Franças, que foi o berço da organização do Movimento de Posseiros através da AFATRUP e da, da própria Igreja, da Pastoral Rural, que lutou por organizar, aí foi tirado uma comissão, um grupo, reorganizado isso, por regiões. Lajeado Feio por exemplo tinha muitos posseiros e tem até hoje. É,

²⁸ Monteiro, 2008, p.162.

foi tirado lideranças locais e, aonde existia espaço as pessoas próximas foram reocupando, então como a definição de movimento é de reocupar as áreas, aí foi reocupada Santa Maria, Lajeado Feio foi mais reocupado ainda, redistribuída entre os filhos de posseiros mesmo. É, Serra da Cabra, Taquaras foi reocupado mais algumas áreas que existia, Avencal, Franças, Alecrim, Bugio então foram reocupadas tudo essas áreas em 92 pelos posseiros²⁹. Aí a gente viu que conseguiu assim é, fazer com que o Zattar fizesse alguma reação, quando houve aquilo houve uma reação do Zattar, aí foi toda uma milícia armada que eles contrataram, a empresa entre as, os que eles diziam de segurança, com helicóptero, muitos funcionários por terra tentando ameaçar, coibir (...). E aí eu, não sei se foi um erro, ou uma necessidade de momento que nós reocupamos as áreas de faxinal, mas não como o sistema coletivo. Nós reocupamos já cada um e dividindo né, fazendo suas divisas de respeito, e fazendo cercas entre nós mesmos. Então a partir daí nós não, houve a divisão de lotes já né, já reocupamos cada um com perímetro determinado, tanto pra esse, tanto pra aquele né. Se acertava entre os confrontantes ali e foi feita essa divisão entre nós, então um pouco dos faxinais acabou aí né, então aí que nós delimitamos o nosso espaço de cada um dentro das áreas de faxinal. Alguns optaram por abrir lavoura também, fazer roça como tem muito. Outros estão no extrativismo ainda, né.

Se o biógrafo de Miguel Zattar trabalha com a idéia de “invasão”, por parte dos *posseiros* e do MST, que então começavam a se firmar na região, Joaquim e a AFATRUP acionam a noção de “reocupação” como emblema desse período do conflito com a madeireira. O que houve foi a reinserção de *posseiros* em áreas onde a empresa já havia promovido a expulsão de habitantes. O relato de Joaquim também destaca que essa situação de reocupação não dizia respeito a uma região específica de Pinhão, mas era um movimento que ganhava corpo por grande parte da zona rural do município, como demonstra a quantidade de localidades que ele cita. Grande parte dos sujeitos que participavam desse movimento eram filhos de *posseiros*, jovens que não teriam direito a terras de herança, e cujas famílias haviam sido expropriadas por ações da madeireira. Por outro lado, a reocupação foi promovida tendo em vista a criação de assentamentos da reforma agrária e a possibilidade futura de usucapião, onde a perspectiva de regularização fundiária se dá a partir de lotes individuais e privados. Somado às intervenções da Zattar e dos compradores de terras da madeireira ao longo dos anos, essas

²⁹ Aqui mantenho os nomes originais das áreas de reocupação citadas por Joaquim, por entender que isso é algo de conhecimento público no município e que não prejudica a proteção da identidade do entrevistado. No entanto, além dessas áreas reocupadas existem muitas outras que já estavam povoadas, e cujos habitantes também estavam em conflito com a madeireira. Afora essa exceção aqui aberta, todas as outras referências a comunidades de Pinhão feitas ao longo desse texto utilizam-se de nomes fictícios.

ações também tomaram parte no processo de transformação do “sistema faxinal” em Pinhão, tendo em vista que os *posseiros* passaram a fechar os seus terrenos, e a criar seus animais dentro desses espaços circunscritos. Além disso, onde foi possível, as lavouras começaram a ser feitas perto das casas, nesse novo sistema de terras individuais. De modo que Joaquim, ele mesmo um forasteiro que se integra ao movimento a partir de seu conflito com a empresa e dos laços de afinidade que estabelece com pessoas de Pinhão, coloca sua dúvida pessoal acerca dessa estratégia de acabar com o “sistema coletivo” ter sido boa ou não. Essa preocupação do *posseiro* remete-se à fase atual das políticas de demarcação de terras no Brasil, onde as comunidades tradicionais, que apresentam territorialidades específicas, têm sido contempladas com o reconhecimento de seus direitos fundiários diferenciados.

Além disso, Joaquim atenta para a nova estratégia empregada pela madeireira, no início dos anos 1990, para a proteção e defesa de suas terras. Nos termos do *posseiro*, a empresa organizou uma “milícia armada”, que contava inclusive com um helicóptero para a fiscalização das áreas. Segundo Monteiro (2008, p.162), foi em função da crise e em prol da defesa de seu patrimônio que a Zattar organizou, em 1993, uma “guarda patrimonial composta de quarenta homens”. Para Joaquim, essa foi a resposta que a madeireira organizou frente a uma situação em que não só havia uma série de reocupações de áreas da empresa, como também em que os *posseiros*, instituídos em movimento social, passaram a procurar os órgãos jurídicos e policiais para garantir os seus direitos:

Liliana: E nesse período então a violência da empresa aumentou?

Joaquim: Aumentou, nesse período até é, aumentou de uma forma, uma pressão, é...mais, talvez política do que da lei assim, de a partir de 92 eles tiveram que montar a estratégia, como eles tentaram com a milícia armada, a gente desmobilizou. Aí a gente encontrou forças políticas para enfrentar a empresa de forma organizada, através de denúncia, de dizer, pela primeira vez a gente conseguiu aí prender, colocar jagunços na cadeia, de uma só vez foram presos, em 93, oito jagunços né, armado, da empresa. Mas mesmo assim sofremos desgaste, algumas áreas ainda foram despejados posseiros, (...) as famílias tiveram que sair através de uma ordem judicial. Então a gente, mesmo assim houve pressão até. Mas antes de 92 era a jagunçagem mesmo, então houve outros relatos com certeza vai dizer de assassinato de posseiro, de queima de paiol. Essa época eu ainda já não vivi (...).

A “milícia armada” tratava-se de uma polícia particular que andava fardada e fortemente equipada, utilizava-se de meios automotores de transporte, e fiscalizava as atividades de quem se encontrava nas terras da madeireira. Diferenciava-se dos *jagunços*, a medida que estes residiam em áreas da Zattar, não andavam uniformizados, faziam suas rondas a cavalo e portavam um armamento bom, porém não tão sofisticado quanto o dessa nova equipe de seguranças da empresa. Nesse período, os conflitos entre os *posseiros* e esses agentes da firma se acirraram ainda mais. A empresa passou então a utilizar-se do Código Florestal e das interdições legais ao corte de madeiras nativas para mobilizar suas estratégias de ameaça e retirada dos *posseiros* de áreas de reocupação. E para além dos uniformes, todo o aparelhamento dos guardas da empresa era o de um corpo policial: coletes à prova de balas, revólveres, escopetas, metralhadora e rádio amador. Assim, além dos *jagunços*, que continuavam existindo nos mesmos moldes das décadas de 70 e 80, armados e a cavalo, mas não fardados, os *posseiros* também tiveram de lidar com essa nova organização de guardas da madeireira.

Junto às reocupações promovidas pelo Movimento de Posseiros, os problemas financeiros continuavam a preocupar a firma. Ao expandir seus negócios para outras regiões do país, a empresa também criara complicações para si, já que não havia como sustentar o preço que as distâncias lhe cobravam. A dificuldade financeira impedia que as toras fossem transportadas e que os empreiteiros fossem pagos. “Todos os empregados da unidade de Guarapuava foram mandados embora (...)”. (Monteiro, 2008, p.62). Nessa época, o número de processos trabalhistas contra a Zattar ultrapassou o número de dois mil. Acerca disso, Monteiro afirma que:

O descontrole das contas e os distúrbios familiares, refletindo-se nos negócios e contas das empresas, em algumas circunstâncias (inclusive decisivamente adversas, com a participação dos executivos e funcionários mais graduados), emparedavam Miguel Zattar diante de situações muitas vezes conflitantes e contraditórias. (...) Para Edegard, Guarapuava foi um erro somado a outros. “Cada um inventava uma moda. Os gerentes ficavam ruços. Parecia tudo fácil, não havia controle. Quem garantia que saíam cem metros cúbicos de madeira em uma oportunidade, se saíam duzentos? Ninguém conferia nada antes de o Miguel assumir de vez. Era muita gente, muita filial, muita coisarada. E O Zuzo era mão aberta. Carregava mala de dinheiro! Parava em Guarapuava, gastava. Pra ele dar mil reais (em dinheiro da época) era coisa mais fácil se alguém pedisse. Isso aqui era um paraíso. Só que as contas não fechavam”, diz. Havia

exageros, enumerados por ele e confirmados por outros contemporâneos. “Numa época, o Cabral gastou quinhentos mil dólares pra fazer uma baita portaria na fábrica da Labra³⁰, em Araucária. E deixaram os funcionários sem salário. Eles pararam de produzir, arrumaram encrenca”.

Segundo o jornalista Odone, as ondas de problemas acabaram por espalhar-se no final de tudo: ele lembra que havia falta de liquidez no mercado, as terras com vegetação nativa não valiam o que deveriam valer pela extensão e qualidade, as reservas florestais não tinham peso econômico significativo (“para isto, contribuiu a lei de proteção ambiental – não se podia vender uma imbuia ou pinheiro”), etc.

O endosso vem de Edegard: não havia área de terra livre para negociar. Os juros e a correção monetária cresceram muito e o patrimônio em terra baixou assustadoramente, os imóveis foram sendo desvalorizados. “Quem tem imbuia e pinheiro, hoje, só tem incômodo. Tem que manter intactos, tem que cuidar pra não roubarem, senão a empresa responde criminalmente, tem que evitar invasões, etc. Hoje a terra nua, em qualquer lugar do país, pronta pra plantio, vale muito mais”, frisa. (Monteiro, 2008, p. 165-66)

Em 1994, a fábrica em Guarapuava foi fechada e a madeireira voltou a concentrar-se em Pinhão. Edegard, funcionário da empresa, e o jornalista e empresário Odone, que era próximo de Miguel Zattar, descrevem, nesse trecho de Monteiro, o novo contexto desfavorável à empresa. Não só a má-administração e as características pessoais dos proprietários da firma entram em questão, mas uma virada na política ambiental nacional, onde a vegetação nativa é proibida de ser explorada, e terrenos com florestas passam a valer menos do que aqueles “limpos”, prontos para a plantação de lavouras e a criação de gado.

Foi assim que se deu a derrocada da empresa, que hoje busca se reerguer. A partir dos relatos dos pinhãoenses, a firma madeireira se caracterizava por sua lógica de dominação e por uma espécie de fascínio que exercia sobre a população do município, o qual se fundamentava no prestígio da família Zattar e de seu empreendimento. Enquanto afirma-se que a madeireira trouxe a expropriação de terras e impôs sua presença a partir da violência praticada por seus guardas armados, há quem a perceba como um empreendimento que ajudou a elevar Pinhão à categoria de município. Por outro lado, ao mesmo tempo em que “o Zattar” mandava queimar paióis, ele era visto por seus empregados como muito bom. Isso não impedia, porém, que a madeireira também fosse representada como emblema de sujeição.

³⁰ Miguel e Zuzo Zattar, assim como Nadir Elache, seu cunhado, eram sócios da empresa Labra. Elache também era acionista das Indústrias João José Zattar S/A.

Quando o maior símbolo do esplendor da firma, Zattarlândia, entrou em decadência, o prestígio da madeireira foi, aos poucos, tornado-se memória de um tempo que ficou para trás. Hoje despontam em sua paisagem as serrarias e casas de madeira abandonadas, um esqueleto de trator em meio ao matalgal, uma Igreja aqui, uma escola que serve de base para a educação de *posseiros* e crianças dos acampamentos do MST, e portões, agora abertos. De toda a estrutura, só é possível imaginar o que seus antigos moradores descreviam como uma verdadeira cidade movimentada em meio ao pinhal, já que atualmente são muito poucas as pessoas que vivem em meio às construções de madeira e serrarias desabitadas.

Embora a firma continue atuando em Pinhão, o esplendor do período de sua “descoberta” do município, e do auge da sua produção, não existe mais. O suposto desenvolvimento foi todo gerado a partir de uma lógica de ocupação e dominação tradicional, e se deu num espaço muito curto de tempo: em três décadas, a empresa ascende e inicia seu processo de decadência, e Zattarlândia torna-se um espaço repleto de construções vazias. Ao longo desse tempo, entretanto, crava marcas profundas na história de Pinhão e assim também, revela-nos um pedaço importante do trajeto madeireiro no estado do Paraná.

FIGURAS 3 - 7 – IMAGENS DA ZATTARLÂNDIA CONTEMPORÂNEA



3. Antigo estabelecimento comercial da estrada principal



4. Estrada principal



5. Estrada principal



6. Um dos antigos portões



7. Antigo estabelecimento da serraria

2. OS JAGUNÇOS E O PROJETO MADEIREIRO

Enquanto buscava o domínio territorial de extensas regiões de Pinhão, as Indústrias João José Zattar S/A desenvolveram estratégias de construção de autoridade através do uso de força armada particular. Foi assim que, a partir da década de 1970, os *jagunços* tornaram-se uma parte controversa do cotidiano dos *posseiros*. Intermediários e representantes da firma, esses homens que atuavam como guardas patrimoniais da empresa também faziam parte do circuito de bens simbólicos que formavam o prestígio “do Zattar”. Sua posição no interior do projeto madeireiro diz respeito às intenções e ações da indústria na demarcação de seu território e na consolidação de suas propriedades.

Através da biografia de Miguel Zattar, os *jagunços* são concebidos como um instrumento necessário num ambiente onde a violência parece ser um imperativo das relações sociais. Isso porque o município é tão marcado por histórias de disputas sangrentas, que é reconhecido como lugar com “fama de valente”. Ao mesmo tempo que vista pelos *posseiros* como algo ruim, essa valentia é também positiva, a medida que constitui as relações sociais locais, e tem a ver com concepções acerca do desenrolar de conflitos interpessoais e das maneiras com que determinados sujeitos são capazes de fazer valer seus próprios ideais de defesa e de justiça. A Zattar, então, justifica o uso de *jagunços* também através do acionamento dessa “fama” de Pinhão, considerando esses homens como funcionários essenciais num contexto em que a “valentia” dos outros que se colocavam à sua frente era algo que supostamente lhe demandaria respostas autoritárias.

Se o discurso da empresa se encaminha para esses dados da interação cotidiana num ambiente marcado por disputas sangrentas e sujeitos que andavam armados, por outro lado, conflitos fundiários ocorridos na década de 1950 no Paraná indicam que a utilização de *jagunços* era uma prática comum entre os grileiros, latifundiários e companhias agrárias que então se estabeleciam no interior do estado. Esses guardas patrimoniais, assim, acabavam por fazer parte de um sistema em que não existia a possibilidade de igualdade entre os sujeitos em conflito, a qual é um elemento muitas vezes

presente no caso das disputas locais que marcam a elaboração da “fama” do município.

No entanto, como esse universo de conflito tem a ver com um projeto de dominação e intimidação pessoal, a firma organizava sua autoridade tendo em vista certas compreensões e expectativas acerca dos sujeitos que estavam nas terras que lhe interessavam. É assim que o *jagunço* é representativo não só da empresa, mas de concepções distintas que se chocam dentro desse contexto específico. Ele integra localmente o prestígio da madeireira, e as percepções dos *posseiros* sobre um projeto de imposição de uma nova ordem social. Por fim, ele expressa um processo histórico mais amplo, em que os jagunços tornaram-se peças fundamentais nos processos de ocupação e desenvolvimento econômico do interior do estado do Paraná.

2.1 A “FAMA DE VALENTE” DE PINHÃO

A fim de afirmar seu monopólio sobre as terras dos *posseiros*, as Indústrias João José Zattar S/A organizaram seu corpo particular de guardas armados. Ao biógrafo de Miguel Zattar, esse tema não escapou, de modo que o autor lhe dedica todo um capítulo, intitulado “A violência dá frutos na terra”. Nele, Monteiro destaca Pinhão como um lugar violento, citando os bailes, nos quais sempre “saía tiro”, conforme as palavras de um dos primeiros funcionários da madeireira, por ele entrevistado:

Pinhão era um lugar violento. Em noite de baile, os homens deixavam as armas do lado de fora: facas, revólveres, canivetes, tinha de tudo. E outros, do lado de fora, ficavam sondando para roubar as armas. Saía tiro sempre, confirma Eurides. O mato foi sendo derrubado e a vila arrumada por destemidos homens. (Monteiro, 2008, p. 60)

De fato, Pinhão tinha “fama de valente” já naquela época, como atestam diversas histórias que circulam no município. Uma delas foi contada por um senhor que nasceu em Vila Nova antes da chegada dos empresários da madeira. Ela teria se passado, segundo ele, em 1911. Nesse ano, houve um assalto contra Pedro Laurindo, um fazendeiro local. Um bando de homens

mascarados, com lenços amarrados nos rostos, roubaram aquele senhor, que era possuidor de muitas moedas. Durante o assalto, caiu a máscara de um deles, o Job de Azevedo, comerciante local e dono do único armazém que havia em Vila Nova. Job decidiu matar o fazendeiro e a esposa dele que, amarrada, também presenciara o ocorrido. Atirou nele, e nela postou uma série de coronhadas, porém, não conseguiu matá-la. Acontece que uma mocinha, que era criada do casal, estava escondida embaixo de uma cama e ouviu tudo. Ela pulou a janela e saiu em busca de ajuda junto a seus vizinhos fazendeiros. Na manhã seguinte eles foram checar o ocorrido. Encontraram Pedro Laurindo morto e sua esposa ainda viva, que pôde confirmar o que a mocinha já lhes havia dito.

No velório de Pedro, os fazendeiros se reuniram e planejaram a vingança contra Job, que de alguma maneira descobriu o plano. Fugiu para Guarapuava, onde procurou asilo junto à polícia, argumentando que corria risco de vida. Dias depois, Job estava num bar, perto da delegacia, quando o dono do estabelecimento e sua mulher notaram um bando de cavaleiros que surgia à distância, vindos dos lados de Pinhão. Tratava-se de duzentos homens, armados com espada e revólver, que vinham para vingar o finado Pedro Laurindo. Job fugiu dali o mais rápido que pôde, e nunca mais houve notícias sobre ele. Segundo o senhor que narrou esse episódio, foi a partir daí que Pinhão ficou com “fama de valente”.

Essa narrativa trabalha com a seleção de um fato, localizado nos primórdios da formação de Vila Nova do Pinhão, para explicar a “fama” do município, a qual persiste até os dias atuais. Ao analisar a “fama”, enquanto categoria nativa de sujeitos e de famílias envolvidos em disputas violentas no sertão pernambucano, Marques (2002), compreende o termo como “um corolário das condutas e apreciação a seu respeito, bastante mais independente da posição social de seu portador”³¹. Ele difere, portanto, de “prestígio”, o qual se refere a uma condição, derivada de conquistas pessoais, portada por um sujeito específico.

Em seu trabalho acerca das trajetórias e ações de pistoleiros nordestinos, Barreira (1998) argumenta que tanto a “fama” quanto o “prestígio”,

³¹ MARQUES, Ana Claudia. **Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p.183.

existem “dentro de um domínio público, onde um realimenta o outro”³². Por outro lado, enquanto toma como referência comportamentos e valores, “a fama é tanto mais consolidada quanto mais excepcional for considerado o comportamento de alguém”³³. Pelo modo com que os sujeitos que compõem determinado grupo acionam um conjunto de valores, definindo certos comportamentos como comuns ou extraordinários, a “fama” acaba por ser um elemento discutível, constantemente flexibilizado e negociado através das interações sociais³⁴.

A história da vingança contra Job de Azevedo trabalha com alguns dos elementos que, na visão do seu narrador, compõem a “fama” do município. Em sua construção, o elemento de exagero (duzentos homens armados) é fundamental, tendo em vista que é a partir dele que se constrói uma visão segundo a qual a vingança e a valentia não estavam limitadas à família de Pedro Laurindo, mas ultrapassavam a esfera das relações inter-individuais, e englobavam um grupo significativo de homens. O narrador trabalha com a idéia de que existe, nesse evento, um atentado à honra da sociedade como um todo – trata-se de um assalto realizado por um importante comerciante local, o qual termina com o assassinato da vítima, que vê a face do seu agressor. A “fama de valente”, portanto, afirma-se na construção coletiva da vingança, e abarca a totalidade de indivíduos homens existentes na localidade. Ela tem a ver, nesse caso, com a habilidade – que aqui não é só pessoal – de se responder a uma ofensa grave, acionando a violência.

Além disso, esse episódio trabalha com outro dos elementos fundamentais da “fama” de Pinhão, que é a manifestação da vingança no espaço público. Este, por sua vez, é um lugar central para a construção, segundo valores específicos, das reputações de sujeitos em disputa (Marques, 2002; Comerford, 2003). A partir da elaboração da vingança, tem-se que os homens nela engajados buscam seu inimigo em Guarapuava, ou seja, para além dos limites de Vila Nova. Assim, a narrativa inclui como a “fama de valente”, a partir desse episódio, disseminara-se pela região.

³² BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998, p. 79-80.

³³ MARQUES, Ana Claudia. **Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p.195.

³⁴ MARQUES, loc.cit.

Ainda que a “fama” aqui discutida não se delimite a um indivíduo, sua construção também passa por interações e negociações de valores morais. Os pinhãoenses costumam referir-se a essa “fama”, quando contam que Pinhão é terra de homens valentes e também de muitos *jagunços*, os quais são requisitados em todo o território nacional. Desse modo, os sujeitos definem seu município como um lugar temido, cuja “fama” ultrapassou seus limites.

A noção de “valente” é construída em Pinhão a partir de julgamentos e expectativas de certas atitudes em situações de conflito. O homem “valente” é geralmente aquele que possui muitas mortes em seu histórico, cria brigas corriqueiras com as pessoas, e não pondera seus atos, mas os executa de modo desmedido. Pode ser considerado corajoso, mas é também um sujeito com o qual é preciso ter cuidado. Nesse sentido, os “valentes” são homens que geram desconfiâncias, e os quais se busca evitar.

Se a valentia tem seu caráter negativo, por outro lado, ela opera como parte de um repertório de condutas e de avaliações das mesmas, o qual define, nas palavras dos pinhãoenses, a “fama” do município. De modo que ela é também positiva, na medida em que constitui a sociabilidade local. Assim, Pinhão é reconhecido pelos seus próprios habitantes como um lugar onde há muitos desafetos que culminam com embates sangrentos, os quais operam a partir de noções locais sobre atitudes esperadas em certas situações. Ao mesmo tempo, a bravura é vista como necessária quando se trata do desenrolar de disputas. Encarar o inimigo de frente, testar seus limites, jogar com a possibilidade de morrer, elaborar estratégias de responder às ofensas recebidas, são temas que participam das narrativas sobre esses enfrentamentos.

Diversos foram os relatos ouvidos em campo acerca de impasses que culminaram com a morte de uma das partes conflitantes. Em outros momentos, a vinda de determinados sujeitos para comunidades de Pinhão foi narrada a partir de um evento de disputa violenta em outra localidade, de modo que, para escapar das vendetas usualmente resultantes dessas “encrencas”, as quais podem se estender através de toda a rede de parentesco, as pessoas marcadas por esses conflitos mudaram-se para terras onde poderiam recomeçar suas vidas, longe dos entes com os quais possuíam relações adversas. Por conseguinte, relatos sobre brigas em bares e bailes são

constantes nas histórias de vida de vários sujeitos e, do mesmo modo, essa espécie de briga, que encontra na bebedeira sua justificativa mais aparente, também permeia as memórias sobre assassinatos de *jagunços*. A incidência de brigas nessas ocasiões e recintos, que muitas vezes culminavam com a morte de uma de suas partes, gerou inclusive uma interdição à realização de bailes na zona rural de Pinhão.

Uma dessas brigas em festas foi quase presenciada na pesquisa de campo. Numa tarde de domingo, ocorreu um sarau organizado por um senhor, num barracão ao lado de sua casa. Nessa ocasião, um rapaz que nos acompanhava apontou para um dos sujeitos presentes no evento. Tratava-se de um homem que vestia bombacha, lenço, chapéu e uma grande cinta, na qual carregava um facão. Esse senhor, disse-nos o rapaz, era *jagunço* de uma das madeiras que hoje atuam clandestinamente em Pinhão. O sarau, que é uma modalidade de baile, com banda, casais dançando, bebidas e comida, continuou, mas partimos dele para visitar outras casas de famílias daquela vizinhança. No final da tarde, encontramos em uma dessas residências uma senhora e sua filha, que acabavam de voltar do evento. Disseram elas que o sarau havia acabado por ordens do anfitrião, pois o *jagunço* tinha discutido com um homem, para o qual apontou seu facão. Dias depois, fomos à casa de Dona Joana, que havíamos conhecido no sarau. Ao ser perguntada sobre como havia sido a festa, ela falou sobre a briga que ocorrera entre o *jagunço* e o outro homem. Embora não tenha dito o motivo do desentendimento entre os dois, Joana afirmou que orientara seu compadre, que havia dado a festa, a não realizar outra, pois caso houvesse uma próxima, os dois homens que haviam entrado em conflito iriam tentar resolver a briga anterior. A possibilidade de um deles sair morto seria, então, muito provável.

Uma ocasião de briga entre homens que culminou com a morte de uma das partes foi contada por Elisa, senhora de quarenta anos e moradora de Rio Bonito, quando dizia da mesada de anjo³⁵ realizada todos os anos na igreja daquela comunidade. Segundo ela, o ritual era parte da promessa feita por sua mãe ao Senhor Menino, para que seu filho não fosse preso pelo assassinato de

³⁵A mesada de anjo é um evento comunitário que celebra as crianças com menos de 8 anos. Consiste num almoço distribuído gratuitamente, em que as crianças, que representam anjos, são as primeiras a serem servidas. Esses eventos consistem em rituais de pagamento de promessas, e ocorrem em diversas localidades da zona rural de Pinhão.

um rapaz. Nos termos de Elisa, seu irmão e o outro sujeito se desentenderam numa balsa, durante a travessia de um rio da região. Ela não explicitou exatamente o que teria levado à briga, afirmando somente que os dois homens se envolveram em algum tipo de provocação. Com isso, seu irmão foi ameaçado pelo outro rapaz que, retirando seu facão da cinta, ameaçou matá-lo ali mesmo. De acordo com Elisa, seu irmão engatilhou seu revólver – nos termos dela, “naquele tempo todo mundo andava armado” – e atirou no rapaz, matando-o. Seu julgamento demorou anos para ser realizado, mas Elisa garante que a promessa foi agraciada: seu irmão não foi preso, o que para ela é justo, já que ele teria agido em legítima defesa.

Mas esses casos de brigas envolvendo mortes não se referem somente a homens. Em Pinhão, algumas mulheres também conquistaram sua “fama” pessoal a partir de atentados contra indivíduos do sexo oposto. Ao fazer o diagrama de parentesco de uma senhora, ela citou um tio paterno que era casado com uma mulher oriunda de uma das famílias mais tradicionais do meio rural do município. Segundo aquela senhora, seu irmão intencionava separar-se da esposa, que não queria, com isso, dividir suas terras com ele. Por causa disso, sua esposa o matou e passou 17 anos na prisão.

Nessas histórias de assassinatos, há determinadas noções de estratégia e de tempo que entram em ação. Em Pinhão, o sujeito que levará adiante uma briga ou vingança, anuncia publicamente que possui um inimigo marcado. Essa anúncio é um dos componentes do código de honra segundo o qual são construídas as brigas. Do mesmo modo, esses desentendimentos seguidos de mortes, tais como ocorriam em carreiras, bailes e bares, ou envolvendo terra e mulheres, têm como pano de fundo o atentado à honra de um indivíduo específico. Se terminavam em morte, porém, o assassino, mesmo que fosse para a cadeia, geralmente não era condenado socialmente, a briga ficando restrita aos indivíduos que dela participaram e, segundo a organização das vinganças, ampliando-se aos membros de suas famílias. Por outro lado, há um caráter agonístico da sociabilidade local que faz com que, para além dessas possibilidades de geração de disputas, exista uma conflituosidade latente às relações entre indivíduos e famílias.

Embora não me estenda sobre esse tema, até porque ele exige maior tempo de pesquisa para compreender melhor como essas disputas entre iguais

são construídas no âmbito local, percebe-se que essa lógica entra em questão quando a madeireira organiza seus *jagunços*. Isso é perceptível na biografia de Miguel Zattar, onde Monteiro aponta primeiramente para a existência de um estado de violência generalizado em Pinhão, onde “famílias se matavam, no tiro puro” (Monteiro, 2008, p.61), para depois falar do uso da violência pela madeireira. Assim, a “fama de valente” do lugar é entendida como elemento problemático para os propósitos da firma, que precisaria também inserir-se nessa lógica de violência a fim de defender seu patrimônio:

Dalmo Pinto Portugal, casado com Gilda, sobrinha de Osires, e que viveu por um bom tempo em Pinhão, conta que mandava consertar as armas dos jagunços ou dos vigias das fazendas dos Zattar. Ele lembra que não cobrava nada pela munição, pelos consertos das espingardas, revólveres, Winchester, entre outras. “Esse pessoal que ficava no mato tinha que ter arma. Cada um tinha sua própria arma”, conta Dalmo. E acrescenta, deixando à mostra o perfil árido deste território: “Eu conhecia todo mundo, dos mais velhos aos mais novos, os maiores pistoleiros, os maiores jagunços, conhecia todos. Toda vida me respeitaram, eu sabia levar os caras. Tratava o pessoal muito bem. Quando era pra ser rígido eu era. E tinha capacidade de fazer isso”. (Monteiro, 2008, p. 61)

Nessa citação, Monteiro escreve que Dalmo consertava e carregava gratuitamente as armas dos “jagunços ou dos vigias das fazendas dos Zattar”. Esse trecho demonstra que a figura *jagunço* não é um estereótipo construído somente pelos *posseiros*, enquanto movimento político, mas um termo de uso corrente dentro da própria empresa, que aqui aparece acompanhado por outro, o de “vigia”. Porém, quando transcreve as palavras de Dalmo P. Portugal, que teria sido uma figura chave dentro da organização desses homens armados, Monteiro nos apresenta mais um termo que acompanha a construção da figura do *jagunço* em Pinhão: o de “pistoleiro”. Embora não fique de todo clara nesse trecho, a distinção entre *jagunço* e *pistoleiro*, que também é operada nas narrativas dos *posseiros*, fica sugerida³⁶. Nota-se, ainda, que para Dalmo, a arma de fogo era um elemento necessário aos funcionários da empresa que “ficavam no mato”. Essa necessidade é justificada, na obra de Monteiro, através da “fama de valente” de Pinhão. A perspectiva do autor, tomada aqui como perspectiva da empresa, compreende a violência como expressão de um “outro” desconhecido que se coloca em frente aos desígnios da madeireira, a

³⁶A distinção e as referências aos termos *guarda*, *jagunço* e *pistoleiro* serão discutidas mais especificamente no Capítulo 3.

qual buscaria construir maneiras de enfrentar os moradores locais, segundo os parâmetros dispostos pela visão que possuía sobre esses “outros”.

Com o intuito de garantir sua dominação sobre as terras de Pinhão, a empresa organizou a estratégia de monopolizar a violência, armando seus homens e criando alianças com a estrutura policial local. No entanto, se há um indiscutível desequilíbrio de poder na relação entre *posseiros* e *madeireira*, os quais possuem condições notadamente desiguais dentro do conflito de terras, esse monopólio jamais se realizou. Tendo em vista a intersecção de elementos locais e extra-locais, a firma constituiu um corpo de força e de manutenção de uma ordem que buscava impor. Se a “fama de valente” de Pinhão é uma justificativa acionada pelo biógrafo de Miguel Zattar, por outro lado, os embates fundiários ocorridos em meados do século XX no Paraná, indicam que a utilização de “jagunços” é algo comum aos grandes latifundiários envolvidos em situações de angariamento de terras já povoadas.

2.2 O JAGUNÇO COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE MADEIREIRA

Em conflitos envolvendo a questão da posse da terra, como os de Porecatu³⁷ (entre a década de 1940 e 1951), no Norte do estado, e a Revolta dos Posseiros³⁸ no Sudoeste (1957), os “jagunços” aparecem como uma força de violência que operava junto à polícia, a fim de atender os interesses de fazendeiros e grileiros no norte, e de companhias colonizadoras no sul. De acordo com Silva (2006, p. 167), esses conflitos geralmente tinham como origem um litígio e, entre seus elementos principais estavam: “a ocupação de terras devolutas, a invasão de propriedades particulares, a falsificação de títulos de propriedade e a venda do mesmo terreno a várias pessoas”. Por outro lado, a violência aparece como parte fundamental desses embates fundiários:

³⁷ Silva, 2006; Priori, 2000.

³⁸ Wachowicz, 1985; Gomes, 1986.

Todas as histórias relatando o período de ocupação demográfica do Paraná descrevem, incansavelmente, episódios assustadores: companhias de colonização, bandos de jagunços, pistoleiros sanguinários, posseiros expulsos de suas plantações, assassinatos violentos e, sempre, corpos que boiavam nos rios (...) ³⁹.

As práticas de expulsão violenta de posseiros adquiriram maior visibilidade no Paraná a partir de fins do século XIX, quando se iniciou a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, fator central para o desencadeamento do conflito que culminou com a Guerra do Contestado (1912-1916)⁴⁰. Nessa ocasião, os posseiros é que foram chamados de “jagunços”, numa alusão a Canudos e aos seguidores de Antônio Conselheiro, com os quais se assemelhavam pelas motivações messiânicas, pela existência de uma liderança carismática – o monge José Maria - e pela valentia de seus guerreiros.

Foi também nas últimas décadas do século XIX que o “jagunço” tornou-se relevante em distintos contextos de conflito social, referentes ao meio rural brasileiro. A origem do termo e seus diferentes usos através do tempo denotam, desde aí, a dificuldade em se atribuir uma caracterização objetiva para esse personagem genérico e simultaneamente específico, que abranja com sucesso a totalidade de movimentos e embates nos quais este toma corpo. Tendo como base de sua conceituação os significados de “arma” e “de quem da arma se servia”, o termo “jagunço” aparece inicialmente como sinônimo de “capanga” de um clã, de um grupo de parentes, ou de um chefe político (Pereira de Queiroz, 1976, p. 220)⁴¹. Essa definição está ligada à fase de transição entre o governo monárquico e o republicano, período em que a luta por terra, dentro de um novo contexto político, foi base de conflitos intensos em diferentes partes do Brasil, fossem estes entre famílias, fossem insurgências contra uma ordem dominante. Assim, o “jagunço” de senhores de

³⁹Silva, Osvaldo Heller da. **A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006, p.167.

⁴⁰ Queiroz, 1981.

⁴¹ A fim de realizar essa síntese, a autora analisa inicialmente o significado de “jagunço” no romance “O Matuto” (1878) de F. Távora, onde o termo aparecia como sinônimo de “varapau ou de chuço pesado”. No “Dicionário do Folclore Brasileiro”, Luís da Câmara Cascudo utilizou-se dessa mesma significação, tomando “jagunço” como “chuço, pau ferrado, haste de madeira com ponta de ferro aguçada”. Em 1881, uma definição diferente apareceu no “Dicionário” de Caldas Aulete, publicado em Lisboa. Além de visto como “brasileirismo”, o termo “jagunço” foi tido como significando o “valentão, guarda costas de fazendeiro ou de senhor de engenho” (Pereira de Queiroz, 1976, p. 219).

terra, que tinha entre as principais bases de seu laço com o chefe a lealdade familiar ou o ganho financeiro, era distinto dos sujeitos que, engajados em movimentos messiânicos no início do século XX, também foram abarcados nessa mesma categoria.

Com o passar do tempo, o termo “jagunço” perdeu a significação de defensor valente de um líder carismático, e passou a ser empreendido para definir os “capangas” armados de grandes fazendeiros e companhias colonizadoras (Pereira de Queiroz, 1976, p. 226), como nos casos de Porecatu e do sudoeste paranaense. Esses deslocamentos semânticos indicam desde já a abertura e as constantes renovações que o termo recebeu ao longo da história nacional.

Em Pinhão, a definição semântica de “jagunço” dá lugar a vários termos, que se diferenciam nos discursos dos sujeitos sobre sua trajetória de luta por terras. O *jagunço* pode ser simultaneamente concebido como *guarda*, ou até mesmo *pistoleiro*, e muitas vezes o termo não se aplica diretamente a homens valentes, mas também a sujeitos que ingressavam nessa carreira com o objetivo de obterem salários. Ainda que Pinhão tenha “fama de valente”, essa característica remetia-se, até o conflito com a Zattar, a disputas entre sujeitos de status parecido ou igual, envolvidos em questões amplamente relacionadas à honra pessoal. Com o desenrolar da questão entre a população local e a madeireira, essa “fama” começa a envolver novas características, já que esses “valentes” de Pinhão poderiam engajar-se como *jagunços* nos quadros da empresa, e que a população local teria agora de lidar com disputas com homens enviados por um abstrato “o Zattar”, cuja face jamais lhes era acessível.

Assim, um dos sentidos que o *jagunço* adquire nas narrativas dos *posseiros* é o de sujeito que defendia os interesses da madeireira em seu projeto de dominação territorial. Ele representa a ponta de uma rede social que atua segundo uma lógica distinta daquela que regia as disputas no município. No entanto, em terra de homens bravos, a madeireira também perseguia a construção de seu prestígio a partir dessa característica local. Ao contratar homens de Pinhão cuja reputação era a de serem “valentes” e “matadores”, ela buscava constituir a sua própria reputação, a fim de obter o respeito da população local. De modo que não é somente o esplendor econômico de suas

serrarias e as trocas que estabelecia com seus funcionários e parceiros que compunha o seu prestígio, mas também o uso de força física. Os *jagunços* e suas armas, nesse sentido, participavam do conjunto de elementos simbólicos e práticos que permitiram que a autoridade “do Zattar” se consolidasse.

Se a violência fundamenta as práticas dos agentes das frentes econômicas pelo Paraná, existem também outros dados das interações sociais que permitem inserirmos a discussão sobre como a percepção do universo local interfere sobre a estratégia adotada pela madeireira. A empresa pode ser tomada como agente de interação, composto, por sua vez, por vários outros intermediários, sujeitos de Pinhão que atuavam em seu nome, através dos quais construía redes de relações com sujeitos já estabelecidos localmente. Assim, como as próprias características do sistema de dominação atestam, ela não era uma simples estrutura exterior que se impunha, mas um conjunto de interesses que, pela interação social, redefiniu a configuração local.

A organização de *jagunços* feita pela empresa diz respeito ao objetivo de consolidar sua ocupação territorial em áreas exteriores à Zattarlândia, nas quais os *posseiros* continuavam a viver e executar suas tarefas cotidianas. Essa situação foi relatada por *posseiros* de Cascatas, quando perguntados sobre como foi o início da presença de *jagunços* naquela localidade da zona rural de Pinhão:

Liliana: Qual que foi o primeiro jagunço que apareceu aqui?

Marcelino: O primeiro foi o Roberto.

Rosa: O Roberto, ele era vizinho.

Liliana: Como é que foi essa história?

Marcelino: Ele ia lá, "vocês não façam erva, porque aqui é do Zattar, vocês parem de roçar, porque não dá pra roçar capoeira, é do Zattar e ele vai, se fazer a capoeira não é mais pra plantar, é pra deixar quieto aí". Aí não tinha como, como que eu ia viver? Como que eu ia viver naquela situação? (...) Ah, nós tanto tirava erva como fazia roça do mesmo jeito, ele voltava, era conhecido. Daí quando foi vindo os de fora, aí que foi mudando.

Marcelino, de setenta anos, e Rosa, de cinquenta e cinco, são casados e vivem num terreno de posse que é herança do pai de Marcelino. Ambos participaram ativamente da AFATRUP e do Movimento de Posseiros, e hoje aguardam pela regularização de suas terras. Rosa, bisneta do fundador de Cascatas, é a filha mais velha do senhor Camilo Oliveira. Enquanto ela vive

naquela localidade desde que nasceu, Marcelino mudou-se para lá com sua família quando era criança. Nessa conversa gravada, ele fala de Roberto, o “primeiro *jagunço*”, como um “vizinho”, pois sua casa era próxima de onde moram. O casal, assim como outros *posseiros*, não respeitava as interdições de roçar ou de extrair erva-mate, que constituem elementos básicos de seu modo de vida. Até então, a situação da população *posseira* permanecia estável, ainda que já houvesse interferência de um *jagunço* em suas áreas. Segundo Marcelino, foi com a vinda de *jagunços* forasteiros que sua condição nas terras sofreu uma considerável reviravolta.

Essa mudança, por sua vez, articula-se no relato do *posseiro* Damião, de cinquenta anos, irmão de Rosa. Nele, Damião constrói a justificativa para a inserção de *jagunços* oriundos de outras regiões:

Damião: Quando começou a confusão aí, não vou dizer a primeira, já tinha acontecido. E, eu vou colocar do ano 70 pra cá. Até 69, até 69, é, nós vivia numa, aqui era comum, tudo comum. Nós tudo ia trabalhar pra lá, os de lá vinham trabalhar pra cá e era tudo comum, tudo comungava, tinha criação de porco, a porcada que, ia pra um lado, ia pra outro. Às vezes a gente ia resgatar um porco lá não sei aonde, lá com os outros morador. Porque era tudo, tudo comum. No governar o ano 70, no governar o ano 70, o Zattar, ele disse que era dono das terras aqui. E foi pegando o pessoal assim, é assinando contrato. É algum assinava contrato... Eles pegaram nesse, nessa época, dos anos sessenta, eles trouxeram dois pistoleiros, eles ficaram aqui muito tempo com pistoleiro. (...) Eles trouxeram dois pistoleiros, é, iam a cavalo num burrão, de rebenque e revólver. Aqueles dois pistoleiros.

Dibe: E eles vieram de onde, esses pistoleiros?

Damião: Vieram de fora, vieram de fora, não sei de onde, não posso contar pra senhora de onde. Foi uma idéia de um, um mais velho aí: "vocês tragam pessoas estranhas, de fora, armado, é, que não dê bola e, daí vocês pegam o pessoal e contratam", uma idéia de um velho, antigo, não daqui mas da, da região aí.(...)

Dibe: Quem era ele?

Damião: Roberto.(...)

Dibe: Esse Roberto que chamou os dois pistoleiros?

Damião: Esse que deu essa idéia pro Zattar, que deu a idéia pro Zattar. Trazer dois pistoleiros de fora, desconhecidos, armados é, e de rebenque...

Dibe: Esse Roberto era daqui já?

Damião: Esse era do lugar aqui, não era daqui mas era da mesma região.

Dibe: E ele trabalhava pro Zattar?

Damião: Ele foi o primeiro a trabalhar pro Zattar.

Dibe: Ele foi pistoleiro também?

Damião: Não, ele saía assim, proibia o serviço quando as pessoas tavam trabalhando, tirando erva, ou roçando. Ele saía proibir assim e o pessoal não obedecia ele. Daí ele deu a idéia pro Zattar trazer dois pistoleiros de fora, armados, não dando, não mostrando é, assim, dialogação pra nenhum do pessoal. E pedindo pra ele, pro pessoal assinar um contrato. Chegavam de cavalo, nem... e "trouxe uma coisa

pra vocês assinarem contrato". Aí o pessoal é, meio encolhido já, com a pessoa armada, de revólvão e rebenque e eles sempre andavam acho que esperando briga. Daí nessa época já aconteceu umas casas queimadas. Nessa época aí já apareceu uma, era uma casa queimada no meio do carreiro aqui.

Damião delimita a virada para a década de 1970 como o ponto de partida de sua narrativa, pela percepção que faz dessa época como o início do período crítico que deflagrou o conflito entre *posseiros* e madeireira. Essa marcação temporal diz respeito ao começo do processo de transformação do sistema de apropriação e aproveitamento do território, tal como se realizava em Cascatas. Aí o destaque à noção de que “era tudo comum”, e aos resgates de porcos nos terrenos dos vizinhos, ambos referentes ao antigo “sistema faxinal”.

Segundo Damião, foi pelo insucesso em fazer-se obedecer, que Roberto sugeriu “pro Zattar” que trouxesse dois *pistoleiros* forasteiros. Cita Roberto como homem que trabalhava para a firma cuidando de suas terras, mas não o caracteriza como *jagunço*. Aqui, sua ênfase obscurece o termo, focando-se na figura do *pistoleiro*. O uso desse modo de caracterização indica o interesse do *posseiro* em salientar a reviravolta para um novo contexto de territorialização, violência, intimidação e impossibilidade de diálogo. Esse aspecto é reforçado quando, ao final, Damião afirma que foi então que apareceram as primeiras ações de queima de casas. Por outro lado, a ausência de negociação é um tema que aqui aparece junto de outra constante nas narrativas sobre o conflito: os contratos. O *jagunço*, agora concebido por Damião como *pistoleiro*, surge acompanhado dessa espécie de documento de arrendamento, cujo objetivo principal era obter do *posseiro* a concessão de seus direitos de posse.

Os *posseiros* entendem que essa estratégia da madeireira tem a ver com a necessidade de garantir a obtenção das terras visadas, e de impor uma presença que fosse “respeitada”. Esse “respeito” seria garantido pelo uso de força, e por ações violentas que, enquanto atingiam diretamente determinados sujeitos, tornavam-se notícias que circulavam pelas comunidades, dando origem a uma atmosfera de medo entre aqueles que moravam nas áreas que a empresa queria tomar para si. É assim que existe um discurso fortemente construído entre os *posseiros*, segundo o qual os *jagunços* eram homens armados, que andavam a cavalo, e iam até a casa das pessoas, a fim de

intimidá-las para que assinassem os contratos de arrendamento das áreas de *faxinal* e de *cultura*. Junto a esse discurso, articula-se a idéia de que foi depois da chegada desses forasteiros armados pela empresa para cuidar das terras que esta dizia serem dela, que os *posseiros* de Cascatas começaram a cercar os *faxinais*. A cerca, que antes era construída com o intuito de dividir áreas cuja ocupação espacial era diferenciada a partir do “sistema faxinal”, passa agora a marcar o controle exercido por determinado *posseiro* sobre uma área específica.

O modo com que a empresa encadeou sua disputa por terras na região teve por base uma série de construções de relações, envolvendo as esferas política e jurídica da localidade, assim como com a força policial e com outros homens que, armados, que seriam os responsáveis pela aplicação *in loco* dessa nova ordem sócio-fundiária. Esse conjunto de ações e relações, que comporiam a própria reputação da madeireira, passavam pela renovação dos valores e estratégias de dominação da empresa, em interação com o contexto social local. De modo que a madeireira atuava através de um sistema que, enquanto se chocava com determinados valores das comunidades rurais de Pinhão, também os levava em conta quando elaborava sua própria imagem perante o município.

Ao analisar conflitos entre indivíduos e famílias “tendencialmente iguais”, Marques afirma que:

Mediante as disputas acrescentam-se novos traços na própria imagem, voltada para fora, porque estamos em um ambiente em que, de modo muito agudamente sentido, o outro é a medida de si mesmo (Marques, 2002, p. 54).

Embora a autora não trate de uma região marcada por um projeto de dominação empresarial, e analise “intrigas” entre sujeitos cujas posições sociais são mais ou menos similares, a idéia de que, no conflito social, “o outro é a medida de si mesmo” é também presente nessas situações de interação entre diferentes. Se em contextos de brigas interindividuais em sociedades pequenas, onde a “pequena política” (Bailey, 1971) é elemento constituinte das interações e das reputações a nível local, essa imagem perante o outro parece ser mais enfática, em situações que envolvem dominação, ela também entra em questão. Ao analisar o surgimento de uma “cultura do terror” nos seringais

de Putumayo, Michael Taussig (1993) apresenta uma vasta consideração acerca desses encontros e desencontros, que constroem uma “atmosfera de incertezas” através da circulação de histórias⁴². Lá, o temor ao canibalismo indígena, o efeito que as revoltas índias gerava na consciência dos capatazes dos seringais, enfim, a insegurança frente ao desconhecido (tanto aos índios quanto à selva), correspondiam a representações que compunham um imaginário, o qual também fundamentava um modo de dominação. Ainda que necessite-se de mais tempo de pesquisa de campo para compreender melhor os efeitos da “fama de valente” de Pinhão sobre as estratégias da madeireira, já é possível perceber que essa visão sobre o outro é um tema que participa das interações engendradas através da consolidação desse empreendimento no município.

A interpenetração de sistemas de valores diferenciados torna-se um desafio para a análise antropológica, especialmente quando trata-se de compreender as características da violência gerada no encontro entre uma frente de expansão econômica, à qual diversos agentes se integram de modos diferentes, e um campesinato que opta por se contrapor aos abusos desses novos sujeitos com os quais interagem. Se como afirma Martins (1996, p.27), “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social”, o problema está em perceber a conjugação de diferentes temporalidades e lógicas de compreensão, tal como se apresentam nessas regiões liminares. São vários “outros” que aqui entram em contato, impossibilitando-nos de pensar nessa situação de conflito somente a partir das experiências face-a-face, ou segundo um quadro em que os dominantes impõem-se sobre os dominados.

Considerando que os próprios *posseiros* reconhecem que a madeireira precisaria de esforços de proibição que ultrapassassem a mera afirmação de seu domínio através da fala e da confecção de documentos, mas fossem consolidados através de uma presença mais incisiva dos *guardas* da empresa, e que o acionamento da violência é também fator que agrega “prestígio” a um indivíduo nessa localidade, percebe-se que o uso de *jagunços* ultrapassa a simples esfera da ação instrumental, e ganha contornos que dizem respeito à

⁴²Taussig, 1993, p.112.

própria “fama” de Pinhão. Como sugere Marques (2002, p. 192), não se trata somente de subordinar alguém, mas de fazer com que sua superioridade seja reconhecida. Para tanto, é preciso também agir segundo os parâmetros locais de “valentia” e “força”. De modo que todo esse trabalho da dominação executado por *jagunços*, processado em uma configuração social, e motivado pelo anseio por terras, envolve não só um contexto sócio-histórico mais geral que legitima a utilização desse corpo de violência, mas também o modo com que a própria empresa percebe Pinhão e busca construir sua autoridade sobre a região.

3. AS INSERÇÕES DOS *JAGUNÇOS* NO CONFLITO FUNDIÁRIO

Como parte fundamental de uma associação política, o *jagunço* também integrava as relações de patronagem estabelecidas pela madeireira. Porém, por morar com sua família nas áreas que a empresa tomara para si, ele acabava por estabelecer outros vínculos com a população *posseira* do entorno. Essa territorialização dos guardas patrimoniais da empresa, que também circulavam, a cavalo e armados, pela zona rural, acabou por contribuir para o modo dúbio com que se concebe o *jagunço*. Pois, ao mesmo tempo que é amplamente tido como o “puxa-saco”, que tem total lealdade ao seu senhor, as memórias acerca do conflito demonstram que alguns desses *jagunços* eram parentes, vizinhos, compadres e amigos dos *posseiros*. Ou seja, eles não eram necessariamente forasteiros, ou *pistoleiros*. As relações de familiaridade operam, portanto, como elementos que os diferenciam no interior desse sistema de repressão, segundo o *posseiro* que conta sua história.

Ainda assim, as possíveis exceções engendradas por essas proximidades dentro de um sistema em que *posseiros* e *jagunços* estão supostamente em lados distintos, como buscarei discutir mais adiante, vem a reforçar a relação de dominação empreendida pela madeireira, onde, embora exista a possibilidade de eventuais aberturas e rompimentos, ela sempre aparece como o elemento de força a ser considerado. É também desse modo que, enquanto alguns dos *jagunços* aparecem, nas memórias dos *posseiros*, como orientando plenamente suas ações para a empresa, outros acabam por se destacar mais em termos de sua relação com os sujeitos pesquisados. Pelas características da dominação engendrada pela empresa, o conflito acaba por ganhar contornos pessoalizados. Nas memórias dos *posseiros*, as ações dos *jagunços* aparecem como sendo determinadas por uma pessoa abstrata, que ganha concretude no modo com que esses homens de armas cumprem com suas ordens.

Assim, o presente capítulo tem por objetivo discutir as múltiplas maneiras com que os *posseiros* concebem a presença de *jagunços* no conflito fundiário. Compreendido como interação entre sujeitos, o conflito poderia ser apresentado como contendo dois lados opostos: *posseiros* e Zattar. Entretanto,

as reflexões feitas pelos *posseiros* sobre suas relações com os *jagunços* trazem novas nuances a esse quadro dualista, tornando-o fluido e dando-lhe um caráter que por vezes beira a indeterminação. Ainda assim, ao focar-se nas interações e sujeitos de que os *posseiros* falam, compreende-se que são esses vínculos, articulados a pontos de vista específicos sobre as experiências vividas, que fundamentam o acionamento das categorias *guarda*, *jagunço* e *pistoleiro*.

Por outro lado, as narrativas acerca dos *jagunços* remetem-nos aos modos com que os próprios *posseiros* constituem-se a partir de distintas perspectivas, situando-se em posições particulares dentro desse campo conflitivo. Através de histórias de vida individuais, observa-se o processo pelo qual os sujeitos que narram suas memórias constroem a elas e a si mesmos, assim como as situações pelas quais os indivíduos organizam suas experiências e fazem valer estratégias próprias de resistência (Bensa, 1998, pp.53-4). Mesmo individuais, essas narrativas estão fortemente marcadas pela organização social da vida, já que, através da memória, o indivíduo define seu lugar social e suas relações com os outros (Pollak, 1989, p.13). De modo que os relatos também apontam para as condições dos sujeitos que contam suas histórias, dentro desse contexto específico. Nesse sentido, essas lembranças apontam para a diversidade de concepções, mas também para elementos comuns.

Enquanto fenômeno que está sempre em construção, a memória não é fixa, mas transforma-se segundo os acontecimentos do presente e de acordo com o que Elias (1994, p.29) chama de “fenômeno reticular”, no qual os indivíduos moldam continuamente a si mesmos, através de sua relação mútua. Através das narrativas, temos uma visão atual do conflito fundiário, a qual requiere a atenção especial para o modo com que os sujeitos se posicionam no presente, já que isso interfere sobre as visões que constroem sobre os *jagunços*. As próprias relações e interferências dos *posseiros* uns sobre os outros influem diretamente sobre o que e como eles falam.

Trabalho aqui simultaneamente com relatos gravados, histórias que foram anotadas em diário de campo, e fontes históricas. Todos chamam a atenção para a complexidade de arranjos e a multiplicidade de laços que se constituem com e através do conflito. Nesse sentido, tanto quanto os *jagunços*,

os sujeitos que contam suas histórias também são processos, e movimentam-se por diversas redes de interdependência. Por outro lado, se existe um conflito, os lados que o compõem não são homogêneos, mas constituem-se a partir de várias formas de inter-relação. Enquanto personagens que me permitem explorar esse aspecto, os *jagunços* de que tratarei a seguir diferem entre si. Ora vistos como “de dentro” ou “de fora” de Pinhão, ora como “bandidos”, pessoas de má índole, ou como sujeitos que entravam nessa carreira “por necessidade”, ora como policiais, os *jagunços* revelam a amplitude de relações que compõem a situação de conflito. Por fim, para além desses encontros inter-individuais, percebemos uma escala ainda mais abrangente de relações, constituída pelo esforço madeireiro em consolidar seu domínio territorial e econômico no município.

3.1 O JAGUNÇO QUE VEM “DE FORA”

Tião é resposta recorrente quando se pergunta aos *posseiros* quem eram os *jagunços* da madeireira em Pinhão. Considerado um dos primeiros agentes armados, oriundos “de fora” do município, Tião se destaca na mesma medida em que suas ações e características pessoais contribuíram para que ocupasse uma posição de destaque na organização *jagunça*. “E o chefe, que sabia tudo que era devido nesse mato aqui era o Tião”, disse uma senhora que, após o falecimento de seu marido e devido à sua insistente recusa em assinar o contrato com a madeireira, teve sua casa queimada, no início dos anos 1970. Tião é comumente lembrado como o “comandante dos *jagunços*”, ou seja, aquele que organizava as estratégias desses guardas armados, e que detinha autoridade sobre os mesmos.

Ao lembrar a vinda dos dois primeiros *jagunços* forasteiros para Pinhão, dentre os quais estava Tião, a senhora Lúcia, *posseira* de sessenta e cinco anos, moradora de Cascatas, afirma que eles ficaram hospedados no galpão de uma fazenda onde os pais dela trabalhavam, a qual fora comprada pelas Indústrias Zattar. Quando fala desse evento, segundo ela ocorrido em fins dos anos 1960, Lúcia relembra que aqueles *jagunços* seencantaram com

sua filha, que na época tinha um ano de idade. Foi por essa simpatia que o colega de Tião batizou sua primogênita com o mesmo nome da menina de Lúcia. Mais tarde, essa senhora ficou amiga da esposa de Tião, o qual morava com sua família num terreno da madeireira, próximo ao bairro rural onde ela vive. Lúcia recorda que muitas vezes tinha de passar pela casa de Tião, quando estava a caminho de outro lugar. Ao avistá-la, a esposa do *jagunço* convidava-a a entrar, tomar chimarrão e comer, demonstrando preocupação com o possível cansaço de Lúcia, que havia caminhado uma considerável distância.

Essa senhora *posseira* nasceu em Pinhão. Sua mãe, filha de alemães, viera do Rio Grande do Sul ainda na infância, junto com o avô materno de Lúcia, que segunda ela, teria se mudado para a região para escapar de alguma “encrenca” contraída no sul. O pai de Lúcia, por sua vez, era natural de Pinhão, e descendente de uma das primeiras famílias extensas que adquiriram sesmarias no município, ainda na primeira metade do século XIX. Dona Lúcia nasceu na comunidade de Planalto, vizinha a Cascatas, mas pelo que conta de sua história de vida, seus pais costumavam trabalhar e morar nas terras de outros fazendeiros. Na década de 1960, Lúcia casou-se com o senhor Benedito Freitas, morador de Cascatas. Ele é neto, por parte de pai, de sujeitos naturais de Curitiba, e por parte de mãe, de uma família de Planalto. A família de seu pai é reconhecida, pelos demais *posseiros* daquela região, como uma das mais antigas e mais valentes de Cascatas.

Benedito e Lúcia Freitas, que tiveram 11 filhos, vivem hoje em um terreno de mais ou menos 11 alqueires, que era parte da herança desse senhor. Porém, Benedito detinha a posse de mais 20 alqueires ao redor dessa terra, onde criava seus animais à solta e extraía erva-mate. Ainda na década de 1970, os Freitas inclusive vendiam esse produto para as Indústrias Zattar. Em torno dos anos 1980, os *jagunços* da empresa, nas palavras de Seu Benedito, “começaram a incomodar” sua família, impedindo-os de continuar retirando erva. Foi então que ele cercou essa área toda. Depois da medição que o Movimento de Posseiros efetivou na década de 1990, para a regulamentação de terrenos individuais, Benedito dividiu 22 alqueires com dois de seus filhos.

Lúcia, nessa época, era professora, e participante ativa da Igreja. Foi através dela que sua família tornou-se integrante do Movimento de Posseiros.

Os Freitas possuem uma posição bastante peculiar nessa esfera. Dentre suas filhas mulheres, duas se casaram com membros da principal família de fazendeiros de Cascatas, e uma com um agente madeireiro. Além disso, os Freitas ocupavam uma posição intermediária nessa localidade, vendendo ou transportando a erva-mate de outros *posseiros* para os beneficiadores da região⁴³. Atualmente, empregam trabalhadores no período de colheita do produto. Suas terras são tidas pelos seus vizinhos como privilegiadas, justamente pela quantidade que apresentam desse material vegetal. Tendo em vista o circuito de produção da erva, os Freitas, portanto, diferenciam-se dos outros moradores de Cascatas, que em sua maioria, são somente trabalhadores temporários que atuam na poda do produto⁴⁴.

Quando lembra dos *jagunços* que a incomodavam, Dona Lúcia cita somente um, o Marcos. Era ele que impedia sua família de retirar a erva-mate, atividade fundamental para o sustento de seu modo de vida em Cascatas. Tião, entretanto, não é rememorado por ela como alguém que agia diretamente contra os Freitas. As lembranças de Lúcia acerca dele apontam não para uma consideração mais geral sobre a “fama” desse *jagunço*, mas para aspectos de sua interação com ele e sua família na vida cotidiana, indicando que há uma avaliação das condutas dos vizinhos e conhecidos que permeia as considerações dos *posseiros* sobre esses funcionários da madeireira.

Dona Lúcia contou que, certa vez, estava em frente ao hospital de Pinhão, aguardando alguém. Do outro lado da rua, ficava a delegacia. De lá, ela viu sair Paulão, *jagunço* tido como um dos mais valentes que já passaram por Pinhão. Ele partira para cima de um *posseiro* que, naquela ocasião, o havia denunciado. Foi então que Tião saiu rapidamente de dentro do recinto,

⁴³ A erva-mate é o principal produto comercial das regiões de *faxinal*. A colheita deve ser feita de dois em dois anos, a fim de que se obtenha uma quantidade significativa de mate. Uma boa safra, atualmente, costuma render entre R\$ 12.000,00 e R\$ 18.000,00 para as famílias que possuem ervais, de modo que esse produto é uma importante fonte monetária, que possibilita também uma espécie de poupança para esses sujeitos, garantindo-lhes uma certa flexibilidade temporal em termos de cálculos econômicos e estratégias de obtenção de renda.

⁴⁴ Acerca do extrativismo de erva-mate, ver Renk (2000). Enquanto a autora trabalha com as firmas beneficiadoras de erva-mate no Oeste catarinense, em Pinhão o extrativismo nas áreas de *faxinais* é bastante artesanal, e realiza-se através da contratação informal de tarefeiros entre as próprias vizinhanças. São os donos dos terrenos, muitas vezes também *posseiros*, que se encarregam de vender o produto a intermediários, através dos quais a erva-mate, embolada em grandes feixes de taquara, é levada para os beneficiadores, sejam estes de Pinhão ou não. Esses intermediários podem ser pequenos *posseiros* e proprietários do local, ou até mesmo fazendeiros da região.

clamando a Paulão que não fizesse nada. Mas era tarde demais. Paulão desferiu tiros contra o homem ali mesmo, no meio da rua, e fugiu. Segundo Lúcia, o *posseiro* ferido, então, foi levado às pressas ao hospital, pelo próprio Tião.

Ainda que esteja em posição desigual perante os *posseiros*, o *jagunço* participa da pequena política das relações cotidianas, aquela que diz respeito à construção de reputações, às fofocas e insultos, e aos termos de como jogar o jogo social (Bailey, 1971, p.2). Isso é reforçado pelo fato de que os *jagunços* moravam nas áreas que deveriam vigiar, de modo que não ficavam alheios aos olhos, comentários e relações de seus vizinhos. Entretanto, não era qualquer sujeito que poderia construir essas aproximações com esses *jagunços*. Elas têm a ver com algumas inserções e determinados eventos que, enquanto se desenrolam, possibilitam que certas pessoas reconheçam-se, ainda que às vezes por um período muito curto, como sujeitos que podem ser julgados a partir desses parâmetros da “pequena política”, aquela que diz respeito a sujeitos em posições relativamente iguais. É assim que, ao lembrar de Tião e sua família, Lúcia diz “a gente era amigo deles”, enfatizando que o *jagunço* poderia construir laços de solidariedade com os *posseiros*, e organizando julgamentos a partir de sua visão específica sobre as atitudes desse senhor, ao longo do tempo.

A vinda de Tião para Pinhão foi narrada pelo senhor Jorge, cuja família é de Planalto, região que também foi objeto de ocupação e exploração intensiva por parte da madeireira. Jorge falava então dos confrontos com a Zattar, das ações da AFATRUP, e do Movimento de Posseiros. Segundo ele, os participantes do movimento social eram amplamente vistos como “baderneiros” e, tanto quanto seus companheiros, Jorge era uma das pessoas “marcadas” pelos *jagunços* da empresa. Para ele, sua vida se deve à amizade de seu pai com Tião, a qual se iniciou no presídio, onde o pai de Jorge foi cumprir pena após ter matado o assassino do irmão.

Ocorrido num baile, no final dos anos 1950, esse assassinato foi o desfecho de um desentendimento em torno de uma moça. Dias depois, o pai e os outros tios de Jorge reuniram-se para vingar o falecido. Numa espécie de seqüestro, levaram o homem até o inspetor de polícia em outro distrito, onde o assassino confessou seu crime. Embora o homem tenha admitido seu ato, a

família de Jorge não permitiu que a polícia o prendesse. Levaram-no para um galpão distante, onde o pai de Jorge executou o assassino de seu irmão. Por causa disso, foi condenado à prisão, pagando sua pena num presídio de Curitiba.

Na cadeia, onde permaneceu por quatro anos, o pai de Jorge conheceu Tião, sujeito oriundo do Nordeste do país. Segundo Jorge, Tião cumpria pena por ter matado seu patrão numa fazenda no Norte do Paraná, onde já trabalhava como capanga. O assassinato teria se dado porque o fazendeiro não pagava seus empregados, de modo que o discurso de Jorge constrói-se segundo uma visão de que tanto seu pai quanto Tião foram para a prisão por conta de ações de vingança que envolviam a afirmação de um ideal de justiça. Em fins dos anos 1960, Tião foi para Pinhão, trabalhar para a madeireira. Há *posseiros* que afirmam que a empresa o retirara, junto com outro dos primeiros *jagunços* vindos “de fora”, da Penitenciária do Ahú, em Curitiba. De modo que comenta-se que “o Zattar” não só “pegava os *bandidão* de fora para trazer para cá”, como também esses *bandidos* vinham pedir proteção para a empresa, escondendo-se dentro do quadro dela.

De acordo com vários *posseiros*, os *jagunços* entraram nas comunidades “fazendo pressão” para que os sujeitos assinassem os contratos de arrendamento e cumprissem com os termos da madeireira. Diziam que eram *guardas florestais*, o que indica que suas tarefas teriam a ver com a vigilância das matas da região, agora incorporadas por um particular. “Mas abusasse dos *guarda florestal* para ver se eles não matavam!” – disse o senhor Damião, ressaltando a valentia desses agentes, e o perigo de contrariá-los. É nesse sentido que esse *posseiro* defende sua preferência em tratar esses homens por *pistoleiros*, e não *guardas*.

A visão do *jagunço* como sujeito que já possuía uma carreira de crimes se destaca em outros conflitos fundiários no Paraná, onde esse tipo de agente violento ganhou centralidade. Ao analisar a Revolta dos Posseiros no Sudoeste (1957), Ruy Wachowicz discorre que as companhias colonizadoras e agrárias, atuantes naquela região, haviam recrutado seus “pistoleiros” no Norte do estado, tendo também retirado da mesma Penitenciária do Ahú, em Curitiba, os presos que se disponibilizaram a colaborar com seus interesses (Wachowicz, 1985, p. 216). Cada um deles, que ganhava um jipe e era transformado em

corretor, passou a “pegar à força os colonos e obrigá-los a assinar o contrato”⁴⁵, que nessa situação era de compra do terreno de posse. Além disso, ao citar o Norte do estado como local de origem desses “jagunços”, Wachowicz supõe a contínua presença dos mesmos indivíduos em distintas situações de conflito fundiário, tendo em vista as então recentes disputas sangrentas de Porecatu. De modo que a historiografia paranaense acaba por sugerir tanto como essas situações de conflito constituem “jagunços” cuja força de trabalho é posteriormente acionada em outros eventos parecidos, quanto a própria circulação desses sujeitos por territórios agrários em formação.

Em Pinhão, o senhor Camilo Oliveira, *posseiro* de Cascatas, considerado pela AFATRUP como um dos principais representantes do movimento social, levantou a relação dos *jagunços* com a Revolta dos Posseiros no Sudoeste:

Liliana: Como é que foi os jagunços?

Camilo: Do ano 70, 71, eles encheram de jagunços de fora. Não sei se a senhora ouviu falar já no, aqui em Pato Branco, que foi o primeiro combate de jagunços que houve, aqui em Pato Branco, que mataram gente, tiraram seio de mulher, pincharam, e fizeram a maior judiaria do mundo. E pra aquele povo de Pato Branco. E nós aqui ouvia falar daquilo pra fora, mas nós não pensava que um dia ia chegar pra nós aí. E de repente aqueles mesmos jagunços eles trouxeram aí.

Liliana: Os mesmos de Pato Branco?

Camilo: Os mesmos de Pato Branco eles trouxeram algum de lá, e daí foram pegando mais gente aí pra incomodar os miseráveis posseiros.

Liliana: E aí eles pegaram gente daqui também pra virar jagunço?

Camilo: Pegaram, pegaram gente daqui. Daí veio uns de fora, depois que aqueles tomaram conta começaram pegar gente daí.

Camilo constrói sua visão dos *jagunços* relacionando-os a eventos extremamente violentos ocorridos no sudoeste paranaense em fins da década de 1950, os quais não se restringiram a Pato Branco. As terras que se tornaram o palco da Revolta dos Posseiros haviam sido ocupadas por colonos, oriundos sobretudo do Rio Grande do Sul, através da Colônia Nacional General Ozório (CANGO), companhia colonizadora vinculada ao governo federal. Entretanto, como as terras disponibilizadas pela CANGO estavam em disputa

⁴⁵ Ibid., p. 241.

entre a União e o Paraná, a companhia não poderia fornecer escrituras definitivas aos milhares de colonos que chegavam do Sul⁴⁶.

Além disso, em 1950, a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU), órgão nacional, alienara, em favor da Companhia Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), terras nos municípios de Palmas, Clevelândia, Pato Branco e Francisco Beltrão – justamente aqueles em que haviam se estabelecido os colonos, que por conta da falta de escrituras, ficaram como “posseiros” naquelas áreas. Após obter essas glebas, a CITLA vendeu-as para outras companhias, que passaram a pressionar violentamente os posseiros para que estes pagassem pelos terrenos que ocupavam. Através de “jagunços”, tentava obrigá-los a comprarem as terras em que residiam e onde já cultivavam suas roças (Balhana et alli, 1969, p.235). Os posseiros contestavam a legitimidade da propriedade dessas companhias, recusando-se a assinar os contratos e a pagar pelas terras. As empresas, por sua vez, impunham-lhes sua força:

(...)com os jagunços a seu serviço, impediam as queimadas e o preparo de novas roças e plantações, incendiavam casas e paióis, matavam os animais, e os próprios lavradores, em represália. Frequentes eram as mortes “*de espera*”, quando os posseiros, nos picadões e estradas, morriam varados pelas balas de fuzis e “*winchesters*”, ou atocaiados nas barrancas dos rios que carregavam os corpos, sumindo-os. (Balhana et alli., 1969, p. 237)

Assim, a idéia de que os jagunços da Zattar teriam vindo de Pato Branco, apontada por Camilo, destaca a compreensão que ele constrói de sua história enquanto inserida num contexto mais amplo de expropriação e violência, tendo em vista o processo e o modo com que os conflitos fundiários ocorriam no Paraná, e os atos violentos constituídos nos embates com a madeireira. As notícias dos acontecimentos ocorridos no Sudoeste chegavam até Pinhão e, na década de 1970, a madeireira começa a expropriar os *posseiros* de suas terras de um modo muito parecido: assinatura de contratos, impedimento do plantio das roças e da queimada da capoeira, matança de animais, tocaias e tiroteios. Além disso, o caso de Pato Branco também envolve posseiros, ou seja, sujeitos cujas condições fundiárias são

⁴⁶ A população da CANGO, cujos limites territoriais jamais foram definidos, era de 15.284 pessoas em 1956 (Wachowicz, 1985, p. 183).

comparáveis às dos *posseiros* de Pinhão, a medida que não possuir terras regularizadas é um item fundamental no circuito de expropriação dessas populações.

Ao aludir à Revolta de 1957, Camilo define os primeiros *jagunços* como forasteiros com uma carreira criminosa consolidada, que não atuavam de forma honrada, mas sim desumanamente, como demonstra o exemplo da mutilação do seio de uma mulher, que se tornou emblemático nas narrativas sobre esse conflito (Wachowicz, 1985, p. 238; Gomes, 1986, p. 62). Esse senhor se remete a um contexto histórico mais geral, apreendido através de notícias que, ao circular, influenciavam a construção de imaginários acerca dos conflitos no interior paranaense. Jorge e Lúcia, por sua vez, recordam Tião através de suas experiências pessoais, nem se referindo a um quadro mais amplo de atuação dos *jagunços*, nem se remetendo a eles como *bandidos*. Ainda que a “cadeia”, local onde se deu o encontro entre o *jagunço* e seu pai, seja ressaltada, a ênfase que Jorge dá a Tião indica uma relação de proximidade, e não o distanciamento que a noção de *bandido*, enquanto referente a um criminoso de má índole, sugere no relato de Camilo. Tanto Jorge quanto Dona Lúcia enfatizam o *jagunço* como sujeito decente, que respeitava seus laços pessoais de lealdade, e que agia de modo honrado.

Após ter cumprido sua pena, o pai de Jorge retornou à Pinhão, onde tornou-se sub-delegado e engajou-se no conflito de terras tomando o partido de Zattar. Naquela época, a que os *posseiros* se referem como “tempo das autoridades do mato”, a força policial estruturava-se no meio rural do município através dos “inspetores de quarteirão”, cujas tarefas eram fiscalizar as cercas que dividiam os *faxinais* das *terras de cultura*, e encaminhar para a prisão os criminosos. Esses inspetores eram nomeados pela elite política e econômica local, que escolhia para o cargo sujeitos que já eram de sua confiança, e que detinham um certo “prestígio” dentro das comunidades. Por seus feitos e tempo de trabalho, esses inspetores eram elevados à categoria de sub-delegados e, mais além, de delegados distritais.

O fato de o pai de Jorge ter estado na prisão não prejudicou sua posterior integração ao corpo policial, já que o delito que cometera diz respeito a uma vingança familiar, ato que é presumido nessas disputas violentas, permeadas pelo tom da honra. Sendo honra “o valor que uma pessoa tem aos

próprios olhos mas também aos olhos da sociedade” (Pitt-Rivers, 1971, p. 13), num ambiente marcado pela “fama de valente”, os sujeitos, ainda que de diferentes maneiras, vivenciam essa lógica de valores em seus conflitos cotidianos. A vingança efetuada pelo pai de Jorge tanto não o exclui da nomeação para delegado, quanto reforça o “valor” dele perante uma opinião pública que espera essa contra-resposta.

Por outro lado, o assassinato cometido por Tião nos leva a pensar na relação que une os *jagunços* aos seus patrões, e na ameaça que aqueles podem representar a esses últimos, tendo em vista o circuito de dádivas que unem autoridade e subordinado, a “agonística” das relações sociais locais, e as características pessoais desses homens de armas.

As invocações do termo “jagunço” ao longo da história nacional, apontam que as características de “defensor valente e destemido” sustentam seu significado (Pereira de Queiroz, 1976, p. 227). Tal como utilizado a partir de meados do século XX, o termo “jagunço” continuaria a se remeter a sujeitos com essas características. Porém, se comparado às situações anteriores em que fora acionado, como os conflitos messiânicos do início daquele século, e as lutas por dominação territorial e política no Nordeste brasileiro em fins do século XIX, o termo indica laços de lealdade diferenciados:

As lutas anteriores a que se associara o termo tinham sido lutas pela dominação sócio-política de uma localidade ou de uma região; e lutas pela defesa de um chefe religioso-político. A luta agora é econômica tão-somente, visando assegurar a propriedade legítima ou espúria de um grande fazendeiro ou de uma empresa rural. Nesta luta, os jagunços se engajam sempre como mercenários; a luta se torna para eles um meio de vida, poder-se-ia dizer que se “profissionalizaram”. (Queiroz, 1976, p. 226-227)

Se o “jagunço” se engaja em lutas que não são as suas, motivado pelo recebimento de salário, não há lealdade anterior ao pagamento que sustente sua relação com o chefe. É esse traço que motiva o assassinato cometido por Tião, e que marca sua inserção no conflito em Pinhão, tal como narrada por Jorge. Nota-se que, ao empregar um sujeito que não hesitara em matar seu patrão, os agentes madeireiros trazem para dentro de suas relações a possibilidade de que isso venha a acontecer com eles, caso não cumpram com os interesses do seu empregado. Essa “agonística” é marcada na fala do senhor Dalmo Portugal, quando afirma que os *jagunços* “Toda vida me

respeitaram, eu sabia levar os caras. Tratava o pessoal muito bem. Quando era pra ser rígido eu era” (Monteiro, 2008, p.61). Havia, portanto, uma etiqueta de tratamento desses agentes considerados mais perigosos, até porque a lealdade para com o chefe não é algo dado, mas um sentimento que deve ser constantemente renovado.

Entretanto, no caso dos *jagunços* de Pinhão, havia muito mais do que o salário entre eles e a madeireira. Se Dalmo Portugal indica uma forma de tratar esses homens, o próprio modo com que a empresa se relacionava com seus empregados, discutido no primeiro capítulo, revela os diversos bens inseridos na construção de sua autoridade. O *jagunço* morava numa casa que a empresa lhe cedia, e tinha a possibilidade de usufruir do terreno ao seu entorno. Ele ganhava coisas que não só armas, mas roupas, alimentos e bebidas. Integrava-se também ao circuito de festividades e divertimentos locais, como as corridas de cavalos, os bares e clubes que existiam na Zattarlândia. É assim que a construção de seus laços com a madeireira passava por todo um circuito de trocas de bens materiais e simbólicos. Por outro lado, as relações entre esses homens que se encontravam no interior do espaço madeireiro, eram permeadas por tensões, inscritas nas interações entre eles.

Por tudo isso, o encadeamento de termos e eventos que sustentam a presença do *jagunço* no interior desse processo de conflito social, são muito mais abrangentes do que o simples pagamento de salários. Além disso, o *jagunço* estendia suas relações para com as comunidades do entorno, por vezes redimensionando sua própria posição mediante o agente empregador.

Sendo o conflito também um modo de interação, ele envolve não apenas os elementos que nele estão predispostos, mas outros que aos poucos vão se engajando em seu interior, de modo variado. Aqui, a presença do *jagunço* forasteiro ganha destaque, enquanto agente identificado com uma experiência de banditismo, e com uma atuação em outros embates fundiários no estado do Paraná. No entanto, as lembranças acerca de Tião denotam, desde já, que ter um lado no conflito não significa não possuir relações cordiais com pessoas que estão do outro lado. Ao invocarem o cotidiano do estabelecimento da madeireira em Pinhão, e das lutas dos *posseiros* por seus direitos, as narrativas acerca desse processo trabalham com a complexidade

da dinâmica social engendrada no encontro entre forças, cuja oposição se constrói e desconstrói ao longo do tempo.

Por fim, destaca-se que as características pessoais de Tião permitiram que este alcançasse os mais altos postos da organização de *jagunços*. Por muitos *posseiros*, ele é lembrado como aquele que coordenava e amparava os homens amados pela empresa em seus serviços. Quando o conflito entrou em sua fase mais institucionalizada, no início dos anos 1990, era Tião quem ia até a delegacia do município responder pelas ações dos *jagunços* da madeireira. Assim, ele aparece muitas vezes como um personagem importante, um “comandante” que não fazia o “trabalho” diretamente. Até hoje, Tião vive em Pinhão.

3.2 “JAGUNÇO E POLÍCIA É QUASE A MESMA COISA”.

As relações entre *jagunços* e polícia, enquanto afirmadas pelos *posseiros*, são elucidativas tanto da lógica de dominação empreendida pela madeireira, quanto da rede de relações que estabeleceu com certas “autoridades” do município. As visões construídas acerca da polícia e dos *jagunços* ao longo do processo de consolidação da empresa, apontam para a flexibilidade das próprias categorias empregadas pelos *posseiros*. Ao notar-se que seus relatos dizem respeito a relações sociais, torna-se claro que as categorias não são temas fixos, mas são constantemente refeitas através de eventos que envolvem redes dinâmicas de sujeitos. A percepção das alianças entre indivíduos distintos, engajados de alguma maneira no conflito, interfere sobre o modo com que serão localizados e vistos dentro de suas interações. É assim que, em certos relatos e situações, *jagunço* e polícia são concebidos como “quase a mesma coisa”.

Na primeira vez em que conversamos com seu Alcides, *posseiro* faxinalense de uma área próxima à Zattarlândia, ele não prestou nenhuma reclamação das Indústrias Zattar. Pelo contrário, dizia que “o Zattar” foi muito bom para Pinhão, e que jamais teve problema com *jagunços* ou com a firma. Esse senhor vive numa terra de herança de seu tataravô, que se estabeleceu

em Pinhão em 1886. Naquela ocasião, ele contou-nos de sua inserção no recente movimento *faxinalense* em Pinhão, e mostrou-nos o Inventário das terras de sua família. Mas evitava falar “do Zattar”. Tudo indicava que ele tinha uma boa relação com a empresa.

Um ano depois, reencontrei Alcides, e daquela vez, os assuntos seriam outros. Ele então manifestava sua descrença em todos os movimentos sócio-políticos de Pinhão, ao mesmo tempo em que dizia reconhecer-se simultaneamente como *posseiro* e *faxinalense*. Quando perguntei-lhe como foi a atuação da Zattar em sua região, Alcides começou a contar de sua experiência pessoal de problemas com a firma, mudando totalmente o discurso que havia feito no primeiro encontro. Disse-me, em certo momento, que aquele não era assunto para se falar com alguém que se via pela primeira vez. Segundo ele, a empresa tomara 60 alqueires de terras de seu pai, e 50 de seu sogro, nas ações de medição que promoveu: “Eles levavam uma tropa de *jagunços* com o agrimensor e viravam a linha para o lado deles. E aí a gente ia se queixar pra quem?”

Foi assim que, quando indaguei se conheceu *jagunços* que trabalhavam para a firma, Alcides lançou uma resposta que combinava funcionários da empresa a membros do corpo policial local. Falou de *jagunços* e de delegados, colocando-os num mesmo quadro de pertencimento, mas diferenciando-os da seguinte maneira: Tião, Paulão, Jurandir, Luis, e delegados D.B., E.B., J.B., P.A. Ele lembrou, portanto, de 8 indivíduos, sendo metade deles delegados, os quais, segundo Alcides, “davam cobertura” para os agentes da madeireira. Esses delegados eram membros de famílias de prestígio, uma das quais é lembrada como estando entre as primeiras e mais tradicionais de Pinhão. Para Alcides, a empresa indicava para o cargo de delegado os nomes de determinados sujeitos, com os quais já possuía algum tipo de relacionamento.

A relação entre *jagunço* e polícia foi informada ainda segundo outro viés, que tem como pano de fundo o tipo de trabalho exercido por esses agentes, e o modo com que se organizavam: “O *jagunço* é como um, um polícia. Ele chega, manda e faz o que o chefe mandou”. Outra comparação desse tipo foi feita por Lúcia, enquanto contava a história de um *jagunço* da madeireira que fora assassinado por um fazendeiro de muitos bens e influência

na região. Ao ter sido questionada sobre o motivo do homicídio, Lúcia não traçou uma razão específica, apenas ressaltou que “o *jagunço* corre riscos como um polícia”, sendo a morte um perigo iminente nessas profissões.

Os vínculos entre *jagunço* e polícia dão novos contornos à distinção entre a força oficial de manutenção da ordem social, e a esfera privada de segurança organizada pela madeireira, tendo em vista a força que esta possuía dentro do município. Essa questão se apresenta também nas citadas Revolta de Porecatu, e Revolta dos Posseiros. Em ambos os episódios históricos, o “jagunço” aparece como elemento de imposição de força, a que grandes empresários e latifundiários recorriam, quando o posseiro recusava-se a cumprir com determinadas exigências. Nesses contextos, “o jagunço” surge como meio de ação de sujeitos específicos dentro de uma situação de conflito. É, portanto, um intermediário, tomado como parte de uma esfera “informal” de violência, por sua contraposição à Força Pública (Priori, 2000, p.199), ou ainda, tido como elemento constituinte de uma “força parapolicial” (Gomes, 1986,p.54). Os “jagunços” são então descritos como sujeitos que acompanhavam a polícia em suas incursões pelas terras requisitadas por fazendeiros, grileiros e companhias. Serviam não apenas de “guias” para a polícia institucional, mas também como agentes de intimidação dos posseiros. Junto à polícia, obrigavam-nos a assinarem acordos de desocupação dos lotes, no caso de Porecatu⁴⁷, ou de compra de terras, no que diz respeito ao Sudoeste do estado⁴⁸.

Ao notarmos o modo com que a força policial era recrutada em Pinhão, e as maneiras com que os sujeitos que vivem o conflito compreendem essas duas esferas, a distinção entre os quadros institucional e informal de violência se torna muitas vezes inoperante. Como disse o senhor Damião Oliveira, “*jagunço* e polícia é quase a mesma coisa”. Essa fala inseriu-se na narrativa de um evento em que a força policial, unida aos *jagunços* da madeireira, atiraram contra um *posseiro*, na própria casa deste. Além desse, exemplos como aquele dado por Alcides, revelam mais uma vez que, em se tratando de definir quem estava do lado “do Zattar”, os sujeitos podem também incluir os policiais na categoria *jagunços*.

⁴⁷ Priori, 2000, p. 208-9.

⁴⁸ Wachowiz, 1985, p. 217; Gomes, 1986, p. 54.

Embora os *jagunços* mais perigosos, como várias vezes foi classificado o próprio Tião, sejam originalmente concebidos como “de fora” das comunidades de *posseiros*, as narrativas sobre o conflito introduzem-nos tanto aos laços de parentesco entre *posseiros* e *jagunços*, quanto ao fato de que sujeitos de dentro das comunidades aliaram-se à madeireira, sustentando suas estratégias de angariamento de terras dentro do município. Acerca desse tema, Damião nos introduz à figura de João Reis, inspetor local, que acabou ganhando a “fama” de “puxa-saco” de Zattar. A mágoa do *posseiro* para com João é construída, nessa narrativa, em vários sentidos: além de autoridade respeitada por toda a comunidade de Cascatas, João Reis era também vizinho de Damião, e marido da prima materna da mãe desse *posseiro*. Ele é considerado não só pelo narrador, como também pelos pais e irmãos deste, como um traidor, pois auxiliava os *jagunços* no convencimento dos *posseiros* a assinarem os contratos e, além disso, orientava-os em suas ações contra as famílias daquela localidade, em especial a de Damião:

Damião: Aí quando foi o ano 70 que foi os pistoleiros, contrato. Quem não assinava nessa época, quem não assinava deixava a fixa do dedo, naquele papel que tinha bastante é o, a maioria era analfabeto, até a gente mesmo era analfabeto. Daí no caso de montar a ficha, acharam a ficha, sabe Deus no quê! Sabe Deus o que tinha escrito né? (...)

Dibe: E como eles faziam pra falar pras pessoas assinarem o contrato?

Damião: "Trouxe aqui um comodato de arrendamento pra vocês assinarem, é muito bom que vocês assinem", e pegavam pelas autoridades né, naquele tempo as autoridades mandavam em nós aqui, as autoridades do lugar aqui. Tinha um delegado, pai daquela velhinha que a senhora de certo foi visitar (...). Aquele era uma pessoa que o que ele dizia era aquilo. E tudo o pessoal obedecia, ele era uma autoridade, um delegado antigo aqui do lugar. (...) Daí, "é muito bom vocês assinarem esse comodato", comodato dizia, comodato de, de agrego. "Vocês ficam de acordo com o Zattar, e o Zattar tem tudo com vocês, vocês ficam com tudo a chance com o Zattar, e o Zattar com vocês. E é bom que vocês assinem, porque o João Reis ali, eu conheço muito bem o João Reis, delegado ali, e ele foi o primeiro já que assinou"(...)

Dibe: Ah, os pistoleiros vinham. Esse João Reis que era a autoridade ficava lá...

Damião: Ficava lá.

Dibe:...ou ele vinha junto?

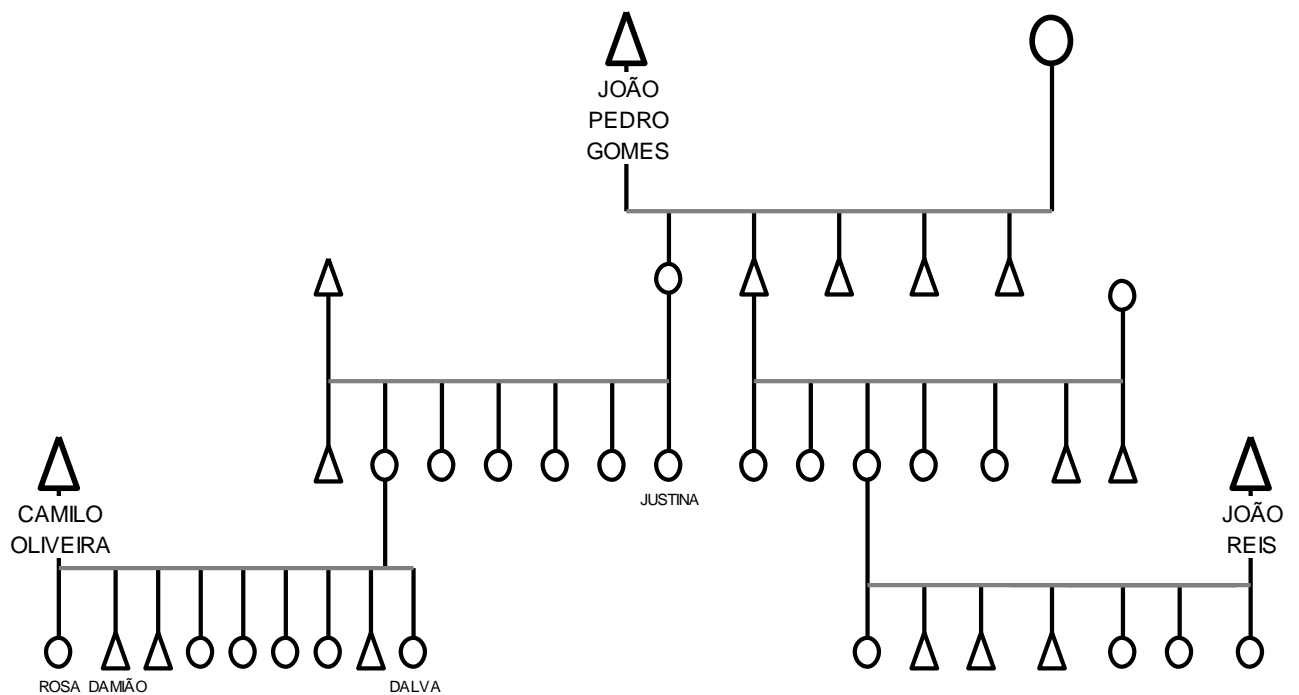
Damião: Ele ficava lá, eles usavam o nome do homem.

Dibe: Do homem?

Damião: Do delegado pra, pra dizer que ele foi o primeiro a assinar, pra nós assinar que era muito bom. Aí ele disse "não, mas o Seu Reis, o Seu João Reis, o seu compadre Reis lá que assinou então, é uma coisa boa mesmo".

João Reis era casado com uma senhora cujo pai era filho do fundador de Cascatas (João Pedro Gomes), e irmão da avó materna de Damião. De modo que tanto os Reis quanto os Oliveiras conectam-se genealogicamente àquela que é considerada a maior família extensa de Cascatas. Com sua esposa, João Reis teve sete filhos, que permanecem até os dias de hoje naquela localidade. Oriundo de um município vizinho, esse senhor possuía terras em Pinhão, de onde era sua mãe. Segundo suas filhas, ele servira o Exército por dois anos, em Curitiba, e ao voltar a Pinhão, foi nomeado inspetor de quartirão. Reis tinha a propriedade de seu terreno, ainda que a área regularizada fosse menor do que aquela que ocupava, tendo em vista a própria característica do local enquanto *faxinal*. No entanto, ele teria aberto mão de sua terra ao assinar um contrato com a madeireira.

FIGURA 8 – DIAGRAMA DE PARENTESCO DAS FAMÍLIAS OLIVEIRA E REIS



Ainda de acordo com Damião Oliveira, João Reis matou um soldado enquanto servia ao Exército e, por isso, teve de retornar a Pinhão. Conhecido

pela elite fazendeira local por ser domador e lidar bem com a criação, Reis foi logo nomeado inspetor por aqueles para quem trabalhava, dentre os quais estavam os principais políticos e negociadores de pinheiros do município. Embora sua família fosse da região, sua ligação com a comunidade em que viveu até sua morte deu-se por sua nomeação para inspetor, e pelo subsequente casamento com uma moça de Cascatas. Não há parentes maternos ou paternos dele nessa localidade específica de Pinhão, somente aqueles com quem estabeleceu laços de afinidade através de seu matrimônio, e os seus próprios descendentes. No entanto, a posição social com que se inseriu na comunidade, e as alianças estabelecidas dentro da mesma, faziam dele uma pessoa de prestígio em Cascatas. O fato de ter trabalhado para homens da elite de Pinhão, sua passagem pelo Exército, a nomeação de delegado, o casamento com a neta daquele que é considerado o fundador de Cascatas e o compadrio com diversos vizinhos, conferiam-lhe um lugar de importância no interior dessa comunidade. Como afirma Damião, “aquele era uma pessoa que o que ele dizia era aquilo”, era obedecido por todos.

Novamente, a consolidação do domínio da Zattar é percebida através de sua articulação com determinadas autoridades locais, e aqui, privilegia-se a relação com a polícia. Para Damião e sua família, foi através de João Reis que “o Zattar” consolidou sua propriedade de terras em Cascatas. Desse modo, a menção à assinatura de contrato feita por ele aparece como fundamental na fala dos *pistoleiros*, que a utilizavam a fim de convencer os *posseiros* de que, se um homem de confiança deles havia estabelecido acordo com a madeireira, era porque aquilo haveria de ser “uma coisa boa” para quem quer que o fizesse.

Em outro relato, Damião destacou que Reis “perseguia todo mundo” e, para tanto, ganhava um salário mínimo da empresa. Para o *posseiro*, o delegado exaltava “o Zattar”, e buscava convencer a comunidade em seu entorno a fazer o mesmo. Além disso, ele é tido por outros *posseiros* como um senhor “fuxiqueiro”. Segundo eles, o delegado costumava “passear” em suas casas, e no dia seguinte, ir à Zattarlândia delatar ao gerente da empresa tudo o que havia visto e ouvido. Os filhos de Reis são lembrados por terem igualmente se engajado na tarefa de vigiar e delatar à madeireira as ações dos *posseiros*. De modo que foram caracterizados como *ex-jagunços*, “puxas-saco” que

gostavam de criar intrigas com os *posseiros* que resistiam à empresa. Ainda assim, eles freqüentavam as casas dos parentes e os mesmos espaços e eventos marcantes da sociabilidade local, como a Igreja e as festas religiosas de Cascatas. Quando o conflito se acirrou, esses espaços passaram a ser predominantemente femininos, já que as disputas violentas eram uma possibilidade latente entre os homens que se integravam ao conflito fundiário.

Por seu prestígio na comunidade, sua relação com a Zattar, e suas ações serem percebidas como traições à família, “João Reis era o mais *jagunço* de todos”, afirma Damião. Nota-se então, o deslocamento da classificação de “delegado”, para a caracterização do mesmo como integrante da força informal de violência empregada pela madeireira em Pinhão. É assim que as leituras que os *posseiros* fazem dos sujeitos que, enquanto membros do corpo policial, engajaram-se do lado do madeireiro no conflito, possibilitam que grande parte das narrativas não invoque a distinção entre esferas formal e informal de violência. Pois a polícia “era do lado do Zattar”, e poderia, assim como no caso de João Reis, ser inserida na própria categoria de *jagunço*.

A condição de “amigos do Zattar”, como foi ressaltada pelas filhas de João Reis, marcou sua história de tal maneira que não se pode dizer que, como os *posseiros* de Cascatas discutem, houve vantagens duradouras a partir dessa aliança, ou uma ascensão social decorrente dela. No final dos anos 1980, quando a madeireira encontrava-se em processo de decadência, e os *posseiros* organizados em Associação, os Reis optaram por não se engajar na luta de seus vizinhos, permanecendo “amigos do Zattar”. Os *posseiros*, com os quais os Reis identificam-se enquanto parentes e membros de uma mesma comunidade rural, ressaltam que o afastamento do Movimento levou essa família a um desconhecimento das possibilidades de transformações infra-estruturais – luz, casa, acesso a direitos, incentivos à produção, projetos de geração de renda – que se abriram com a organização política.

Ainda assim, a articulação do Movimento em Cascatas inseriu os Reis em processos de usucapião contra a madeireira, alguns *posseiros* atuando inclusive como testemunhas daquela família nesses embates jurídicos. Desse modo, os integrantes do Movimento reconhecem que os Reis também ficaram em suas terras como uma espécie de “posseiros”, a medida que não possuem os documentos legítimos de sua propriedade. Embora uma das filhas do

delegado tenha conseguido seu usucapião, essa família permanece concebendo-se mais como “amiga do Zattar” do que dos *posseiros*. Essa opção tem a ver com sua história de vida, suas escolhas políticas e suas próprias relações de conflito com os vizinhos no interior de Cascatas. A tensão entre aquelas famílias permanece, tendo em vista também essa posição dos Reis, amplamente contrária ao Movimento.

Os Oliveiras, por sua vez, afirmaram-se, ao longo desse processo, como uma das principais famílias detentoras de terras em Cascatas. As posses de Camilo, e de seus 8 filhos que permanecem naquela localidade, somam algo em torno de 60 alqueires. Cabe, entretanto, dizer que é uma família muito extensa. Enquanto 5 dos filhos estão alocados em posses de 10 alqueires, 3 permanecem no terreno de seu pai. São eles que esperam pela regulamentação de assentamentos da reforma agrária em Pinhão, para mudarem-se para terrenos maiores. Para Damião, ele mesmo diretamente envolvido com a AFATRUP nos anos 1980, foi através da organização política que pôde usufruir do acesso a determinados projetos de infra-estrutura que foram dificultados aos Reis. Por outro lado, o *posseiro* contrapõe-se aos seus primos através de um discurso que destaca a autonomia na terra, construída por sua família ao longo dos anos.

O exemplo de João Reis demonstra não só a relação entre *jagunços* e polícia, mas a existência de laços de parentesco entre os *posseiros* e aliados da madeireira, que não necessariamente eram definidos como *jagunços*. No caso relatado por Damião, era o marido da prima de sua mãe quem dava apoio aos *pistoleiros* da Zattar. A história contada por Jorge, acerca da relação de seu pai com a madeireira, também destaca a aliança entre parentes de *posseiros* e empresa. Se Damião percebe essa relação como negativa, já que concebe o parente como “puxa-saco do Zattar”, Jorge destaca a importância que essa aliança teve sobre sua própria segurança física, quando tornou-se uma liderança do Movimento.

Em diversas outras situações de campo, em especial ao traçar mapas de parentesco, foram mencionados parentes de *posseiros* – geralmente primos e compadres - que viraram *jagunços*. Um caso particular a ser notado, ocorreu na localidade de Areia. Lá, houve o assassinato do *posseiro* Nelsinho, rememorado em outras áreas do município, em especial por ser visto como

uma resposta exagerada ao ato de passar por um portão da empresa sem permissão. Segundo Dirce, irmã de Nelsinho que era *posseira* arrendatária da firma na localidade de Rio Pardo, naquela ocasião, o rapaz estava indo a uma Festa do Divino, numa igreja de Areia. Para chegar até lá, ele teria de ultrapassar um dos portões da Zattar, ao lado do qual ficava uma casa de *jagunços*. No entanto, só estava presente na residência a mulher do funcionário. Nelsinho pediu-lhe para passar, mas ela respondeu-lhe que não tinha ordens para tanto. Ele não lhe deu ouvidos, e seguiu em frente. Pouco tempo depois, em frente ao salão onde ocorria a festa, o *jagunço* apareceu e matou Nelsinho pelas costas, na frente de todo mundo. Segundo Dirce, o homem estava bêbado, e havia cometido o assassinato para vingar-se da atitude do rapaz, que desarmado, não pôde se defender. Pouco tempo depois disso, um irmão de Nelsinho tornou-se *jagunço*, sendo inclusive lembrado como um dos piores de Pinhão. Esse fato, por sua vez, não foi comentado por Dirce, mas por outros *posseiros* que conheciam essa história.

Tem-se, então, que há diversos caminhos na construção de alianças com a madeireira, e que as lealdades são fluidas, sendo constantemente refeitas ao longo do tempo, e de acordo com os atos do sujeito que estabelece essas relações. O conflito, então, estende-se a um universo social heterogêneo e complexo, semelhante ao que Marques (2002, p.126) chama de “comunidades de pertença superpostas”, em contraposição à visão de uma rede única de acumulação de papéis sociais. Essa superposição de redes sociais interfere no modo com que as categorias são construídas ao longo das narrativas, de modo que *jagunço*, tanto quanto *polícia*, devem ser lidos como partes de um conjunto de interações que determinado sujeito descreve, e enquanto categorias fluidas:

(...) a ação social gera eventos e cadeias de conseqüências que são cognoscíveis e podem se tornar efetivamente conhecidas: elas não apenas são significativas dentro de um quadro de intenções e interpretações culturalmente moldadas, como também criam ocasiões em que as pessoas podem tanto transcender como reproduzir sua compreensão e seus conhecimentos. (Barth, 2000, p. 175)

A inexistência de um afastamento prévio entre *jagunços* e *posseiros* na vida cotidiana, e a flexibilidade das categorias tais como invocadas pelos

sujeitos que contam suas histórias, chamam atenção para a ambigüidade que caracteriza esses homens armados pela madeireira nessa situação de conflito. Os *jagunços* estão em movimento e, assim como os sujeitos que falam dele, mudam, transformam-se. É assim que se em determinados momentos polícia e *jagunço* podem ser concebidos como “a mesma coisa”, em outros, especialmente após a organização política dos *posseiros*, a polícia passa a ser requisitada por eles mesmos para resolver seus problemas com a madeireira.

A ação da empresa na sociabilidade local é marcante não só porque modifica a estrutura fundiária e o modo de vida dos moradores da região, mas porque transforma o estado de relações, através das alianças que os sujeitos estabelecem, ou não, com ela. Famílias que até a inserção da Zattar se consideravam enquanto tais, são em certa medida reconfiguradas, a partir da opção por estar ou não ligado à empresa. Essa reconfiguração se dá de diversas maneiras ao longo do tempo, não produzindo resultados únicos. Às vezes, ocorre a ruptura total; em outras circunstâncias, o antigo aliado da madeireira pode reverter sua condição, e ter novamente reconhecido seu *status* de *posseiro* integrante legítimo da luta por terras. Disso decorre que o fato de ter tido ligação com a Zattar, enquanto empregado, comprador de terras, ou morador da Zattarlândia, não implica necessariamente na exclusão do sujeito das categorias políticas de luta por regularização fundiária, como *posseiro*, *faxinalense*, ou *sem-terra*. É nesse sentido que a familiaridade dos *posseiros* com certos *jagunços* foi amplamente ressaltada pelos sujeitos que contaram suas experiências do conflito.

3.3. DE POSSEIRO A JAGUNÇO, DE JAGUNÇO A POSSEIRO

A ambigüidade do *jagunço*, enquanto um sujeito intermediário, que por sua rede de relações sociais pode participar simultaneamente de diversas esferas que compõem a luta fundiária, tornou-se um imperativo na análise das narrativas sobre o conflito em Pinhão. Esse caráter ambíguo pode ser visto nas diferentes formas com que os *posseiros* se dirigem a essa espécie de funcionário da madeireira, utilizando os termos *guarda*, *jagunço* e *pistoleiro*.

Mais ainda, revela-se quando os *posseiros* destacam que houve pares seus que se tornaram *jagunços* da empresa, ou vice-versa. Admite-se que uma das estratégias do Movimento de Posseiros foi trazer esses agentes para dentro da luta política, convencendo-os de que se o fizessem, poderiam obter terras e melhorar suas condições de vida. Por outro lado, diversos *jagunços* não são considerados como opostos aos *posseiros*, tanto por serem da região e por se relacionarem com a madeireira somente em troca de salários, quanto por construírem relações de amizade com aqueles a quem deveriam vigiar e proibir de levar adiante determinadas ações.

O deslocamento entre os termos *guarda* e *jagunço* é comum quando se fala daqueles funcionários da madeireira, cuja responsabilidade era vigiar terras e garantir o cumprimento do contrato. Por vezes ocorreu de ambas as expressões serem acionadas para se referir a uma mesma pessoa. Entretanto, nem todos os *guardas* são concebidos como merecedores do título de *jagunço*, em especial aqueles que são lembrados como “menos incomodativos”. Desse modo, o emprego do termo *jagunço* tem a ver com uma determinada leitura que o sujeito que conta sua história faz das ações dos vigias da madeireira e, mais ainda, com uma posição política do Movimento de Posseiros. Nas experiências individuais, como essa percepção diz respeito às relações com esses homens armados, é através delas que é possível compreender por que, em determinados casos, é a noção de *guarda* que se privilegia.

Indicativa da utilização do termo *guarda*, assim como da passagem de uma pessoa da condição de engajada nos quadros da madeireira à de *posseira*, é a história de Dona Francisca. Nascida em Pinhão, ela casou-se com um empregado da firma, o qual veio a se tornar, nas palavras dela, *guarda* da empresa. Durante toda a sua vida ela morou em Imbuial, localidade próxima à Zattarlândia. Seu marido, Leonardo, viera de São João do Triunfo (PR), junto com os pais, por volta de 1960. Segundo Francisca, seus sogros já trabalhavam em serrarias das Indústrias Zattar naquela região, de modo que foi a própria expansão da firma para a qual trabalhavam que os trouxe até Pinhão. Ela conta que seu marido só sabia lidar com madeira, não entendendo nada de lavoura ou de criação, tarefas que ficaram a seu cargo quando eles se casaram, em 1970. Permaneceram por três anos numa casa da empresa, localizada a poucos quilômetros de sua atual residência em Imbuial. Esta, por

sua vez, foi primeiramente construída pela madeireira, que enviou o marido de Francisca para lá. Entretanto, essas terras, onde ela permanece até hoje, haviam, segundo a *posseira*, sido vendidas por um de seus tios à empresa, e eram originalmente de posse, portanto não escrituradas, como se mantêm atualmente.

Por volta de meados dos anos 1980, Leonardo foi convidado a ser *guarda* da madeireira. Francisca enfatiza que ele entrou nesse serviço pelo salário, e não para “fazer mal” às famílias de *posseiros*. Em nenhum momento de sua narrativa, ela relaciona o marido ao termo *jagunço*, utilizando sempre a noção de *guarda*. Além disso, a história de Dona Francisca é marcada por um evento que ela considera como o pontapé do “sofrimento” que a empresa causou à sua vida, o qual possibilitou sua posterior inserção no Movimento dos Posseiros: o assassinato do marido, em 1991.

Quando se tornou *guarda* da Zattar, Leonardo residia, portanto, em Imbuial, e cuidava de terras que se expandiam para além dessa localidade, sendo vizinhas a ela. Francisca comenta as relações que ele possuía com o pessoal da região, tanto quanto o tratamento que lhes dirigia:

Francisca: Tinha amizade com tudo o povo. Todo mundo queria bem ele. Ele trabalhava, como ele dizia, o salário dele era aquele, o serviço dele era aquele né? Mas as coisas assim, quando enfejava a boca, como diz o causo, ele, ele tentava conversar com as pessoas assim, pra se entender né, que ele não tinha nada pra, não tinha nada contra eles. Os posseiros ele nem ligava assim, mandava que fizesse roça, já não pegava a venda, nada dos posseiros. Eles trabalhavam ali e ele deixava, do lado. Então até um dia ele disse pra mim, um mês antes de morrer ele disse, "olha, o dia que eu morrer, porque a gente que trabalha em serviço do Zattar", e daí tava muito feio né, e muita bronca do Zattar. Disse "o dia que eu morrer você e as crianças não saiam de cima dessa terra. Porque essa terra o Zattar nem documento não tem". Disse "você toda vida você trabalha com lavoura e com criação", que toda vida eu criava as minhas vacas e era eu que cuidava. Ele só trabalhava pro Zattar e chegava de noite, e no outro dia levantava cedo e ia de novo, e eu que cuidava do serviço. Só no fim de semana, no domingo ele me ajudava, a cuidar das criação né, às vezes vacinar ou curar uma vaca que tava doente ou o quê. (...)

Dibe: E como mulher de um guarda do Zattar, a senhora tinha boas relações com o pessoal ou o pessoal às vezes invocava com a senhora?

Francisca: Um tanto de gente entendia né, mas um tanto de gente tinha raiva de nós.

Dibe: E aí aprontaram alguma pra vocês antes disso, antes de ele morrer?

Francisca: Antes de ele morrer não, mas depois que ele morreu muita gente discriminava nós. Mas nós não tinha culpa, né? Até teve um vizinho nosso, agora ele já é morto, diz que ele falou no dia que

mataram meu marido, "é, foi cortar taquara no inferno agora!". Bem desse jeito. Que se eles tavam roubando, eles entravam roubar, sabe assim, aí tinham que atender. O que entrava roubar claro que tinha que atender né? (...) Ele ia e falava por bem né? Umás vezes, muitas vezes eles já tinham tirado pinhão, ele deixava que levasse aquele, dizia pra não virem mais. Mas muita gente não gostava de nós. E depois levou acho que uns dois anos né, pra nós se explicando, que nós não...

Dibe: Não tinha nada a ver...

Francisca: Não tinha nada a ver né, que ele cumpria ordem do Zattar, mas nós não cumpria ordem do Zattar nenhuma! Daí que o povo foram entendendo. As vezes a gente saía assim, logo que morreu meu marido, sabe. A gente saía assim pro Pinhão e aquelas turma tudo comentando, "Mais um pistoleiro do Zattar!" Um dia eu disse pra um homem, "mas quem que ele matou pra você dizer que ele é pistoleiro? O meu marido não matou ninguém!" Ele ficou quieto assim, às vezes nem vêem a gente né?

A tensão entre a amizade e a raiva, expressadas e sentidas a partir da posição do marido no interior do conflito, permeiam o relato de Francisca, que constrói uma justificativa acerca da escolha de Leonardo em ter se tornado *guarda*. Essa construção de porquês é feita não somente por essa senhora, mas por diversos sujeitos que se relacionavam com *jagunços*. Aqui, como no caso de outras falas que explicitam relações cordiais com esses *guardas*, esse porquê diz respeito ao salário, à idéia de que esse era um trabalho, um meio. Assim, são as intenções do *jagunço*, suas ações e suas características pessoais, percebidas através dos relacionamentos engendrados ao longo de sua vida, que compõem o quadro através do qual será julgado como "bom" ou "ruim". No caso de Francisca, o marido surge como um homem que "tinha amizade" com os *posseiros*, estando incluído na sociabilidade local, dirigindo apenas determinadas cobranças àqueles que viviam em áreas da empresa. Francisca indica que ele dialogava com as pessoas, abrindo-lhes inclusive a exceção de venderem os produtos de suas lavouras, ou o pinhão retirado das árvores que supostamente pertenceriam à madeireira.

Porém, isso não a impediu de passar por constrangimentos devido à profissão do marido, quando fala, por exemplo, que sua família era discriminada, utilizando-se do pronome "nós". Esse sentimento tornou-se mais evidente após a morte dele, quando comentários rudes começaram a chegar aos seus ouvidos. Ao longo de seu relato, Francisca enfatiza as humilhações que sofreu devido à posição de Leonardo junto à madeireira, dentre as quais as próprias falas dos vizinhos, que comemoravam as mortes de *jagunços*. É aí

que o “tempo” se insere como elemento que possibilita a virada para sua atual condição, como se através do desenrolar dos acontecimentos e das “explicações” dadas por ela, não só os próprios *posseiros* reconhecessem-na como sujeito que havia sido lesado pela Zattar, como também ela mesma tenha construído sua posição contrária à empresa.

Francisca aponta que o marido ficava em casa somente durante a noite, exceto aos domingos. Tem-se aqui novamente o indício de que esses *guardas* passavam o dia em suas rondas, de modo que essa senhora explicita o distanciamento de sua família do verdadeiro ambiente de trabalho de Leonardo, e das ações cotidianas nele envolvidas. Além disso, Dona Francisca diferencia seu marido dos *pistoleiros* da firma, enfatizando que ele jamais havia matado alguém, indicando que a própria noção de *pistoleiro* dirige-se a agentes diferenciados por sua atuação ao longo do conflito. Ela conta que seu marido trabalhava junto com esses *pistoleiros*, silenciando, porém, os atos destes:

Dibe: Porque nem todos os guardas eram pistoleiros?

Francisca: É. De mais ou menos uns trinta que eles tinham, acho que uns quatro ou cinco que não eram, o mais tudo era. Que a gente sabe assim, a gente tinha desconfiança de muita coisa que eles não contavam nada também. O meu marido trabalhava com eles, e o meu marido nunca falou nada assim, de violência que ele visse eles fazerem, nada.

Dibe: Não comentava nada dentro de casa?

Francisca: Não. E daí de um ponto em diante sabe, eles levavam, ele ficava até quinze dias assim, nas áreas, aqueles assentamentos que tem lá no (...). Que tinha uns sem-terra lá, foi em noventa e parece que. Acho que foi em oitenta e nove pra noventa. Oitenta e nove. Que daí eles ficaram acho que uns dois anos lá, atendendo aqueles sem-terra lá, e ele tirando madeira e os sem-terra lá. Daí eles ficavam, ele ficava até um mês longe de casa. Daí depois já nem vinha. Daí que, o prefeito era o Darci Brolin né, e a gente escutava no rádio aquela barbaridade, que diz que davam muito tiro nos sem-terra, faziam muita violência assim. Daí o Darci Brolin foi e retirou os sem-terra de lá. Pegou e tirou, não sei pra onde é que ele levou. Daí eles pararam com aqueles serviços lá, dali a um mês mataram ele. O meu marido.

O contexto do assassinato do marido de Francisca envolvia, portanto, as mobilizações não só do Movimento dos Posseiros, mas a possibilidade da construção de uma reforma agrária em Pinhão. Os sem-terra de que fala estavam acampados numa área em processo de desapropriação pelo INCRA, a qual pertencia originalmente a uma família tradicional de Pinhão, mas cujos pinheiros haviam sido comprados pela Zattar. Aqui, a empresa reivindicava sua

propriedade sobre as árvores, de modo que agia não só retirando a madeira, mas também pressionando os sem-terra a saírem de lá. Foi nessa época que houve um tiroteio organizado pelos *jagunços* contra uma Escola Rural próxima à área em litígio, do qual crianças, que estavam em aula, saíram baleadas. Assim, o período em que o marido de Francisca foi assassinado é coincidentemente o mais conturbado da história do conflito com a madeireira, que passa agora a envolver outros agentes que não somente os antigos posseiros e pequenos proprietários de Pinhão, mas entre outros, o MST, que então começava a se estabelecer no município.

Como Francisca destacou no primeiro trecho citado de sua narrativa, o marido havia lhe dito que havia a possibilidade de ele morrer. Pediu que, caso isso ocorresse, ela permanecesse naquelas terras, as quais não possuíam documento. Segundo ela, seu marido foi morto numa carreira, por um homem que já tinha “fama de matador”, e que o andava perseguindo. O assassino não possuía, a princípio, relação com a empresa. E quando os parentes de Francisca dirigiram-se à sua casa para avisá-la do ocorrido, tiveram seu carro atacado por tiros de *jagunços*, que de acordo com ela, estavam bêbados. Tudo indica que a morte foi premeditada:

Francisca: Só por Deus né? Deus o livre o que nós passamos, Nossa Senhora! E daí o Zattar pagava uma mixariazinha pra ele, ele ganhava um, dava ali um salário e meio, dois salários. Se eu não tivesse as criações que tinha e trabalhasse na lavoura, nós tinha passado até fome, que o Zattar nunca vinha perguntar pra mim o que que tava faltando. Nunca.

Dibe: Nem deu bola.

Francisca: Nem deu bola. Daí eu fui dali a uns dois meses, eu fui, dava um mês e pouquinho, fui lá pra acertar com ele né? Pois ele teve a cara de me dizer que eu não tinha nada pra receber. Que era pra mim ir trabalhar e cuidar dos meus filhos que eu não tinha nada pra receber deles. Daí pagaram um restinho pra, pois você veja, ele morreu em fevereiro, nem décimo deram pra ele. Deram uma mixariazinha que dava, não sei se o valor de uns cinquenta reais agora. E daí falaram que era pra mim me virar que eu não tinha nada que acertar com eles. Daí eu saí bem quieto, falei, digo (...), "tá bom. Vamos ver o qual é de nós que vamos se arrender. Se é eu, ou é vocês. Essa mixaria dele não vai me fazer falta." Digo, "eu tenho muito o que cobrar de vocês", falei pra ele assim. Não me disse nada. Daí eu peguei, minha pensão já não fizeram com o salário que ele recebia, eu que tive que pegar e fazer minha pensão. Daí eu fui lá... eles pegaram e até me deram o documento dele que já fazia dias que eles tinham pedido lá, diz que pra botar férias e décimo, deixaram quatro, cinco anos sem botar nada. Daí me deram a carteira dele... Pois tinham dado baixa na carteira no dia que mataram ele!

Deram baixa na carteira de Leonardo no mesmo dia em que ele foi morto, um domingo, diz Francisca, denunciando o premeditado dessa situação. Se ela silencia o que desencadeou essa morte, por outro lado, anuncia claramente que o marido sabia que isso estava para ocorrer. Ele havia sido avisado e, se o seu assassino não tinha envolvimento direto com a empresa, a própria Francisca permite-nos questionar, através da baixa na carteira, e por sua família ter sido atacada por *jagunços* ao buscar avisá-la do ocorrido, se Leonardo teria sido morto por queima de arquivo. Além disso, o fato de a empresa – aqui relacionada a “ele”, “o Zattar”, ainda que Francisca tivesse falado com um dos gerentes da companhia - não ter se manifestado por ocasião da morte de seu funcionário é considerado igualmente estranho e desrespeitoso à *posseira*, tendo em vista o próprio circuito de solidariedades que compõem a autoridade “do Zattar” em Pinhão. Francisca destaca assim a “mixaria” que recebeu por ocasião do falecimento, salientando o seu próprio enfrentamento a mais uma situação que considera humilhante, quando afirma que sim, teria muito que cobrar “deles”.

Para ela, ter permanecido naquelas terras não só foi questão de honrar a memória do falecido, mas também de afirmar sua posição contrária à madeireira. Seis anos depois da morte de seu marido, os *jagunços* da empresa passaram a intimidá-la para que ela saísse dali, chegando inclusive a atirar contra sua casa em plena madrugada. Ela, no entanto, buscou se fortalecer naquela área, não só consolidando sua produção e criação, como também investindo em estratégias de obtenção de direitos – como dando entrada, através da AFATRUP, em processo de usucapião – e de segurança pessoal. Nesse sentido, ela conta que, quando os *jagunços* começaram a rondar a sua casa, ela trocou, com um conhecido, uma égua por uma espingarda, destacando seu potencial de defender-se de ameaças. Ainda que não tenha sido necessário usar a arma, Francisca ressalta que continuou tendo suas cercas desmanchadas pelos *guardas*, e que sofreu ameaças de despejo e de confisco da produção de erva-mate. Foi assim também que consolidou sua inserção na AFATRUP e no Movimento de Posseiros, mudando de condição dentro do próprio conflito.

Como se percebe, as relações estabelecidas com a madeireira ou com o Movimento não são definitivas, mas permanentemente moldadas e revisadas

pelos sujeitos. Ainda que deixem marcas na história de vida dos indivíduos, as próprias características do conflito, e os eventos que dele decorrem, já denotam sua fluidez. Da mesma maneira, vários *posseiros* trabalharam para a empresa em algum momento de suas vidas, o que não interfere em sua posição contrária à madeireira. Por outro lado, trabalhadores da firma, inclusive *jagunços*, uniram-se ao Movimento, especialmente quando a situação da empresa tornou-se crítica dentro de Pinhão. No caso desses homens, tanto quanto a luta por terra, a visão de que foram lesados em seus direitos trabalhistas igualmente sustenta a passagem para uma posição contrária à madeireira. Por outro lado, o fato de que os *posseiros* eram muitas vezes seus parentes e amigos, e de lugares fundamentais para a sociabilidade local, como a própria Igreja, terem sido amplamente utilizados como espaço de interação política do Movimento, certamente contribuíram para que alguns *jagunços* revissem sua inserção no conflito.

O modo com que esses *jagunços*, ou *guardas*, são percebidos, depende amplamente das escolhas e atitudes que tomaram ao longo de suas trajetórias pessoais. Assim, o mal-estar nessas relações ganha novos contornos quando, por exemplo, um sujeito que era considerado um *jagunço* “muito ruim”, obtém um lote num assentamento da reforma agrária. Sempre haverá alguém que o verá como um opositor, quando se tratar da questão *posseiros versus* madeireira. Embora sejam constantemente refeitas, as lealdades não são marcas que facilmente se apagam das lembranças de quem as avalia.

Acerca de *posseiros* que se tornaram *guardas* da empresa, a senhora Margarida, de sessenta anos, moradora de Campina, participante ativa do Movimento e marcada por sua relação com a madeireira, para a qual trabalhou durante um longo período de sua vida, afirmou que:

Margarida: A necessidade obrigava a ter que, que ser jagunço uma hora ou outra pra não, pra poder comer, pra poder ter seu dinheiro. Porque eles não tinham mais. Você vê, eles iam plantar o Zattar proibia, eles iam vender uma madeira, proibia (...). Tem um outro caso de um outro posseiro, ele já tava na política do PT, ele era bem visto no PT, ele foi obrigado a virar tudo, como diz, o cocho, e comer no cocho do Zattar. Porque ele me disse pra mim, "eu não aguentei mais ver meu filhos pedir as coisas e não ter. Ai um dia ele me propôs uma proposta e eu virei, só que eu, o que eu fazia de jagunço, de guarda, de fiscal lá na coisa dos outros, eu nunca tive intenção de matar, eu tive intenção de ajudar". Até ele me contou uma história de

uma pessoa que tava vendendo xaxim, daí o Zattar soube e mandou "lá tá saindo uns xaxins você vai lá". Aí diz que esse senhor já tava com o caminhão cheio, carregado. Daí diz que ele chegou e falou por bem, aconselhou, disse "não tire mais, mas esse pegue e mande, toque o caminhão, vá vender". Ele dizia "eu nunca pensei de ser um jagunço pra matar, só um jagunço pra ajudar. Porque o importante é o que eu ganhava".

Dibe: Não o que...

Margarida: Não o que ele tava fazendo. Aí ele falava "porque a merda quanto mais mexe". Ele dizia, "pois já tá uma merda isso daí, eu vou fazer o trabalho de um lado importante pra mim, porque eu ganho uns trocados, mas mais importante pro meu amigo que eu vou ajudar ele, vou contar." E ele era um amigo assim, uma pessoa bem sincera, ele contava tudo que o Zattar pensava dos posseiros. Que o Zattar idejava de fazer um, um assim, um despejo, porque.

Dibe: Ah, no final das contas ele acabava avisando vocês de coisa que tava pra acontecer.

Talvez por sua própria condição de ex-empregada da firma, Margarida tem uma avaliação menos rígida dos *guardas* da Zattar, ao contrário, por exemplo, do senhor Damião, que enfatiza sempre a oposição entre ele e os *pistoleiros* da madeireira. O caso contado por ela, acerca de um *posseiro* cuja inserção no Movimento já estava consolidada, e que foi trabalhar de *jagunço*, é analisado do ponto de vista da necessidade. Não só o homem em questão precisava do salário, como acabava de certo modo auxiliando os *posseiros* naquilo que podia, a partir de sua inserção na firma. Assim, Margarida lança mão desse exemplo para mostrar tanto que não havia um modo único de ser *jagunço*, quanto que eles poderiam inclusive auxiliar, dentro das próprias limitações de seu ofício, os *posseiros*.

É evidente, entretanto, que mesmo através dessas exceções, a posição de força da empresa persistia. Era ela que pagava o salário do homem e, se ele permitia que um "amigo" ultrapassasse a linha circunscrita pelas ordens da madeireira, era bem provável que um próximo que viesse em seu lugar não tivesse a mesma atitude. Assim, essas narrativas todas, ao indicarem essas múltiplas possibilidades, demonstram também toda a tensão envolta na presença dos *jagunços* e na construção de relações, do lado que seja, dentro de uma situação de conflito. Por não haver um caminho único, uma certeza definitiva acerca do seu caráter, o ambiente em que são constituídas essas relações é permeado por uma nebulosidade, por hostilidades ora bem marcadas, ora veladas. Essa ambigüidade é igualmente marcada no modo com que os próprios *posseiros* utilizam-se das expressão *guarda*:

Dibe: Tem alguma diferença entre guarda e jagunço Dona Margarida?

Margarida: Tanto faz, é a mesma coisa. É jagunço porque tá ali, guarda porque tá ali também. Mas tava ali, defendia o que era deles (*do Zattar*). É, ganhava. Às vezes até o próprio posseiro entrava ser assim pra ganhar um dinheirinho. Só que daí ele não fazia nada, ele não matava, ele. Já teve até isso nessa jornada.

Aqui, *guarda* e *jagunço*, para Margarida, são a mesma coisa. Certa vez, uma senhora de Cascatas falou que “a gente dizia os *jagunços*, mas eram os *guardas*”. Para Damião, entretanto, “era tudo *jagunço*, quem chamava eles de *guarda* eram os puxa-sacos do Zattar”, sendo que o senhor acaba por ironizar a noção de *guarda*. E no caso de Francisca, não há menção à profissão de seu marido como sendo a de *jagunço*. Por tudo isso, o próprio uso do termo *jagunço* indica as alianças que determinado sujeito estabeleceu dentro do conflito, e não simplesmente uma suposta imagem, ou características pessoais deslocadas de um contexto de relações vividas por esses funcionários da madeireira.

Porém, se *guarda* e *jagunço* revelam-se categorias intrincadas e fluidas, há uma terceira, a de *pistoleiro*, que não só tem um peso diferenciado no modo com que os *posseiros* percebem certos agentes da madeireira, como tocam, explicitamente, na questão da violência. Acerca disso, Dona Francisca enfatiza que, dentre os *guardas* da empresa, a grande maioria era *pistoleiro*. Ao contrário dela, há quem diga que no interior dessa força de segurança patrimonial, havia uma minoria de *pistoleiros*. Desse modo, os sujeitos reconhecem que, dentro desse corpo de agentes, alguns se destacam por uma defesa mais incisiva dos interesses da madeireira, e por uma espécie de “ruindade” que ganha o tom de um caráter intrínseco. Isso não faz, entretanto, com que os homens tidos como *pistoleiros*, sejam menos ambíguos do que os próprios *jagunços*.

3.4. A AMBIGUIDADE DO *PISTOLEIRO*

O “pistoleiro” é percebido contemporaneamente por seu anonimato nos locais onde atua, cometendo “crimes por encomenda” que, por sua vez, enquadram-se num “sistema de pistolagem”, dentro do qual o mandante e o executor seriam as partes mais aparentes (Barreira, 1998). Ao analisar a trajetória e as visões de determinados “pistoleiros” nordestinos, Barreira diferencia-os dos antigos bandos de “jagunços” que atuavam naquela região no início do século XX, justamente por sua ação mais individualizada, e pelo distanciamento das atividades agrícolas e das relações de dependência para com os senhores de terra (Barreira, 1998, p. 47-8). Segundo o autor, o uso de “pistoleiros” está amplamente relacionado à perda de controle de bases eleitorais, sofrida pelos tradicionais senhores de terra e políticos, de modo que a reprodução do seu poder passou a se realizar através da força, e não mais dos antigos laços de solidariedade que ligavam os poderosos aos seus subordinados e eleitores⁴⁹. Os “pistoleiros”, então, passaram a ser acionados para resolver conflitos de interesses ligados à terra e ao poder político. Acerca da posição desses agentes contratados para matar, face às suas “vítimas”, Barreira argumenta que:

O pistoleiro estabelece uma relação de perfeita neutralidade e distanciamento. Nesta relação, se os problemas que ele está resolvendo não são dele e sim de outrem, não há espaço, também, para sentimentos de ódio ou de pena. (Barreira, 1998, p. 84).

Por tratarmos aqui de uma região paranaense de colonização relativamente recente (fins do século XIX), a qual se tornou objeto de uma frente econômica voltada para o mercado somente em meados do século XX, as características do processo de dominação empreendido pela madeireira, ainda que se aproximem da experiência nordestina, envolvem o estabelecimento de uma ordem que transforma os elementos fundiários e políticos presentes num contexto anterior. Assim, não é a simples reprodução de poderes locais que aqui se encontra em jogo. Como bem demonstram as análises de outros conflitos fundiários no interior do Paraná, os empresários,

⁴⁹ Ibid., p.49.

latifundiários e companhias colonizadoras que aqui se estabeleceram sob a égide de ideais de desenvolvimento econômico e modernização, sempre utilizaram sua força política e estratégias violentas na tentativa de angariar territórios. De modo que não foi o desequilíbrio de um modo de dominação que motivou a utilização de *jagunços* e *pistoleiros* por esses empreendimentos, mas sim o próprio estabelecimento e consolidação desses domínios agrários.

Por outro lado, como demonstram as análises anteriores sobre a presença dos *jagunços* na configuração engendrada pelo encontro entre a madeireira e o distrito de Pinhão, o afastamento e a neutralidade desses agentes perante aquelas que seriam suas “vítimas”, não ocorre. Com o *pistoleiro*, isso não é diferente, tendo em vista que não há a contratação de anônimos forasteiros para atuar em sigilo nas disputas fundiárias. Mesmo os *jagunços* vindos “de fora”, como foi o caso de Tião, envolvem-se de diferentes maneiras com a população *posseira*. E por outro lado, como as diversas memórias do conflito enfatizam, foram muitos os sujeitos de dentro de Pinhão que se tornaram *jagunços* da madeireira. Assim, é comum que não haja anonimato no que diz respeito à autoria de crimes cometidos contra *posseiros*. E, no caso de não haver evidência objetiva, é sempre possível nomear um mínimo de assassinos possíveis, já que esses sujeitos mostravam-se como *jagunços* da madeireira. A possibilidade de haver um *pistoleiro* cuja face jamais é vista, é descartada quando os *posseiros* rememoram as suas experiências do conflito. Caso isso ocorra, a autoria das ações direciona-se ao abstrato “o Zattar”, de modo que as disputas violentas que se dão no espaço do conflito acabam por justificar-se a partir dessa esfera de dominação mais ampla.

Ainda que se possa distinguir uma visão segundo a qual o *pistoleiro* era um *jagunço* “matador”, há também a noção de que esses homens não andariam comumente com os *jagunços*, mas somente em ocasiões especiais, quando fossem “empreitados” para algum serviço específico. Era o caso de Sergipe, morador de Serrinha, que também prestava serviços envolvendo cuidados com a terra e retirada de erva-mate, para alguns *posseiros*.

Segundo o senhor Joaquim, *posseiro* de Serrinha, o pai de Sergipe veio para Pinhão em meados da década de 1970, para trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia. Tinha vários filhos, os quais Joaquim considera pessoas boas, tanto quanto o próprio Sergipe, que via como “um

cara querido”, “divertido”, “que conversava”. É assim que o *posseiro* ressalta sua incompreensão perante o caminho que Sergipe escolheu seguir. Antes de ser *pistoleiro* em Pinhão, ele viajara para o Mato Grosso e para o norte brasileiro, onde teve início sua carreira de crimes. Anos depois, retornou ao município sem dinheiro, e começou a trabalhar “de empreito” para a madeireira, andando com os *jagunços* somente de vez em quando. Isso faz com que sua atuação não fique clara, já que se confunde entre ações individuais e outras em conjunto com os agentes armados da madeireira.

Em uma Ação Penal, datada de 1991, Sergipe foi indiciado junto com cinco sujeitos que, ao longo do trabalho de campo, foram citados como *jagunços*. As infrações descritas no documento são: homicídio qualificado mediante paga de recompensa, tentativa de homicídio, crime continuado, e ação incendiária contra uma habitação⁵⁰. No entanto, Sergipe jamais cumpriu pena como os outros companheiros seus que constam no documento, tendo em vista seu falecimento.

Sergipe foi morto em uma briga de bar, devido a uma discussão com outro senhor. Segundo Joaquim, ele conseguiu sair vivo do estabelecimento, indo em busca de socorro com um outro morador, parente do narrador. Percebendo que iria morrer, Sergipe exclamava ao senhor que deu-lhe ajuda que “estava em dívida”, e pedia perdão a Deus. O senhor que o ouvia insistia para que ele contasse o que havia feito, que confessasse e se arrependesse. Porém, Sergipe faleceu ali mesmo, sem dizer dos seus atos.

De acordo com a senhora Lúcia, Sergipe vivia dando presentes, como balas e doces, para as crianças. Para ela, esse é um indício de que ele teria cometido um crime terrível e inaceitável em termos da lógica das disputas locais, como o assassinato de uma criança, pois ele “parecia carregar uma culpa muito grande”. Frequentemente, Sergipe dormia no terreno de Lúcia, mas segundo ela, ele “não fazia nada para ninguém”. Percebida como um todo, então, a fala desses sujeitos é marcada por uma classificação ambígua de Sergipe: ele parece um homem bom que fez algo de muito ruim.

Lúcia destaca que, no dia em que morreu, Sergipe deveria ter ido posar na casa do filho dela, com quem tinha amizade. Essa relação cordial ocorria

⁵⁰ Comarca de Pinhão, Paraná – Cartório da Vara Criminal. Ação Penal nº 017/1991.

entre a família em geral, já que Sergipe costumava ajudar o marido de Lúcia na lida com a lavoura e com a criação. Entretanto, há *posseiros* de Cascatas que enfatizam sua desconfiança perante o *pistoleiro*. Chamam-no de “fingido”, lembrando que ele chegava em suas casas com a Bíblia na mão, pedindo pouso, e que não tocava na refeição sem antes fazer uma oração. Essa maneira de se apresentar é percebida como uma forma de sondar os *posseiros*.

Para a família que relatou-me essa versão de Sergipe, a visão dele como um homem bom não se sustenta. Como disse o senhor Damião, “era Bíblia embaixo do braço, doce pra criança e 38 na mão”, ou seja, Sergipe acumulava uma série de elementos que, combinados entre si, permitem-nos perceber que as intenções desse sujeito não eram de todo claras. Além disso, ele é lembrado como alguém que “não perdia briga”, que onde houvesse encrenca ele certamente estaria no meio. Ressalta-se novamente que ele viajou muito, trabalhando como *pistoleiro* em várias partes, mas sempre retornando sem dinheiro.

Aqui, portanto, a ambigüidade se reveste com outro tom. Se por certas vezes a indefinição do *jagunço* permite que haja uma simpatia por ele, para Damião, o *pistoleiro* Sergipe ocultava uma índole ruim. Dalva, irmã do *posseiro* em questão, contou-me certa vez que, além de “fingido”, Sergipe “era assim, ruim desde que nasceu”. Essa ruindade foi remetida a uma história segundo a qual ele teria sido criado pelos avós, a quem “atentava” jogando formiga na cama deles à noite, e cobrindo com barro tocos repletos de espinho quando eles estavam carpindo, para que pisassem em cima. Se essas são atitudes que poderiam ter sido cometidas por qualquer criança levada, aqui elas são acionadas para construir uma definição de Sergipe, como portador de uma índole má. De modo que não interessa se isso realmente ocorreu, mas sim o fato de que Dalva manipula em sua fala aspectos comportamentais que, para ela, sustentam a visão desse *pistoleiro* como um homem ruim.

Quando perguntados acerca da opção de vida dos *pistoleiros*, os *posseiros* costumam relacioná-la à “natureza” má desses homens, a uma marca de nascença, como se fosse “coisa de sina” desses sujeitos seguir esse caminho. De modo que o *pistoleiro*, enquanto categorizado pelos indivíduos que expressam suas experiências do conflito, distancia-se do *jagunço* que

entra no ofício “pelo salário”. As categorias *guarda*, *jagunço* e *pistoleiro*, tanto quanto as próprias caracterizações que as pessoas fazem de sujeitos específicos, ultrapassam as histórias sobre a violência do conflito, as quais constroem uma espécie de versão pública do mesmo, onde os lados são bem definidos e o *jagunço* é concebido como negativo para os *posseiros*. A ênfase nas maneiras com que diferentes *posseiros* rememoram as relações estabelecidas por esses homens armados, e os modos com que estes se inserem no conflito, permite construirmos uma visão mais dinâmica dessa situação.

Em termos das relações sociais interindividuais que se dão nos espaços comunitários, as ambigüidades em torno da figura do *jagunço* impossibilitam que pensemos no processo de conflito a partir de dois pólos distintos. Algumas vezes os *jagunços* são relacionados a famílias das comunidades rurais de Pinhão. Em outros momentos, são considerados criminosos que vieram de fora para trabalhar na Zattar. Por outro lado, esses *jagunços*, mesmo que não sejam do local, incluem-se na lógica das relações sociais do mesmo: são hospedados em galpões de famílias da região, aliam-se a autoridades locais, casam com mulheres oriundas das comunidades de *posseiros*, moram nessas comunidades.

A inserção nessa trama de alianças locais é também o que permite que a Zattar – mesmo que seus superiores jamais apareçam nas comunidades – passe a ocupar um lugar central, já que se torna a maior causadora dos problemas fundiários do município. As narrativas acerca de *guardas*, *jagunços* e *pistoleiros* remetem sempre à construção de relações de poder entre a madeireira e os *posseiros*, as quais são invocadas de várias maneiras. Talvez a ligação que determinados sujeitos fazem da relação entre *jagunço* e polícia seja uma das mais expressivas nesse sentido, pois constrói o conhecimento de que a empresa estendia sua rede de influência para outras esferas institucionais do município, “mandando” em Pinhão. O contrato, por sua vez, expressa a ligação da madeireira com as esferas cartorárias e jurídicas, e com uma lógica de compreensão à qual as pessoas que assinavam ou não esses documentos não tinham acesso, como quando enfatizam o analfabetismo da

população local⁵¹. A necessidade de salário, enquanto distingue o sujeito que era *jagunço* “porque era ruim”, daquele que era “porque precisava”, remete-nos ao poder econômico e aos avanços territoriais da madeireira, frente a uma população rural cuja autonomia era cada vez mais cerceada. E, por fim, a empresa, através das ligações que os sujeitos estabeleciam com ela, influenciava as relações entre famílias que viviam nas mesmas localidades, contribuindo para o estabelecimento, ou o acirramento de tensões entre elas.

Tal como lembradas pelos *posseiros* que viviam nas áreas visadas pela madeireira, todas as relações estabelecidas pela firma são repletas de contornos indefinidos. Isso não só porque ela é considerada pelos que faziam parte de seu quadro como “muito boa” para Pinhão, mas também porque o *jagunço* não possuía, ao contrário do que um primeiro olhar possa sugerir, uma posição bem marcada dentro desse campo de disputas. Ele era um agente intermediário entre a empresa e os *posseiros*, alguém que transitava entre várias esferas, podendo ser simultaneamente caracterizado como “de dentro” e “de fora”, “bom” e “ruim”, “puxa-saco” e “amigo”. De acordo com Barreira (1998, p.158):

Os pistoleiros vivem em dois mundos, entre duas fronteiras. A ambivalência caracteriza a sua trajetória. É um pobre que se recusa a aceitar o papel tradicional dos pobres: o de viver dominado. A liberdade termina sendo conseguida por caminho único, que é a violência.

Ao dialogar a visão do autor sobre os “pistoleiros” nordestinos, com os *pistoleiros* ou *jagunços* de Pinhão, torna-se difícil marcar “fronteiras” objetivas entre as quais eles viveriam. Pois se há um discurso político fortemente construído, que opõe *posseiros* e madeireira, e conseqüentemente, *posseiros* e *jagunços*, na prática, o conflito tem a ver com a construção de uma nova ordem social e territorial, provocada pela expansão do capitalismo agrário na região, ao qual os sujeitos integram-se ou distanciam-se de múltiplas maneiras e ao longo do tempo, como os exemplos dados acerca de alguns *jagunços* buscaram aqui demonstrar. Além disso, a idéia de que o caminho da violência

⁵¹ Dentre os projetos políticos implantados com o apoio da AFATRUP e do Movimento de Posseiros, está o PEPO (Projeto de Educação dos Posseiros do Paraná), que buscou reverter os altos índices de analfabetismo (os *posseiros* falam que mais de 90% deles não sabiam ler e escrever) entre a população. Acerca desse tema, ver Lucas (2009).

leva à “liberdade” torna-se insustentável, quando notamos que os *posseiros* afirmam o tempo todo que o *jagunço* é um subordinado. Mesmo o *pistoleiro*, que trabalharia “de empreito”, também se encaixaria nesse padrão, ainda que não estivesse ligado à empresa em tempo integral, e possuísse, portanto, uma certa margem de autonomia.

Por tudo isso, o *jagunço* aqui analisado ultrapassa uma definição semântica mais ampla, tal como ressaltara Pereira de Queiroz (1976), e reveste-se, em Pinhão, com o tom das relações sociais locais, as quais complexificam o próprio termo, que já é hegemonicamente marcado por sua abertura. Ser um “mercenário”, nesse sentido, não é de todo ruim, já que os *posseiros* em certa medida reconhecem a necessidade que os sujeitos possuíam de ganhar um salário. O problema surge quando essa motivação se soma a uma valentia que ultrapassa os próprios termos em que a força armada, enquanto elemento amplamente acionado nas disputas locais, é aceitável. É assim que o incêndio de casas, o tiroteio contra escolas, a desigualdade dos envolvidos na disputa por terras – como os próprios contratos demonstram –, a inviabilização do modo de vida dos *posseiros*, as traições entre membros de famílias que se tornam divergentes a partir da opção de tomar o partido da madeireira, configuram agressões que ultrapassam uma compreensão prévia sobre o desenrolar de relações de conflito. Nesse contexto de embate entre desiguais, não há *fair play*, ou uma base segura e reconhecida como adequada para o acionamento da violência. Isso faz com que a figura do *jagunço* passe a representar, em termos da luta coletiva dos *posseiros*, um mal que deve ser suprimido.

Há, portanto, dois níveis passíveis de distinção no discurso dos *posseiros*: um, que os opõe idealmente aos *jagunços*, e outro, que diz respeito às diversas possibilidades de relação existentes nesse contexto. Nem sempre os sujeitos traçam a oposição entre eles mesmos e os funcionários da madeireira, mas ainda assim, o reconhecimento de que há uma esfera de dominação mais ampla que incorre na interação entre eles, está sempre presente na construção dos relatos. Por outro lado, nota-se que as narrativas aqui analisadas refletem determinados valores dos sujeitos específicos, os quais nos remetem a compreensões locais acerca do desenrolar de brigas e disputas de interesses. Assim, é preciso agora lançar-se sobre algumas noções

que permeiam esses discursos, discutindo em que medida elas dizem respeito à construção de determinadas estratégias de resistência por parte dos *posseiros*.

4. VIVENDO ENTRE *JAGUNÇOS*: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Num contexto como o do conflito fundiário em Pinhão, a existência de esferas desiguais em disputa configura uma situação onde o jogo justo não é possível. A idéia que norteia esses embates não é a de que os sujeitos lutam por sua igualdade de status, ou pela permanência do mesmo⁵², e nem mesmo segundo uma “dialética dos desafios e das respostas”⁵³. Ainda assim, ao falarem de suas interações com os *jagunçose* de suas experiências de resistência perante a madeireira, os *posseiros* costumam acionar valores de honra e ideais acerca do desenrolar de disputas entre sujeitos relativamente iguais. Nos termos de Barth, as situações vividas pelos sujeitos pesquisados poderiam ser pensadas do seguinte modo:

Esses resultados podem ser descritos como sistemas emergentes, provavelmente com baixo grau de ordem; foram gerados através de interações ambíguas e inovadoras entre estranhos ou com velhos conhecidos, todos lutando para interpretar as novas circunstâncias e os atos uns dos outros, e forjando experimental e constantemente noções e relações provisórias. (Barth, 2000, p.182)

São essas relações e noções provisórias que pretendo agora discutir a partir das estratégias de resistências dos *posseiros*, elaboradas a partir de diferentes interações com os *jagunços*. Se essas interações podem ser tentativamente lidas em termos de uma lógica local, por outro lado, elas se constituem em um contexto que envolveas ações de um agente estranho, engajado num projeto de imposição de um modelo sócio-econômico. De modo que os sujeitos organizam suas experiências do passado através de uma referência constante a valores relacionados a embates interpessoais. A partir desses valores, diferentes *posseiros* constróem suas memórias, enfatizando atos e eventos que configuram certas situações de conflito direto, caracterizadas pela troca de ofensas.

Como discutido no capítulo anterior, nem sempre a presença de um *jagunço* em determinada área provoca embates e violências. Ao longo de suas narrativas, os sujeitos pesquisados trabalham com categorias de aproximação

⁵²Bailey, 1971; Pitt-Rivers, 1971.

⁵³Bourdieu, 2002.

e de distanciamento, que permitem tanto a compreensão do que eles entendem como um *jagunço* “amigo” ou “ruim”, quanto dos modos de interação que são levados em conta nessas narrativas como um todo, a fim de reforçar a possibilidade de permanência na terra.

Assim, a idéia de resistência, aqui trabalhada, não remete a um quadro único de referências ou, necessariamente, ao enfrentamento armado. Ao contrário, algumas situações invocam estratégias pacíficas, ou até mesmo, de invisibilidade. Uso o termo resistência para discutir os modos com que os *posseiros* constroem diferentes capacidades e perspectivas de força pessoal face aos desígnios da madeireira, a fim de garantir suas terras. Na discussão que se segue, analisarei três situações referentes a pessoas distintas, que através de maneiras particulares construíram sua autonomia na terra e a possibilidade de permanecer na mesma. Num primeiro momento, entram em questão as histórias de dois *posseiros* cujos olhares sobre suas experiências do conflito giram em torno do afastamento e do recolhimento perante aquela situação. O segundo item, por sua vez, tem como objetivo analisar as experiências de um *posseiro* que teve muitos vizinhos *jagunços*, e que é reconhecido por seus filhos e amigos como alguém que buscava construir relações com esses homens armados pela empresa. Por fim, discute-se a resistência da família Oliveira, que não só teve de conviver com vizinhos *jagunços* e com familiares que se tornaram “amigos do Zattar”, mas também optou por enfrentá-los a partir de uma convergência de forças, num contexto mais favorável ao Movimento de Posseiros.

4.1. “SE VOCÊ NÃO É VISTO NÃO É LEMBRADO”: ESTRATÉGIAS DE INVISIBILIDADE

Há *posseiros* que, ao rememorarem suas experiências ao longo do conflito fundiário com a Zattar, revelam uma resistência silenciosa à madeireira. Nesse sentido, são pequenas transgressões diárias, como fazer algo “escondido”, que conduzem o tom desses relatos. A fim de fazer valer os contratos de arrendamento, os *jagunços* iam até as casas dos *posseiros*,

cobrando o terço da produção como pagamento pela moradia no terreno da empresa, e dizendo para os agricultores quando eles poderiam ou não trabalhar. Na prática, entretanto, se o *posseiro* pudesse, ele continuaria a desenvolver suas tarefas normalmente, assim que os *jagunços* virassem-lhe as costas. Do mesmo modo, alguns sujeitos também buscavam esconder parte de suas colheitas, a fim de não deixar às vistas dos funcionários da empresa o quanto haviam produzido. Com isso, pagavam menos do que supostamente deveriam, segundo os termos da firma.

Os relatos que demonstram que essa possibilidade existia são construídos por *posseiros* que não sofriam uma intervenção tão incisiva da empresa. São aqueles que eram visitados pelos *jagunços* semanalmente, ou seja, moravam longe das casas desses homens de armas. Nesse sentido, havia uma certa periodicidade da “incomodação”, mas não havia dia certo para o *jagunço* passar por determinada casa. Por outro lado, como bem apontou Dona Margarida, em relato analisado no Capítulo 3, havia *jagunços* que eram mais “amigos” dos *posseiros*. Em certa medida, esses sujeitos permitiam que algumas pessoas ultrapassassem os limites impostos pela empresa, como aqueles acerca da retirada de erva-mate.

O senhor João, de sessenta anos, morador da localidade de Areia, vive num terreno de posse desde antes da chegada da madeireira. Aquela região é tida como *terra de cultura*, e caracteriza-se por seu terreno bastante acidentado. Lá, Seu João mantém um modo tradicional de plantar e criar animais. Utiliza-se de sementes crioulas, torra sua própria farinha, possui um monjolo no terreno, e cria seus animais muito perto de sua casa. Naquelas terras, não há uma vegetação densa como no *faxinal*, mas ainda assim, encontra-se pés de erva-mate.

Quando a madeireira chegou naquelas áreas, Seu João vivia com sua esposa e com sua filha. Ele é mais um dos tantos *posseiros* que assinaram o contrato de arrendamento com a firma. Esse senhor relembra de um fato particular, em que um dos *jagunços*, montado a cavalo, ficou rodeando o seu terreiro, ou seja, o espaço imediatamente em frente e ao redor de sua casa. Para Seu João, aquele era um imenso desaforo, frente ao qual ele teve de se conter para não reagir. Nota-se, então, que a empresa buscava fiscalizar a vida privada das pessoas, intimidando-as com a presença de homens que, além de

montados, estavam também armados. É muito comum, em Cascatas, ouvir relatos segundo os quais os *jagunços* passavam em frente às casas dos *posseiros* atirando para cima e praguejando contra as criações deles. Na visão de Seu João e de tantos outros, essa é uma ofensa desmedida e grave.

Através de seus *jagunços*, a madeireira elaborou estratégias de intimidação que se distanciavam da forma com que os *posseiros* lidam com suas desavenças cotidianas, e propôs uma atuação que visava atingir os sujeitos naquilo que eles têm de mais particular: suas residências, suas famílias, suas criações. Ao mesmo tempo que isso ofendia imensamente a honra individual e familiar, também invocava demonstrações de uma força contra a qual, muitas vezes, os *posseiros* acreditavam que era melhor não agir diretamente. Aos olhos deles, muitos dos *jagunços* mais temidos não são tidos simplesmente como homens valentes, mas sim como arruaceiros. Nas histórias daqueles que se contrapuseram à madeireira, persiste um olhar de incompreensão perante ofensas como essas, onde além de policiar a vida alheia, o *jagunço* também demonstrava desprezo sobre aqueles que deveria vigiar. Diversos *posseiros* compreendem essas ações de intimidação e esse comportamento de desprezo como uma espécie de “pressão” para que as pessoas saíssem da terra, ou perdessem a paciência e criassem um conflito pessoal com um dos homens armados da madeireira.

No caso de Seu João, que não tinha nenhum membro de sua família ou vizinho próximo que pudesse lhe apoiar em alguma ação, a estratégia de lidar com essas ofensas foi a da resistência silenciosa. Ele diz que, mesmo com a proibição, cortava madeira e retirava erva-mate escondido. E que foi, aos poucos, plantando árvores frutíferas e expandindo sua criação ao redor de sua terra, construindo coisas, para que pudesse garantir, futuramente, que aquele espaço era dele. Quando os *posseiros* reocuparam Areia, Seu João foi ao INCRA cadastrar seu terreno. Ao destacar que paga seus impostos, ele afirma que ninguém, atualmente, pode tirá-lo de sua terra. Assim, a opção de passar silenciosamente pelas ofensas recebidas, no final das contas, é tida como tendo valido a pena. Ela garantiu que o *posseiro* não se arriscasse em nenhuma contenda com os *jagunços*, enquanto construía, aos poucos, sua marca sobre aquele território. Quando a madeireira perdeu força e o Movimento de Posseiros começou a atuar mais diretamente sobre as terras

tomadas pela Zattar, Seu João pôde conquistar um documento, tido por ele como o comprovante de que aquele é seu espaço.

Se o caso de Seu João é representativo de um sujeito que percebe que não enfrentar diretamente os *jagunços* foi um caminho possível para a consolidação de seu próprio espaço de autonomia, há outro caso, de uma *posseira* de Cascatas, em que o discurso é permeado por uma noção de ordem com a qual é preciso negociar. Dona Justina, senhora quase centenária, neta do fundador de Cascatas⁵⁴, vive atualmente num terreno que fora angariado pela madeireira ainda na década de 1970. Até morar nesse lugar, Justina e seu falecido marido circularam pela região, trabalhando como empregados em terras de outras pessoas. Quando voltaram para Cascatas, o terreno onde se estabeleceram, segundo Justina, era de Roberto, tido como o primeiro *jagunço* das Indústrias Zattar naquela localidade. Foi então que ela solicitou ao delegado João Reis, que conversasse com Roberto, pedindo-lhe que deixasse a família dela ficar naquela área. Foi o que aconteceu.

Mais tarde, essas terras se tornaram “do Zattar”, e Dona Justina permaneceu nelas como *posseira*. Ela conta que jamais teve problemas com a madeireira, a qual nunca tentou tirá-la dali. E que pediu a um dos *guardas* da firma, o senhor Marcos, oriundo de Pinhão, que perguntasse “ao Zattar” se ela poderia fazer uma “capoeira” em sua posse, para que tivesse onde roçar e sustentar sua família. Ela obteve a permissão. Na visão de Justina, isso era uma prova de que o *guarda* não era alguém ruim. No entanto, muitos outros *posseiros* de Cascatas possuem uma visão negativa sobre esse mesmo homem, que os proibía de plantar e de retirar erva-mate, e destruía suas cercas.

Justina vive atualmente numa casa de madeira, muito simples se comparada a dos seus parentes *posseiros*, que dizem que ela ainda vive “do jeito dos antigos”, já que sua residência é de piso batido, e ela faz fogo no chão. Essa senhora também é conhecida em Cascatas por ser benzedeira, e recorda, em seu relato sobre o conflito, que as mulheres de *jagunços*, cuja casa ficava em frente a de Seu Camilo, traziam seus filhos para que ela benzesse. Assim, ela era uma pessoa querida por essas famílias, e não se

⁵⁴Ver diagrama de parentesco na página 100.

posicionava de modo contrário às mesmas. Para Justina, seus parentes fizeram mal ao enfrentarem os *jagunços*, pois em suas palavras, “quando tem conflito não dá pra brigar, tem que entrar em acordo”. Ainda nos termos de Justina, “se você não é visto, não é lembrado”, o que evita descontentamentos oriundos de provocações e intrigas.

Pode-se dizer que Justina interage com os *jagunços* tanto a partir de uma lógica instrumental, através da qual ela é capaz de permanecer com tranquilidade na terra que escolheu para viver, como segundo uma ética de conduta pacífica, que busca a construção de acordos e não o conflito. É como se Justina elaborasse um código de tratamento de *jagunços*, concebendo-os tanto como mediadores entre ela e uma autoridade, como enquanto pessoas cuja conduta levaria em consideração uma espécie de ética local de tratamento. Sua posição é bastante ambígua, já que simultaneamente ela se solidariza com os *jagunços*, reprova os enfrentamentos levados adiante por seus vizinhos *posseiros*, e atualmente assume-se como *posseira* frente a um fazendeiro de Cascatas que, hoje dono do terreno que era da madeireira, já tentou tirar Justina de sua área.

Além disso, ela aciona a máxima “se você não é visto, não é lembrado”, que se remete à sua visão das relações de conflito entre homens de Pinhão. Ela afirma que sempre orientou seus filhos a não frequentarem festas e bailes, pois caso ocorra algum desentendimento nesses locais, é possível que os presentes acabem por ter de se envolver nessas questões, seja como partes da disputa, seja como testemunhas.

Assim, tanto Dona Justina quanto Seu João elaboraram estratégias de permanecer na terra através do não-enfrentamento dos *jagunços*. Ambos compreendem que é melhor calar, e manter-se afastado de problemas, para evitar os efeitos mais drásticos oriundos de intrigas. Não bater de frente com os *jagunços* torna-se também um modo de posicionar-se em favor de sua autonomia no território, a medida que ambos esses *posseiros* são capazes de, através de sua invisibilidade, não atrair desavenças para a sua vida e construir seus próprios territórios de liberdade.

4.2. AMIGO DO PERIGO: O CASO DE SEU SEBASTIÃO

A tensão entre amizades e enfrentamentos com *jagunços* constitui a trajetória de diversos *posseiros* ao longo do conflito de terras. Entre eles está Seu Sebastião, morador de Rio Bonito, que por conta das particularidades de sua experiência é lembrado por muitos sujeitos que falam do início do Movimento. A luta desse senhor pela permanência na terra é invocada pelos *posseiros* como emblemática na história de sua organização política.

Nascido em 1928, Sebastião, oriundo de Palmas, veio para Pinhão com sua família quando ainda era jovem. Em 1953, comprou sua posse em Rio Bonito, região considerada *terra de cultura*. Por volta de 1970, a madeireira entrou nessa área, enviando a Sebastião o pedido de assinatura de contrato, por ele recusado. Entre meados e fim dessa década, a empresa construiu uma casa de *jagunços* a cerca de dez metros da residência de Sebastião, que lá possuía lavouras e criações. Ao mesmo tempo, a firma cercou uma ampla extensão de terras desde Rio Bonito até a baixada de Areia, distantes a mais ou menos 10 km. Lá, soltou uma grande quantidade de gado, impossibilitando Sebastião de trabalhar com a lavoura em sua posse.

Por causa das interdições dos *jagunços*, Sebastião teve de ir trabalhar fora de Rio Bonito, e, por vezes, até mesmo de Pinhão. Numa dessas idas, levou um de seus filhos, que morreu afogado na travessia de um rio, ao cair de sua égua. Essa morte é concebida pela família como resultado das ações da Zattar, tendo em vista que, se Sebastião pudesse permanecer fazendo roça em suas terras, não haveria necessidade de sair para outros lugares, tendo de atravessar o rio.

Devido ao atual estado de saúde de Sebastião, que já não conversa, os relatos sobre a vida dele foram narrados por seus filhos e filhas⁵⁵, e por *posseiros* que são seus amigos, ou que o conhecem. Todas essas histórias sempre salientam que Sebastião teve diversos vizinhos *jagunços* entre os anos 1970 e o início dos anos 1990, quando a madeireira retirou suas seguranças

⁵⁵ Todos os relatos dos familiares de Sebastião que se seguem nesse trecho foram somente anotados em diário de campo. Os filhos do *posseiro* não aceitaram gravar entrevistas, apesar de meus esforços em obtê-las.

daquelas áreas. Com isso, nota-se que os *jagunços* não permaneciam por muito tempo no mesmo lugar, mas que havia uma rotatividade destes nas áreas da empresa. Ao não permitir que os sujeitos criassem algum vínculo mais sólido com as terras em que eram postos para viver, já que assim eles poderiam não só se tornar verdadeiros moradores, como também criar laços de amizade e de compadrio com os *posseiros*, a madeireira persegue a construção de sua autoridade sobre determinadas terras.

No caso de Sebastião, que permanece até hoje com sua família nessa área, percebe-se que essa rotatividade de *jagunços* é tida como um modo de pressionar o *posseiro*, que insistia em não sair de sua terra. Para os filhos de Sebastião, a Zattar buscava sempre trazer um novo e mais perigoso *jagunço* para Rio Bonito, na tentativa de convencer Sebastião a assinar o contrato, e de cercear cada vez mais sua autonomia. No entanto, ele contornou essa situação buscando criar vínculos com esses agentes armados, demonstrando uma posição que não era a de enfrentamento direto, mas sim, pacífico.

Segundo Jonas, filho de Sebastião, “cada semana tinha um jagunço diferente”, sendo que mais ou menos trinta desses agentes teriam passado por aquela vizinhança. Dentre os homens armados pela empresa que residiram em Rio Bonito, há aqueles considerados “mais terríveis”, com os quais não havia possibilidade de interação mais amistosa. Para Jonas, eles intencionavam matar Sebastião, e faziam todos os tipos de provocações para que seu pai reagisse, dando-lhes uma motivação real para usar suas armas. As maiores dessas provocações são lembradas como tendo sido cometidas por Ernesto, que amarrava seus cavalos na cruz de cedro⁵⁶, não deixava Sebastião trabalhar ou alimentar suas vacas, e matava as galinhas do *posseiro* dentro de seu terreno.

Marisa, irmã de Jonas, rememora eventos muito parecidos acerca do conflito. Ela recorda os mesmos “desaforos”, e sustenta o argumento de que queriam matar seu pai de qualquer jeito, por isso as provocações tão enfáticas.

⁵⁶ A cruz de cedro costumava ser um dos elementos da religiosidade dos *posseiros*, mas atualmente, não há muitos exemplares delas em Pinhão. Feita de cedro, a cruz era colocada na frente da moradia do *posseiro*, e, quando a madeira brotava, os moradores costumavam fazer festas. Segundo Vandresen (2004, p.59) a cruz de cedro tem um duplo sentido: “o ideológico, devocionário e religioso da cruz; e o místico do cedro forte e resistente, broto que dá continuidade à vida”.

No entanto, ambos os irmãos dizem que Sebastião sequer sabia usar um canivete, quanto menos uma arma de fogo. Nesse sentido, descrevem o pai como uma pessoa em situação de fragilidade perante os *jagunços*.

Enquanto prosseguiu trabalhando na lavoura em suas terras, Sebastião sofreu diversas ameaças, uma das quais Marisa relembra, por estar presente. Ela estava na lavoura com seus irmãos, ajudando o pai, quando os *jagunços*, armados, chegaram e mandaram que parasse imediatamente de trabalhar, ameaçando-o. As crianças, então, correram para a frente de Sebastião, abraçando-o de modo a protegê-lo, o que fez com que os *jagunços* retrocedessem, e fossem embora. Ela conta ainda que, certa vez, Sebastião abriu a camisa para os *jagunços* que o perseguiram, e com o peito exposto, disse que se quisessem matá-lo, era para atirarem. Novamente, eles recuaram. Assim, as narrativas de Jonas e Marisa, são construídas segundo a idéia de que os *jagunços* buscavam uma ação de Sebastião que justificasse seu assassinato, porém, o *posseiro* não lhes dava um motivo legítimo para fazê-lo. Essas provocações, portanto, são lidas segundo uma lógica de legitimação do acionamento da violência. Ao desaforarem o *posseiro*, esses homens armados buscariam construir situações para que aquele reagisse de modo violento, ou respondesse de modo desrespeitoso, dando aos *jagunços* uma motivação real para matá-lo.

Diversas histórias sobre enfrentamentos entre homens em Pinhão relatam situações em que os sujeitos envolvidos em uma discussão ou disputa estão armados. É quando um deles ameaça usar sua arma, que o outro lança mão da sua própria. Há, nesse sentido, uma certa idealização da maneira com que as agressões físicas se configuram na prática. Assim, Marisa e Jonas lêem os acontecimentos ocorridos com seu pai segundo a lógica local de disputas entre homens, onde o caráter de algumas ofensas implica numa contra-resposta direta, que tem a ver com o modo com que os valores da honra operam em Pinhão.

Os textos sobre a noção de “honra” nas sociedades mediterrânicas concebem-na como preocupação constante de indivíduos em sociedades pequenas, nas quais as relações face-a-face possuem grande peso, e onde “a personalidade social do ator é tão significativa como o papel que tem a desempenhar” (Peristiany, 1971: 15). A “honra” é analisada pelos autores a

partir das denominações linguísticas que assume em cada local, e através de sua relação com a estrutura social⁵⁷ que, enquanto se modifica, gera modificações também nas noções de “respeito”, “vergonha”, e inclui, com o passar do tempo, novos sujeitos na categoria de pessoas portadoras de “honra” (Baroja, 1971). Nas análises sobre grupos do Mediterrâneo, a “honra” é compreendida como algo que diz respeito a pessoas em condições de igualdade, pertencentes a um mesmo grupo social. É assim que ao analisar o tema na Andaluzia, Pitt-Rivers afirma que:

Em todas as situações de desafio é a honra de um homem que o obriga a responder por ter sentido a afronta, mas o desafio só pode ser lançado entre gente conceptualmente igual; o poder da afronta reside no fato de ser uma tentativa de estabelecer superioridade sobre o afrontado. Quando tal não se passa não há desafio. (Pitt-Rivers, 1971, p.43)

Em seu estudo sobre a sociedade Cabila na Argélia, Bourdieu (2002, p. 9-10) compreende a “igualdade em honra” como base do que chama de “dialética do desafio e da resposta”, na medida em que um homem só aceita um desafio, e engaja-se no jogo de enfrentá-lo, se reconhece que aquele que o lançou é igual em honra. A “igualdade” de que falam os autores, por sua vez, tem a ver com a posição social e os papéis assumidos por determinado sujeito dentro de um certo grupo. Enfrentar alguém que se encontra numa posição mais baixa ou mais alta na escala social, ou que, dentro da escala de valores que regem determinada sociedade, é tido como um “sem-vergonha” ou como um louco, seria, portanto, portar-se de modo inadequado, o que possivelmente implicaria em desonra.

Na “dialética do desafio e da resposta”, tal como operada nos confrontos entre *posseiros* e *jagunços*, há uma releitura de antigas categorias,

⁵⁷Tanto para Pitt-Rivers (1971, p.28), quanto para Bourdieu (2002, p.22), os componentes da noção de “honra” refletem a articulação da estrutura social, devendo ser compreendidos a partir desta. Pitt-Rivers percebe essa estrutura como um “sistema de valores”, “uma coleção de conceitos relacionados uns com os outros e utilizados de maneira diferente pelos vários grupos definidos por idade, sexo, classe, ocupação etc. nos contextos sociais (e não meramente lingüísticos) diferentes que lhes oferecem vários significados.” (ibid.) Bourdieu, por sua vez, relaciona a noção de “honra” a uma “disposição cultivada”, um “habitus”, que conecta-se à idéia de “estrutura” enquanto a reflete, mas também a manipula; de modo que para o autor, a “honra” deve ser percebida segundo os contextos em que é acionada (Bourdieu, 2002, p.22-23).

e a articulação de noções novas, tendo em vista que esses embates configuram-se entre pessoas em posição desigual. Essa desigualdade envolve tanto o arsenal de armas de que os *jagunços* dispunham, como uma disputa por terras com um agente estrangeiro, voltado para uma lógica de expansão para o mercado. Assim, o conflito aqui é distinto dos que eventualmente poderiam ocorrer entre vizinhos e parentes, acerca de divisas e partilhas territoriais. Os valores que compõem os termos nos quais a honra é localmente construída, ao mesmo tempo em que são acionados nos discursos acerca dos embates com *jagunços*, relacionam-se a um contexto novo, em que uma esfera mais ampla e desigual de dominação territorial é levada em consideração.

Através dos discursos dos filhos de Sebastião, persiste a visão de que o *posseiro* não foi morto porque não deu aos *jagunços* uma contra-resposta forte o suficiente para que estes se utilizassem de armas. Jonas e Marisa reconhecem que, nesses casos, alguma reação que era esperada, não foi concedida. Segundo eles, ao optar por agir de acordo com os *jagunços*, sem contrariá-los, Sebastião retira-se da possibilidade de sofrer alguma retaliação violenta por parte dos funcionários da madeireira. Quando Jonas define seu pai como um homem que não sabia usar armas, coloca-o como exceção dentro de um contexto onde a “fama de valente” e o acionamento da violência em disputas de honra permeiam a existência de diversas famílias. Além disso, Sebastião estava praticamente sozinho, enquanto *posseiro*, em Rio Bonito. Não havia outro parente que pudesse, naquela localidade, engajar-se junto a ele numa vingança contra os *jagunços*. Se sua honra pessoal é abalada pelo cerceamento de sua autonomia, pela matança de suas criações, e pela ofensa à sua religião, é o não enfrentamento direto que permite que o *posseiro* possa permanecer em sua terra, construindo uma estratégia particular de resistência e, conseqüentemente, de garantia de sua posse.

Por outro lado, ao compreenderem as atitudes de seu pai segundo valores da construção de disputas nos termos locais, Jonas e Marisa também constroem sua percepção das ações dos *jagunços* nesses termos. É como se os funcionários armados da madeireira agissem segundo o ritmo dos desafios e das respostas entre iguais. Entretanto, como foi apontado no caso dos “valentes”, os *jagunços* são, dependendo de seu caráter, sujeitos com quem os cuidados devem ser redobrados, pois qualquer comentário pode ser tema de

desavenças. Não é à toa que os irmãos caracterizam o *jagunço* Ernesto através de atos como a matança de seus animais ou a utilização de seu símbolo religioso como meio de amarrar as montarias. Ao acionarem essas ofensas como medida de reconhecimento do caráter desse indivíduo, os sujeitos concebem Ernesto como alguém ausente da possibilidade de construção de relações. Todavia, ao mencionarem que os *jagunços* retrocediam perante as crianças e o peito aberto de Sebastião, Jonas e Marisa demonstram que havia um certo limite na atuação desses homens de armas. Ao mesmo tempo em que as ofensas deles são tidas como transgressoras de qualquer limite de honra, as reações do *posseiro* e de sua família são mencionadas como quebras de uma contra-partida esperada. E é nessa habilidade de desviar-se do enfrentamento direto que Sebastião adquire, nas palavras de seus filhos, seu caráter ativo perante essas novas situações.

Para além das lembranças sobre a limitação da autonomia de Sebastião e das constantes provocações sofridas, sua história também é marcada pela capacidade de construir relações com os *jagunços*. Segundo Jonas, Sebastião buscava “agradar” esses funcionários da madeireira, dando doces para os filhos deles, e realizando transações de alimentos. Conta-se que logo que chegava um *jagunço* novo na casa vizinha, Sebastião mandava que um de seus filhos fosse até lá, pedir algo como farinha, açúcar, ou chimarrão. No dia seguinte, sua esposa, em troca, levava outro alimento, como leite, para a família do *jagunço*. Assim, conseguiam estabelecer relações com aqueles funcionários da madeireira que se solidarizavam com Sebastião. Sua filha, Marisa, fala que às vezes eram as esposas dos *jagunços*, em especial aquelas que possuíam maridos “ruins” que estabeleciam esses laços com os *posseiros*. Era o caso de uma senhora que esperava seu marido ir trabalhar, e saía escondida tomar chimarrão com a mulher de Sebastião.

Mas as histórias sobre esse senhor não se limitam a solidariedades mais planejadas. Elas condensam também eventos que possibilitaram que certos *jagunços* reconhecessem o *posseiro* com respeito. Foi o caso de um acontecimento relatado por Seu Camilo, quando conta um pouco da história de seu companheiro *posseiro*, num momento em que busca descrever como começou o Movimento:

Camilo: A história dos posseiros aqui, primeiro foi o Sebastião. Ele mora lá. Tá vivo ainda.(...) Sebastião, foi um dos que nunca assinou comodato. Nunca, nunca, mas, muitas vezes emprensavam ele pra matar. Tinha dia ele dizia: "mas podem me matarem, mas matem tudo a minha família pra não ficar nenhum sofrendo". Outro que bancou o coitado que nem eu. Só correu pelos direitos dele. Aquele foi um dos que sofreram quase mais do que nós. Ficou uma quantia de tempo, daí não deixavam plantar nem lavoura. Nem a lavoura que eles conseguiam plantando...

Liliana: E diz que lá ele teve jagunço perto, morando lá do lado, né?

Camilo: Jagunço perto, pra incomodar o miserável do homem. Daí um dia, tudo veio por...essas coisas. Então, se o jagunço mais perigoso, era pra matar ele.(...) O Tal de Ernesto. Tal Ernesto e Carlão, matador de gente. Tavam lá pra matar o...

Liliana: Esse Carlão e esse Ernesto eram nascidos em Pinhão, ou tinham vindo de fora?

Camilo: É, eles eram aqui dos Ambrósios. Desse jeito dos Ambrósios, lugar de gente ruim! (risos)

Dibe: É mesmo? É lugar de gente ruim lá?

Camilo: É lugar de gente ruim. Um mata o outro. Então se, daí intentaram de matar o Sebastião. Daí um dia pegaram o Sebastião, "é, falou que não concorda e vai ter fim o homem", "pois matem eu, matem tudo a minha família pra não ficar nenhum sofrendo. Eu não to pra brigar, eu to pra, correndo por os meus direitos e preciso trabalhar pra dar de comer a minha família. Se matarem eu, matem bem matado, matem tudo a minha família pra não deixar nenhum sofrendo". A senhora vê que judiaria a coisa dessa. Daí passou-se daquilo, o tal Valente, encilhou um burro, e saiu. E de certo esporeou o burro, o burro veio e arqueou, e ele era domador, era cavaleiro. Mas a, foi a ponto que ele caiu, ficou enroscado com o estribo, e o burro... com ele enroscado com o estribo. Deu bem certo, o Sebastião tava indo pra lavoura, aí veio o burro correndo com o homem enroscado pelo estribo, já valendo morto. O Sebastião pega pela rédea do burro, e viu que o homem morria, valeu ele. Valeu ele. Dali em diante, ele disse pros patrão, "querem mandar matar o Sebastião, mandem, mas eu não tô pra fazer isso. Aquele homem mais do que meu pai valeu de eu não morrer."

Através desse relato, Camilo constrói uma imagem de Sebastião onde a resistência na terra é acompanhada de atos que tanto demonstram a fragilidade do *posseiro* frente aos *jagunços*, quanto elaboram uma visão de suas reações perante esse "outro". Segundo Seu Camilo, Sebastião teria lançado mão da fórmula "se me matarem, matem também toda a minha família", para que nenhum ficasse "sofrendo". Camilo manipula, assim, uma visão de vitimização acerca de seu camarada *posseiro*, tanto quanto um ideal de honra do pai de família, segundo o qual sua morte acarretaria na desgraça de toda a sua prole. Esse enunciado também se refere ao contexto de violência no conflito em Pinhão, onde geralmente as queimas de casas e despejos por *jagunços* tendiam a ocorrer com famílias cujo chefe ou não estava em casa, ou já havia morrido. Quando se tratava de pessoas em situação mais frágil – sem

vizinhos próximos, ou mulheres que estavam sozinhas em casa – os *jagunços* partiam para cima das casas, intimidavam a família para que se retirasse, e depois queimavam a residência. Casas que estavam vazias, cuja família de moradores havia por algum motivo saído, também eram objeto de queima. E finalmente, havia o despejo institucionalizado, organizado pela polícia e fundamentado em medidas jurídicas. Em todos esses casos, famílias inteiras eram expulsas das terras que ocupavam. As que viveram esse drama e encontraram algum modo de posteriormente voltarem a essas áreas ou tomarem terrenos de posse em outros lugares, tiveram de viver sob novas ameaças de despejo.

É assim que a família de Seu Camilo, em Cascatas, estabelecia rondas de vigilância noturna ao redor de suas residências, a fim de preparar-se caso os *jagunços* aparecessem no meio da noite. Para esses *posseiros*, tendo como fundamento o contexto mais crítico do conflito, em que esse tipo de ação tornou-se comum, suas casas corriam risco iminente de serem queimadas no meio da noite. As mulheres também se engajavam nessas vigílias, revezando-se com os maridos, para que estes pudessem descansar.

Todavia, a narrativa de Camilo demonstra a solidariedade de Sebastião perante um *jagunço* que corria risco de morte por um acidente com sua montaria. A reação do *posseiro*, que salva a vida daquele que em termos ideais seria seu inimigo, instaura uma dívida moral impagável entre o *jagunço* e o senhor que livra ele da morte. Tem-se então que, numa situação onde a “igualdade em honra” não está dada, outros elementos são acionados, a partir de interações cotidianas e acontecimentos extraordinários, fazendo com que as relações entre os sujeitos em questão também passem por transformações. Através do desenrolar dessas interações, tem-se a realização de novas articulações dos elementos que compõem a reputação das pessoas, gerando o reconhecimento de sua existência de um modo que, se não é igualitário, ao menos indica aproximações e estabelecimento de solidariedades.

O relato de Camilo traz ainda outro ponto interessante, quando se refere aos *jagunços* mais perigosos, que viveram ao lado da casa de Sebastião. Ele recorda Ernesto e Carlão, ambos figuras recorrentes nas lembranças dos *posseiros*. Ao distingui-los como *jagunços* temidos, Camilo alude à localidade de origem dos mesmos, Ambrósios, “lugar de gente ruim”,

onde “um mata o outro”. Através dos conflitos, e ao longo da proliferação de histórias acerca de disputas violentas, constroem-se não somente as reputações de indivíduos e famílias, como também das próprias comunidades rurais. Aqui, a classificação de uma localidade a partir da perspectiva da violência é acionada com um tom bem-humorado, numa entonação cômica que define que Ernesto e Carlão já seriam ruins pela sua própria origem. Novamente, temos uma manipulação da idéia de que certos sujeitos nasciam com uma “índole má”, que no caso desses *jagunços* não se refere simplesmente a características pessoais, mas ao seu ambiente de socialização.

Ao longo da pesquisa de campo, Carlão destacou-se por ser um dos *jagunços* mais lembrados e mais temidos no município de Pinhão. Dentre as histórias a respeito de sua má índole, há uma segundo a qual Carlão matara dois sujeitos nos Ambrósios, e depois bebera o sangue deles. A ruindade, então, vincula-se a uma visão de desumanidade do *jagunço*, e conseqüentemente, da impossibilidade de haver igualdade entre ele e os *posseiros*. A própria Dona Margarida, que tem uma postura tão neutra perante os *jagunços*, traça uma exceção para Carlão, que para ela era o pior dentre esses funcionários da madeireira:

Margarida: (...) Mas tinha o tal Carlão, que era um jagunço, mas era um jagunço da pesada sabe? Esse Carlão ele ia nas casas. Esse meu piá que você tá vendo aí, se dissesse “vem o Carlão” ele ia parar embaixo da cama.

Dibe: E o Carlão era daqui mesmo?

Margarida: Não era. Ele veio. Apareceu aí. E ele matou muita gente. Onde ele matou a última que ele fez, foi muito triste pra ele. Você sabe que ele matou um senhor na roça e esse senhor tinha um, um menino junto com ele que era filho dele, e daí quando ele matou esse, o pai dessa criança, piázote. E daí naquele tempo os homens iam pra roça e levavam arma de fogo, espingarda, pistola, e tal, pra atacar as, por causa que eles viviam também da caça. Diz que quando ele matou o pai do menino, ele ficou muito sentido, mas ficou.

Dibe: Ele matou esse homem por que será?

Margarida: Porque tava plantando na terra do Zattar. E ele já tinha falado “não plante”, e o homem teimou.

Dibe: Ah, e aí ele foi pra matar mesmo.

Margarida: Foi, ele matou.

Dibe: E tinha jagunço que não ia fazer nada se você teimasse, ele só levava pro patrão e...

Margarida: É, tinha esses dois que moraram aqui, eles levavam numa boa. Eles nunca mataram. Até um desses morreu num acidente muito triste. O Luizinho, que era o nome dele. E o compadre Claudio é vivo até hoje. E daí esse Carlão uma vez, contam, eu não sei, mas é contado de boca em boca. Que tava um senhor, ele pôs sal pras

vacas e sentou na cabeceira do cocho, olhar o gado lambar o sal. E ele plantava e colhia, e ele dizia "não colha, não plante, o Zattar não quer, e eu não quero, to aqui pra atender", e o homem, o senhor precisava, teimou, que nem o Camilo, que nem eu, teimoso né? Porque precisa, claro, de fome quem vai morrer? E daí diz que ele deu um tiro na, no marido da, da mulher que tava na casa e ela, ela perdeu o sentido. Eu não sei, acho que agora ela é morta. Mas ela ficou, depois que o Zattar, que o Carlão matou o marido dela lá no cocheiro das vacas, ela perdeu o sentido, ela ficou gritando uns quantos anos. Mas era uma mulher que você via pela rua, ela andava "aaaaaaaiiii!". "Aaaaai!" Gritando assim, desesperada.

Dibe: Ficou louca.

Margarida: Ficou louca. Perdeu o sentido. Só que daí o Carlão matou bastante gente, ele fez o que fez, e nunca ninguém pôde matar ele, todo mundo tinha medo, todo mundo corria do Carlão, todo mundo respeitava o Carlão.

Esse trecho da narrativa de Margarida remete a diversos aspectos constitutivos da reputação de Carlão como *jagunço* “ruim”, que devido a essa condição, era também “respeitado”. Nota-se, portanto, que as características que compõem sua diferença perante os *posseiros*, são as mesmas que reconhecem-no como homem que merecia considerações respeitadas, mas não como figura *de respeito*. Ele é respeitado por sua reputação de homem violento, impassível de compaixão perante os outros, frio e calculista, porém, jamais por ser um homem honrado, já que mata, em nome de outro, pessoas que não tem outro modo de vida a não ser o trabalho na terra. Ao perguntar “de fome, quem vai morrer?”, a *posseira* demonstra sua visão de que, com todas as interdições da madeireira sobre os sujeitos cujas terras queriam tomar, era mais digno enfrentar os *jagunços*, correndo o risco de morrer pelas mãos destes, do que permitir que a família passasse por privações, devido à limitação da autonomia dos *posseiros*. Da mesma maneira, o *posseiro* que se torna *jagunço* “pelo salário”, reivindica também sua capacidade de manter o sustento de sua prole, frente a uma situação de cerceamento de sua liberdade. Nesse sentido, ele é tido como um funcionário comum, e não como alguém caracterizado por uma ruindade desmedida, que envolve-se na tarefa de ser *jagunço* a fim de saciar sua natureza má.

É interessante também notar que Carlão, por seu caráter assustador, era acionado pela *posseira* como elemento de intimidação de um de seus filhos. Sua figura é manipulada como um elemento na socialização da criança, que teme que ele possa vir pegá-la por seus maus comportamentos. Assim, o distanciamento do *jagunço* e sua má reputação servem como espécie de

contra-exemplo para a criança acerca de quem se deve respeitar, justamente pela ameaça do que pode acontecer com ela caso não se porte do modo esperado.

Margarida constrói seu relato a partir da opinião pública sobre Carlão, afirmando que este matou muita gente, e citando uma dessas mortes, que levou uma viúva à loucura. O assassinato desse *posseiro* invoca uma situação em que Carlão alertara o sujeito a não plantar nas terras “do Zattar”. É por causa da desobediência às ordens do *jagunço*, que o *posseiro* termina assassinado dentro de sua própria posse. Esse não foi o único caso em que Carlão atirou em *posseiros* no interior dos terrenos destes. Em outra ocasião, mencionada por Seu Damião, Carlão, Ernesto e a polícia empreenderam um tiroteio contra a casa de um senhor, que havia anteriormente expulsado os *jagunços* de sua posse, dirigindo-lhes tiros de espingarda.

Através dos relatos analisados, percebe-se uma série de ocorrências que, ao longo do tempo, compunham as estratégias dos *jagunços*. A desobediência, nesse sentido, pode ser vista como uma provocação que sustenta os assassinatos cometidos por esses homens armados. Existem, portanto, atos e eventos que constroem essas situações de violência. Eles dizem respeito a condições de respeitabilidade, de aproximação e de distanciamento, que são forjadas nessas relações ambíguas.

Se Carlão é conhecido por sua reputação de “terrível”, “ruim”, “valente”, “matador”, a relação engendrada entre esse *jagunço* e o *posseiro* Sebastião destoa da opinião pública. Segundo Jonas e Marisa, aquele foi “o melhor” de todos os funcionários da madeireira que moraram ao lado de sua casa. Ele nunca “incomodou” ou provocou o *posseiro*, e conversava sempre com Seu Sebastião. Esse é o único relato que demonstra uma aproximação entre Carlão e os *posseiros*. Os familiares de Sebastião admitem conhecer a “fama” do *jagunço*, mas desconsideram-na, salientando apenas sua relação pacífica para com eles. Esta, por sua vez, foi possível pela própria postura do *posseiro*, que “agradava” as famílias dos *jagunços*, e não os contrariava. Ele joga, portanto, com essas condições de aproximação e de respeitabilidade, a fim de elaborar sua própria estratégia de resistência na terra. Ao construir essas interações pacíficas com os *jagunços*, Sebastião revela um modo próprio de enfrentamento onde, ao exibir fragilidades suas e de sua família, ao mesmo

tempo que estabelecendo solidariedades com os homens armados pela madeireira, afasta-se da possibilidade de ser morto.

Carlão foi o último dos *jagunços* da madeireira que passou pela casa vizinha à de Seu Sebastião. No início dos anos 1990, em uma de suas andanças pela localidade de Areia, os *jagunços* da empresa, dentre os quais estava Carlão, foram surpreendidos por uma emboscada armada pelos *posseiros*. Esse evento, do qual os agentes da empresa saíram feridos, é lembrado como a “expulsão” dos *jagunços* dessa região de Pinhão. Um ano depois da retirada deles, a família de Seu Sebastião muda-se para a casa em que residia Carlão, então vazia e com uma estrutura melhor do que a pequena residência em que viviam. Nesse momento, eles selam o fechamento dessa situação de conflito, encerrada a possibilidade de que qualquer outro *jagunço* viesse para lá. Atualmente, cinco filhos de Sebastião permanecem na área de posse de seu pai, agora dividida em terrenos de mais ou menos 10 alqueires cada um.

Tendo em vista a postura de Sebastião frente aos *jagunços*, a opinião pública a respeito do *posseiro* é bastante ambígua. Alguns o têm como um homem louvavelmente ponderado, que soube enfrentar seus desafios com atitudes pacíficas que, de fato, permitiram-lhe permanecer naquela terra. Outros o criticam justamente por ter estabelecido relações com os *jagunços*. Ainda assim, sua posição dentro do Movimento de Posseiros, enquanto ícone da trajetória destes em sua luta política, é o que mais se enfatiza quando sua figura, como aquela que ilustra o sofrimento dessa população e da sua resistência frente à madeireira, é acionada.

Carlão, por sua vez, terminou morto pelas mãos de um menino, cujo pai fora assassinado pelo *jagunço*. Seu assassinato é considerado pelos *posseiros* como a retaliação ideal a Carlão, que jamais imaginaria que pudesse ser morto por uma criança. Os diversos relatos que abordaram essa situação destacam que ele, junto com outros *jagunços*, fora até a casa do *posseiro* Juquinha para matá-lo. Atiraram contra o *posseiro* em seu próprio paiol, e conseguiram atingir o objetivo de dar fim nele.

De acordo com alguns sujeitos, na mesma ocasião em que Carlão dera cabo em Juquinha, o filho do *posseiro* estava escondido no interior da residência, e assim que seu pai caiu morto, ele atirou em Carlão por uma fresta

entre as tábuas de madeira. Outras narrativas abordam o assassinato como se fosse uma vingança premeditada, em que o menino teria se armado e esperado Carlão passar por um portão, matando-o. “Então se ele matou bastante mas morreu pela mão de uma criança. Por causa do pai”, expressa Dona Margarida, acerca do assassinato do *jagunço*.

Destaca-se, nas narrativas sobre o fim desse *jagunço*, a ênfase na pouca idade do rapaz que o matou. Ao falarem do assunto, os *posseiros* lançam comentários como “bem feito”, “o mais valente morreu pelo tiro de uma criança”. Na visão deles, o fim do *jagunço* é a vingança ideal pelos atos que cometera. Isso porque se costuma dizer que esses homens “mais terríveis”, temidos e bravos, desmereciam os *posseiros*, abusavam de sua fraqueza e acreditavam que eram sujeitos de força, já que estavam bem equipados com armamentos e amparados por uma grande empresa.

As histórias contadas pelos filhos de Sebastião demonstram que, assim como os *jagunços* eram diversos, diversas eram as possibilidades de interação e construção de relação com os mesmos. Entretanto, por trás dessa multiplicidade de laços e ações, os *posseiros* lêem suas experiências de vida segundo determinados valores acerca do desenrolar de desafios e respostas, ainda que a situação de conflito entre eles e a madeireira seja bastante distinta daquelas envolvendo disputas entre iguais. Tanto nas experiências de Justina e de João, descritos no item anterior, quanto na de Sebastião, prevalecem estratégias de não-enfrentamento. Nesse último caso, porém, a questão se complexifica, já que o *posseiro* busca, entre outros, ser cordial com os *jagunços*, perseguindo a reciprocidade desse comportamento. Muitas vezes ele pôde ser bem-sucedido, pois nem todos os *jagunços* agiam tão desmedidamente ao ponto de não respeitar minimamente a humanidade de seu vizinho. Com isso, as pessoas que falam das histórias de Sebastião ressaltam que ele foi capaz de não dar argumentos para que os *jagunços* cumprissem com o seu plano de matá-lo e retirar sua família de Rio Bonito.

4.3 . “O ESPÍRITO SANTO NÃO PEDE LICENÇA PRA DEUS PRA ATENDER E CASTIGAR”: OS ENFRENTAMENTOS DOS OLIVEIRAS

Assim como a família de Seu Sebastião, os Oliveiras de Cascatas também relembram diversos *jagunços* que viveram em seu terreno de posse. Entretanto, se a resistência de Sebastião é rememorada por seus filhos a partir do enfrentamento pacífico e da construção de relações com os homens armados pela madeireira, os Oliveiras salientam em suas histórias experiências de denúncia e de elaboração de defesa pessoal, que se remetem ao contexto inicial de organização da AFATRUP. Mas para além dessa instância político-organizativa que ampara os *posseiros* especialmente em sua fase mais intensa de conflito com a Zattar, os enfrentamentos dos Oliveiras constituíram-se a partir da união de Seu Camilo e das respectivas famílias de seus filhos em prol de retirar os *jagunços* de suas terras.

Em suas narrativas, Camilo, e mais enfaticamente Damião, invocam tanto a presença de seus ancestrais naquelas áreas, quanto as ofensas que consideram como ponto de partida para suas contra-respostas. Por outro lado, há diferenças consideráveis nos tons e na elaboração dos discursos: enquanto Camilo rememora sua experiência enfatizando sempre ofensas injustificáveis, Damião salienta o seu poder de enfrentar os *jagunços* – tanto por suas características pessoais de bom atirador quanto pelo auxílio de forças mágico-religiosas. As falas do filho mais velho de Seu Camilo encaminham-se para a afirmação de que a ele coube a tarefa de, nessa situação, tomar as dores de toda a família e encarnar a posição de articulador das ações que fariam com que os Oliveiras permanecessem em suas terras.

Como salientado no capítulo anterior, a família Oliveira liga-se, por parte da falecida esposa de Seu Camilo, a João Pedro Gomes, considerado o fundador de Cascatas. Os pais de Camilo, nascido nessa mesma localidade de Pinhão, vieram na década de 1920 de Taió (SC), região que fora afetada pela Guerra do Contestado. Nos relatos desse senhor e de seus filhos, é a experiência dos antepassados como frente pioneira da ocupação territorial dessa localidade que legitima a posse da terra e permeia as lembranças do enfrentamento com a madeireira. Nos termos das narrativas, persiste a idéia de

que “o Zattar” não poderia ser dono daquele lugar, pois ele nunca esteve lá. Em contraposição, Camilo e seus filhos percebem seu direito sobre as terras como baseado em sua presença histórica sobre o território de Cascatas. Assim, os próprios discursos invocam o conflito entre o direito costumeiro e a nova lógica de propriedade em processo de imposição por parte da empresa.

Damião é reconhecido como referência, dentro da família Oliveira, quando o assunto em questão são as histórias do tempo dos antigos e do monge João Maria, bastante reverenciado na região⁵⁸. Ao narrar a chegada dos seus antepassados por via materna, Damião se remete à guerra do tempo de Gumercindo Saraiva, mas não explica exatamente de que evento se trata e quais eram as partes guerreando. Segundo fontes históricas, Saraiva foi um dos condutores militares da marcha da Revolução Federalista pelo Sul do Brasil (Balhana, 1969, p.192), iniciada no Rio Grande do Sul em 1893. Em sua marcha pelo Sul, rumo à capital republicana, Gumercindo Saraiva dirigiu-se para Santa Catarina, e depois para o Paraná, totalmente hostil aos revolucionários. No relato de Damião, a experiência de seu bisavô com essa guerra é o evento acionado para explicar o passado daqueles que foram os primeiros moradores de Cascatas:

Damião: Eles vieram aqui de perto de Curitiba, tem um lugar ali com o nome de ... Daí eles vieram dali, moraram um bom tanto em Mallet, Pátio Velho, Covalzinho, Serra da Esperança. Dali desse lugar, que eu não sei se do Pátio Velho, ou Mallet, ou fosse da Serra da Esperança, eles vieram de a pézinho, puxando um cargueiro, pra vir nesse lugar. Esse João Pedro Gomes, era bisavô delas, deles lá (*dos Reis*), e bisavô meu. Daí no caso eles contavam bem, os meus avôs, contavam bem contado e eu gravava... Daí eles vieram bem sofrido nesse tempo, o velho era comandante na guerra, no tempo do Gumercindo Saraiva. Ele era comandante, até trouxe de lá uma adaga com...e usava aquela adaga. Trouxe a família, é, um cargueiro de tralha. Uma criança de repente tava cansada, às vezes ponhava

⁵⁸Embora o monge que participou da Guerra do Contestado seja oficialmente reconhecido como José Maria (Queiroz, 1981), de meados do século XIX até o início do século XX dois outros monges chamados João Maria perambulavam pelo Sul do Brasil, profetizando eventos e curando pessoas. Nos termos do conhecimento popular, os três monges são concebidos como um só, o “São João Maria”, reverenciado em especial através dos olhos d’água por ondepassou em suas caminhadas pelo sertão. Nessas águas abençoadas, os moradores de Pinhão acreditam que é bom batizar crianças contra o que eles chamam de “tosse comprida”, espécie de tosse seca, que demora meses para sarar. Em uma localidade próxima à Zattarlândia, há um morro com um Cruzeiro em seu cume, o qual, segundo relatos de um senhor da região, foi erguido a pedido do monge, para proteger os moradores do local que haviam sido recentemente atacados por um dragão. Essa cruz protegeu-os posteriormente de um ataque de cobras, as quais haviam infestado uma lagoa. A crença em João Maria e os relatos de pessoas que afirmam tê-lo visto em algum momento da vida, são comuns em Pinhão.

no cesto, de repente pnhava e na garupa do cargueiro, e vieram. Ele trouxe essa imagem do Divino. Tinha a imagem do Divino e fez um pedido ao chegar aqui. Que a havia da família, havia de ele terminar a vida dele aqui, tudo a família ia. Havia de viver a vida inteira e terminar a vida aqui no. Pra fazer a festa, ele queria fazer essa mesada de anjo como o pessoal vem fazendo aí. Pro pessoal fazer essa mesada de anjo, qual fosse ficando assumindo, e fazendo...pro pessoal não cobrar, o pessoal não cobrar, o...que fizesse não cobrar. Um pedido que ele fez. Por causa do sofrimento assim, tempo da guerra, a pessoa passa várias coisas né. Sofrimento, depois uma mudança de longe pra vir, cansativa, a pézinho...E de certo por tudo essas coisas que até a gente venceu alguma coisa, né. Que a família...tá aí né (risos).

A partir do relato de Damião, tem-se que a família de João Pedro Gomes viera com sua esposa e filhos ainda pequenos de um lugar próximo a Curitiba, numa errância que os trouxe até Pinhão. Comandante na Revolução Federalista, Gomes, de um modo que não fica claro, vive uma experiência que se caracteriza como a fuga da guerra e a busca de um espaço de paz. Para tanto, ele afasta-se do próprio exército, e traz com ele uma imagem do Divino Espírito Santo, Padroeiro de Cascatas. A promessa feita por João Pedro Gomes é todos os anos cumprida por seus familiares e vizinhos em dias próximos a Pentecostes. A mesada de anjo, então, une as famílias Reis e Oliveira, marcadas pelo conflito envolvendo a madeireira e unidas por um antepassado comum. Para Damião, o sofrimento desse passado que ele não viveu e a promessa feita pelo bisavô, são indicados como eventos que podem fundamentar o fato de sua família ter conseguido resistir naquelas terras até hoje. Ao dar continuidade ao seu relato sobre o “tempo dos antigos”, ele relembra a experiência de um de seus tios (irmão de sua avó materna), que lutara na Guerra do Contestado e na Revolução de 30:

Damião: É uns causos antigos assim que eles contavam. Das revoltas. Sempre tava em revolta nesse tempo. Daí teve depois a guerra do Getúlio Vargas, a guerra do Getúlio começou em trinta e terminou em trinta e seis. A guerra do, deu a guerra dos fanáticos, a Guerra do Contestado. É, aquela guerra terminou, o último combate foi ali em Irani, pra cá de Palmas um pouquinho, pra cá de Palmas, numa cidadinha por nome Irani, o último combate terminou ali. Esse o meu tio era, foi comandante nessa guerra do Contestado (...). Guerra dos jagunços. Meu tio foi comandante nessa guerra, contava bastante... Comandou mil duzentos e cinquenta soldados de Mafra, é, de Mafra a...Lages. De Mafra a Lages ele levou mil duzentos e cinquenta soldados, comandado por ele. De Mafra ele foi com uns duzentos e cinquenta. Chegou lá, cercaram a cidade de Mafra, fizeram umas trincheiras, fizeram umas trincheiras... do lado de cá do rio ali. Daí no raiar do dia, que era tudo no raiar do dia, entraram com um carrinho, bandeira branca e bandeira vermelha, por dentro da

cidade. Tinham trancado tudo as saídas. Durante a noite eles trancaram, fizeram a trincheira e trancaram as, tinha quatro saídas, trancaram as quatro saídas. Clarear do dia entraram com o carrinho por dentro assim da vila onde tem o comércio, entraram com aquele carrinho assim, bandeira branca e bandeira vermelha. Aí o, lá em Lages, duzentos, mais mil soldados acompanhou ele. Ele foi pra frente com mil duzentos e cinquenta soldados. Daí disse ele que pesou a coisa lá, daí tiraram a relação de tudo o gasto daquela soldadera...(risos).

Dibe: Devia dar bastante...

Damião: Diz que até ali não tava muito, mas daí pesou. Daí é, disse ele "Graças a Deus" chegou o ano de 36 que deu o final da guerra, terminou aquela Revolução daí ele pegou já, meio pro lado final. Ainda bem, né? (risos)

As referências feitas por Damião ao tempo de seus avós e bisavós têm como ponto central um tempo de lutas e revoltas, que não só fundamentam a errância que marca a chegada da família a Cascatas, como também definem a mesma como uma descendência de bravos e religiosos guerreiros, cujas batalhas e caminhadas são marcadas pela presença do Divino Espírito Santo, representado tanto em imagem quanto através da bandeira vermelha e branca. A história contada pelo narrador desliza do Contestado para a revolta do tempo de Getúlio, conectando esses eventos, assim como a Revolução Federalista, a partir das experiências de seu bisavô, que fez o pedido ao Divino para que sua família permanecesse nas terras onde vivem até hoje. Ele aponta para uma data específica para invocar o fim da guerra, e não para indicar seu início ou a cronologia desses eventos, tal como concebido pela historiografia oficial. A maneira com que compreende esse período tem a ver com a idéia central que quer transmitir: a de que sua família nasce através de um período de guerras das quais participaram ativamente, e em meio ao qual encontram um refúgio territorial guardado por uma promessa ao Santo Padroeiro de Cascatas.

Justina, tia materna de Damião, entende que João Pedro Gomes, a quem ela chama de "pai velho", viera a Pinhão através de uma caminhada cujo ponto inicial estava no Rio Grande do Sul. Já Rosa, irmã mais velha de Damião, toma a Guerra do Contestado como o acontecimento que originou as andanças de seus antepassados, que teriam vindo de Santa Catarina. A promessa ao Divino é feita pelos bisavós muito antes de chegarem em Pinhão, com o intuito de que a família sobrevivesse à guerra e encontrasse um lugar onde pudesse viver:

Rosa: (...) Daí foi assim que, deu aquela guerra lá, que atingiu o Contestado em Santa Catarina. E daí nossos bisavôs fizeram aquela promessa pra saírem vivos com a família deles e se acampar num lugar que eles pudessem viver. Daí eles vieram de trem até em Curitiba, em Curitiba terminava a linha do trem. Daí se acamparam um pouco em Curitiba, mas não ficaram em Curitiba. Dali pra diante eles arranjaram animal, cargueiro assim, sabe? Carregaram até as crianças no cargueiro. De a pé, eles fizeram firme, caminhando pelo onde é que iam ficar. Até que vieram parar aqui nesse lugar. Era um matão. Não tinha morador nenhum. Daí diz que eles limparam um lugarzinho assim, começaram a se acampar, diz que o tigre gritava perto de onde eles tavam com as crianças.

Liliana: E aí veio que famílias nessa época Dona Rosa?

Rosa: As famílias? Pois os nossos bisavôs eu não lembro nem do nome mais dos velhos. Vieram se acampar ali, se a nossa mãe fosse viva ela sabia contar. Mas daí nós já foi passando assim do tempo e nós não lembramos agora. Daí se acamparam ali onde mora o meu pai, ali eles fizeram os primeiros acampamentos. Ali, mais pra frente, que eles vieram com umas três ou quatro famílias, tudo junto naquele grupo, sabe? Uns se acamparam mais pra lá, outro ali, outro mais assim, foram fazendo seus lugarzinhos com a sua moradia. E ficaram. Porque daí era um lugar que eles podiam ficar a vontade né, porque ninguém incomodava ali, o terreno assim, porque não tinha ninguém de dono, parece assim. Aqueles tempos era comum. E daí nossos bisavôs fizeram essa promessa pra levantasse a Igreja, no lugar que eles viessem se acampar, a Igreja do Divino do Espírito Santo. Fizeram a promessa pro Divino Espírito Santo, pra escapar dessa, dessa revolta. E daí, aonde eles se acampassem fazer essa Igreja e enterrassem as espadas, sabe? Enterrar, sepultassem as espadas. Diz que sepultaram pra frente, pra lá. Porque a Igreja já era pra lá. Daí veio mais pra trás.

No fim desse trecho, Rosa menciona novamente a promessa feita ao Divino, destacando agora que esse pedido tinha como contrapartida a construção de uma Igreja dedicada ao Santo, no lugar onde haviam escolhido viver. Ao lado dessa Igreja, segundo falas de outros moradores, havia antigamente um cemitério de crianças. Ali perto, os antigos “sepultaram” as espadas da guerra. Esses elementos tornam esse território um ambiente também sagrado aos olhos dos Oliveiras, tendo em vista sua própria visão da história de Cascatas⁵⁹.

⁵⁹ A Igreja do Divino Espírito Santo foi erigida, portanto, nos primórdios da comunidade de Cascatas, como parte da promessa feita ao Santo, Padroeiro da comunidade. Nos anos 1990, um senhor que morava no terreno da Igreja converteu-se, “passou para crente”, como costumam dizer os *posseiros* católicos, e, lançando mão de seu direito de posse e de uma estratégia de impedimento da realização de missas na Igreja (ele e seus pares religiosos entoavam cânticos justamente no horário das missas católicas, na frente da Igreja), conseguiu fazer com que os católicos mudassem a Igreja de lugar. Hoje, ela fica no terreno de posse dos Oliveiras.

Embora acionem diferentes referências espaciais, Rosa e Damião constroem uma imagem bastante parecida do tempo dos antepassados e da chegada em Pinhão. A Guerra e a promessa permeiam as narrativas de ambos, resultando, porém, em diferentes construções do passado. De modo que, enquanto Damião preocupa-se em falar dos feitos de Guerra de seus parentes, para Rosa, a Guerra é acionada exclusivamente como o evento que deu início às andanças dos Gomes. Nesse sentido, destaca-se a complexidade da construção das recordações, pois, mesmo sendo irmãos e provavelmente tendo ouvido as mesmas histórias, são bastante diferentes as articulações que Rosa e Damião marcam e relembram, acerca dos mesmos elementos de memória.

Por outro lado, a narrativa de Rosa levanta a imagem que esta possui do território naquele momento histórico de fundação da comunidade. Ela destaca sua percepção de que as terras onde sua família se estabeleceu não eram de ninguém, o que permitia que as pessoas pudessem instalar-se nelas sem grandes problemas. Esse modo de apossamento é fundamental para se compreender o processo de ocupação territorial de Pinhão: embora houvesse grandes proprietários e descendentes de sesmeiros nesse início de século XX, as terras “sem dono” e “comuns”, que dizem respeito ao próprio modo com que se articulava o “sistema faxinal”, compreendiam grande parte do território do município.

É a alusão ao “viver em comum” que marca o modo com que os descendentes de João Pedro Gomes – sejam eles Oliveiras, Reis, ou Gomes (sobrenome utilizado por Justina) – relembram o período entre seu estabelecimento em Cascatas e a chegada da Zattar. Esse “comum”, entretanto, dizia respeito não somente à tradicional territorialidade faxinalense, mas à própria unidade da descendência Gomes, que a partir das relações com a madeireira passaria por intensas transformações. Como já foi discutido, os Reis assumiram, então, a posição de intermediários, “amigos do Zattar” em Cascatas. Essa condição, somada ao cargo de inspetor assumido por João Reis e às suas atitudes de cumplicidade com o madeireiro, fazem com que, aos olhos de Damião, aquele senhor seja um *jagunço*. Justina Gomes, por sua vez, rememora sua relação com “o Zattar” a partir de uma aceitação da nova situação, ao mesmo tempo que procura recolher-se, distanciando-se do

conflito. Mas os Oliveiras não. Eles aceitam o contrato de arrendamento até o ponto em que a expulsão das terras começa a se tornar uma possibilidade real. É aí que o inimigo ganha corpo, e a família passa a enfrentar os *jagunços*.

Seu Camilo Oliveira relembra diversos desses homens armados que moraram em frente à sua casa. Foram quatro, dos quais ele considera somente um como “amigo”. A história desses *jagunços* residentes nas terras daquele *posseiro* tem início quando a madeireira vende o terreno (que tinha como seu), para o senhor Lúcio Moreira, oriundo de outro município do Paraná. No entanto, Lúcio não pôde obter a escritura da área em questão, pois a madeireira lhe vendera um terreno penhorado. Foi quando os *posseiros* de Cascatas se viram nessa situação, em que a empresa não só havia lhes proposto o arrendamento das terras onde já estavam, como também dera início a um processo de venda das mesmas, que o conflito se tornou mais grave. Por volta de fins da década de 1980, a realidade desses *posseiros* era a da iminência de um despejo. Foi então que sua revolta contra o madeireiro ganhou corpo.

Quando Lúcio adquiriu as terras onde estava a família de Seu Camilo, e mais algumas famílias de Cascatas, ele cercou as áreas e pôs placas ao redor delas, indicando que aquela era a “Fazenda Moreira”. Construiu uma casa, onde colocou primeiramente um homem que, ao mesmo tempo que os *posseiros* chamam de *jagunço*, também compreendem como uma espécie de “caseiro”, responsável por cuidar das áreas de Moreira. Esse senhor, chamado Augusto, é lembrado por ser uma “pessoa muito boa”, que tinha amizade com os *posseiros*, e frequentava a Igreja. A participação nesse espaço religioso é, do ponto de vista dos Oliveiras, algo que torna Augusto uma pessoa próxima, e o inclui na sociabilidade local. Esse senhor também é lembrado por desconsiderar as normas da Zattar, deixando que os *posseiros* praticassem suas atividades como de costume.

A transgressão de determinadas ordens, e a proximidade do *jagunço* a valores locais de sociabilidade, possibilitam que seja visto como mais “igual” aos *posseiros* que contam suas histórias. É nesse sentido que ir à igreja, parar na casa de alguém para tomar chimarrão, conversar, enfim, estabelecer relações de reciprocidade, implicam numa certa aceitação da profissão, vista como questão de “salário” e não de vontade de fazer mal a alguém.

Para Seu Camilo, Augusto foi o único “amigo” dentre os *jagunços* que moraram em frente à sua casa. Lúcio Moreira retirou o empregado de sua terra, quando percebeu que ele estava próximo demais dos *posseiros*. Trouxe então, de Santa Catarina, um homem chamado Alemão, que já trabalhava como *jagunço* naquele estado. Camilo considera-o uma pessoa “ruim”, que “incomodava” muito, já que não deixava os *posseiros* levarem adiante suas atividades costumeiras. Entretanto, Alemão não ficou por muito tempo em Cascatas. Logo, Lúcio Moreira saiu daquelas terras, já que não havia conseguido a documentação das mesmas. Acabou ganhando outro terreno da madeireira, em outra região do município.

Ainda na época em que Moreira tentava se estabelecer em Cascatas, a família Oliveira, com a ajuda da Igreja, começou a buscar meios de fazer valer seu direito sobre aquelas terras. Foi então que a mobilização de sujeitos que, como Camilo e Sebastião, sofriam ou haviam sofrido ameaças de expropriação por parte da empresa madeireira, deu origem à AFATRUP.

Com a saída de Moreira de Cascatas, a Zattar enviou o *jagunço* Geraldo, que não se sabe de onde veio, para morar na casa próxima à de Seu Camilo. O *posseiro* recorda esse homem específico a partir de um evento em que Geraldo pôs uma espingarda em suas costas, quando cortava taquaras escondido:

Camilo: Então daí nós se vimos apertados, não podia cortar uma taquara, não podia cortar uma vara, quase nem lenha podia haver. (...)E cortando aquelas taquara, fiz o feixinho de taquara, amarrei, feixotinho de taquara assim. De repente escutei um estralo, ele fez um estralo pra mim olhar. Eu olhei ele com uma espingarda calibre 20 armada em eu assim. Diz, "faz dia que eu acho roubo aqui" - falou assim - "faz dias que eu acho roubo aqui". Não era só eu que cortava, outros também cortavam escondido né? Tinha que se esconder, porque os jagunços não deixavam cortar aquela taquara. Então daí, com aquilo, quando eu atendi aquele estralinho, tava ele e o outro filho do homem que parava com ele aqui também, era dois jagunços que tavam aqui. Só gente perigoso, gente que fazia e desfazia. E eu atendo aquele estralinho, aquela espingarda, diz "achei o ladrão de taquara". Mas daí..."meu Deus do céu, que vale eu!" "Vocês aí são isso, são aquilo, achei o ladrão de taquara!" Faltava só ele atirar. A espingarda pronta, o revólver pronto (...).Daí o que é que eu havia de fazer? Concordei com ele! Vendo que ele atirava. Daí ele conversou um bom tanto, me insultou barbaridade. Aí, o que é que eu vou fazer? Disse pra ele, digo: "então não me deixa levar a taquara". "Não, não posso deixar, senão meu patrão me dá a conta". Daí eu, a gente, já tava orientado alguma coisa. "Daí o patrão me dá a conta." Eu perguntei: "o qual é que é teu patrão?" "É o Tião". Pois o Tião era empregado do Zattar. (...) Aí, ele "pois é", daí ele já me tratou

diferente, já disse "você, o senhor já é mais velho do que eu", disse "concorde comigo", diz "você devia de pedir pra cortar taquara, nós ali se enxergando". Eu disse: "pra cortar taquara nunca pedi licença pra ninguém". Tava brotando a taquara assim, então onde tem a taquara mais velha tava brotando outras. Daí eu disse "pois é, e essa que eu cortei, olha aqui, brotando". Mas daí ele: "ainda tem o que me responder?" Mas não podia responder nada... Concordei de novo, "pois é, mas tá brotando, eu tiro essa e". "Não me fale nada!" Não podia, mas daí disse pra mim, "daí você concorde comigo que eu arrumo um jeito bom pra você. Concorde comigo. Você veja, uma corda, uma corda pode ser comprida como for, tem um lugar que ela é rucidinha. Onde é que arrebenta essa corda, é lá onde é forte ou é aqui onde é fraco?" E eu não respondi ele. Diz ele, "pode vir, arrebenta ali onde é fraco. Os patrão lá são bem, e vocês de uma fraqueza aí, quem é que perde essa questão? É vocês, não é o, não é arrebentar onde é forte a corda, arrebenta ali onde é fraco, vocês são pobre, são precisado. Você concorde comigo que eu dou um jeito pra vocês". Eu disse, digo: "não posso concordar!" Daí eu arreminei! (risos) (...) "Não posso!" Eu disse pra ele: "nós não tamo pra brigar com vocês", aí eu falei pra ele. "Nós não tamo pra brigar com vocês, nenhum de nós posseiros. Nós tamo correndo pelos nossos direitos. (...) Eu não to pra brigar com ninguém, nunca briguei, não quero brigar, e tenho até medo dessas coisas. Mas quando me agridem, o que é que eu vou fazer? Mas me levem, se eu não presto pra vocês me levem lá onde eu vou levar, porque eu vou levar vocês lá". Ah, daí ele foi amoderando, amoderando. Daí cheguei aqui na boca da noite, tava indo buscar um milho verde ali na planta, trouxe aquele milho verde e vim. Não me deixou levar a taquara! Não me deixou, de tipo nenhum. E disse, "se você é tanta coisa se abaixe pegar essa taquara, se abaixe ligeiro, pegue essa taquara", com a espingarda pronta. Eu ia ser bobo? (risos)

No dia seguinte a esse acontecimento, Camilo e seu filho Damião foram buscar as taquaras cortadas. Passaram com elas em frente à casa onde Geraldo morava, e colocaram-nas na porta da moradia de Seu Camilo, para que o *jagunço* visse que o *posseiro* não havia cumprido com suas ordens. A partir do ocorrido, portanto, Camilo assume uma postura de quem não admite as ofensas que recebeu. A ameaça sofrida numa ocasião em que estava desarmado, retirando um vegetal abundante na região e sem nenhum valor comercial, a acusação de roubo, a inexistência da possibilidade de diálogo, e a provocação segundo a qual Camilo era "fraco" e não teria chance nenhuma contra a madeireira, configuram, segundo o olhar do *posseiro*, agressões severas que ferem a sua honra individual. Ele então enfrenta o *jagunço*, falando que o denunciaria na polícia. Ao afirmar que "já tava orientado de alguma coisa", Camilo remete-se ao contexto de finais dos anos 1980, em que a AFATRUP já existia e os *posseiros* buscavam, junto a instâncias jurídicas e políticas, apoio para a sua causa.

Camilo afirma que “não estava para brigar”, no entanto, “quando me agridem, o que é que eu vou fazer?” Nota-se, nesse sentido, que ele entende suas ações como contra-repostas a outras, previamente realizadas pelos *jagunços* e tomadas como ofensivas. No dia seguinte à situação em que fora ameaçado, Seu Camilo pega as taquaras e exhibe-as em frente à sua casa, demonstrando que não aceita subordinar-se a Geraldo. Vê-se, assim, que ele responde a uma provocação, dando outra em troca.

Dalva, filha de Camilo, afirma que a ruindade do *jagunço* ultrapassava o fato de ter ameaçado matar o pai dela. Segundo Dalva, Geraldo espancava a esposa e os filhos, e batera na esposa quando ela estava grávida. Além disso, Dalva se lembra dele como um feiticeiro, que vivia colocando “despacho” nos matos. Aqui, a relação de Geraldo com práticas mágicas é acionada para reforçar um estereótipo ruim, tendo em vista o caráter negativo da feitiçaria no cotidiano, quando ela é utilizada para fazer mal a outrem⁶⁰. Por outro lado, percebe-se que Geraldo distingue-se dos demais moradores de Cascatas, por participar de uma religiosidade diferente, a qual é localmente estigmatizada como algo ruim.

Depois que um delegado que era favorável aos posseiros entrou para o corpo policial de Pinhão, houve um dia em que Geraldo veio “incomodar” a família de Seu Camilo, tomando a erva-mate que eles haviam colhido. Eles deram queixa na delegacia, e Geraldo recebeu então uma intimação para comparecer perante o delegado. Nos termos de Dalva, com isso o *jagunço* “ficou louco”, disparando um tiro dentro da própria casa e brigando com a mulher. Ao prosseguir com sua narrativa acerca de Geraldo, Seu Camilo afirma que ao ter sido interrogado, diante do delegado, sobre quem era seu chefe, o *jagunço* respondeu que era Tião. Segundo o *posseiro*, foi por ter “entregado”

⁶⁰Acerca do tema da magia, Liliana Porto (2007), em etnografia realizada no Vale do Jequitinhonha (MG), afirma que nos discursos que remetem diretamente a interações face-a-face, a feitiçaria é destacada por seu caráter “negativo”, representando valores como “a ausência de união na comunidade, a força da inveja e a capacidade do outro de provocar os piores males por motivos muitas vezes irrelevantes” (Porto, 2007, p.224). Ao longo de minha pesquisa de campo em Pinhão, ouvi comentários sobre feitiços feitos por mulheres para prender homens, geralmente casados. Estes feitiços são tidos como causadores de infortúnios, comopor exemplo doenças, às esposas dos homens visados. Por outro lado, Dalva fala em “despacho”, o que remete não somente à feitiçaria cotidiana, mas à religiosidade afro-brasileira, distinta da religião católica dos *posseiros* de Cascatas, e também amplamente combatida pelo catolicismo, ao longo da história do Brasil (ibid, p.214).

aquele que era o “comandante dos *jagunços*” que a madeireira retirou Geraldo dali. Não se sabe para onde ele foi.

Quando Tito, último dos *jagunços* a passar pela casa em Cascatas, foi enviado para exercer sua função naquela localidade, a estratégia dos Oliveiras já estava traçada. Eles não só continuariam a retirar erva-mate e executar suas atividades normalmente, como também se uniriam a outros *posseiros* para se defender e expulsar os *jagunços* de lá. Foi a união de Damião, de Marcelino (genro de Camilo) e de outros dos filhos e parentes de Camilo, que deu o tom desse período mais intenso do conflito vivido pelos Oliveiras em Cascatas, já no início dos anos 1990. Em seu próprio discurso, Damião assume a posição de defensor do pai e da mãe, centralizando a responsabilidade das ações daquele período em sua pessoa. No trecho a seguir, ele fala do início da mobilização *posseira* em Cascatas e das subseqüentes ameaças que ele e seus parentes tiveram de enfrentar:

Damião: Junto com a fundação da AFATRUP daí já tivemos mais um apoio, uma Associação, fundemos uma Associação ali pra ter uma entidade do nosso lado porque prefeito era contra nós, sindicato aqui não dava apoio pra nós, era só apenas a Igreja que nós tinha. Quando nós fundemos a entidade daí já tivemos um apoio. E um apoio ali, daí busquemos o apoio dos... de Pitanga, dos sindicalistas. Aí quando houve um conhecimento do juiz, da causa, aí o juiz tomou bem conhecimento, veio... um Doutor, o Dr. Fernandes e o Dr. Santos. Tomaram bem conhecimento da, da nossa causa, da nossa história, tudo... de posseiro. E com mais duas ou três audiências, mesmo que as testemunhas não falavam a favor de nós porque tinham medo do Zattar, tinha muita dificuldade pra entrar com uma ação, porque as testemunhas que nós arrolava tinham medo de...

Dibe: Mas imagine né, com os pistoleiros rodando por aí, imagine...

Damião: Mas mesmo com isso, o juiz tomando bem conhecimento da nossa causa, nos deu a liminar de posse a favor. E eles recorreram. A lei do município recorreu à lei do estado, e daí no federal. Só porque nós ganhamos no município, nós ganhamos no estado e ganhamos no federal. Mas não por depoimento das testemunhas porque eram muito fracos, eles tinham medo de falar. Não, não tinham coragem de abrir a boca pra falar a verdade por causa do medo dos pistoleiros. Falar na, na delegacia ou no Fórum até que era fácil, mas daí chegava em casa começa a ficar...dali pra desembarcar, pra vir pra cá, era complicado né.

Dibe: E o senhor não tinha medo não, Seu Damião?

Damião: Do medo sai a coragem... (risos)

Dibe: Mas eles assustaram o senhor por causa disso?

Damião: Assustaram, assustaram, assustaram não, fizeram até espera, bastante espera, nós até de, deu uns aviso a gente quando lutamos pelo certo a gente tem proteção, deu uns aviso pra gente, a gente desviou, depois descobriram a espera que eles tavam ali. O nosso Padroeiro aqui, o Espírito Santo, é, o Espírito Santo não pede licença pra Deus pra, pra atender e castigar (risos). E a bandeira dele é vermelha, se a gente tiver com ele, ele tá com a gente, é ou não é?

Dibe: É...

Damião: Daí deu uns aviso, a gente desviou. Uma vez nós... por aqui, na saída nossa aqui, na estrada. Mulher do céu! Me deu uma, de vereda assim no passar...no passar por ali não tinha a Igreja. Ao passar na frente, que hoje é a Igreja, ali, acabou-se tudo a minha resistência. Mas eu virei um trapo assim! Eu não tinha, não governava as pernas, minhas carnes se esmoreceu tudo, e eu pensei assim, o que será que tá acontecendo contra eu? E me deu esses negócio aí, eu não podia mudar o passo mais, me esmoreceu tudo.

Dibe: Meu Deus!

Damião: E eu tava indo junto com o Marcelino, pra ele não fez nada, fez pra mim. Eu disse pra ele "nós neguemos essa encruzilhada e entramos por esse carreiro aqui". Passemos dali voltei de volta, voltou ao normal, tudo de novo. Saímos embaixo da serra e fomos pro Pinhão lá. Nós ia até fazer uma, registrar uma queixa pro, do pistoleiro. De volta quando nós viemos de lá encontramos um dos pistoleiros. Dois cachorrão, ele a cavalo, disse uma palavra assim: "mas que tal vocês! Foram no Pinhão, foram e voltaram bem, né?" Bem desse tipo assim, no encontro de nós. "Que tal vocês, foram no Pinhão e voltaram bem!" Não era só essa espera que tinha, tinha coisa lá no Pinhão pra nós.

O modo com que Damião constrói suas lembranças acerca do período mais intenso de conflito entre sua família e "o Zattar", invoca a mistura entre valores políticos e religiosos, acionados na definição de suas relações com os *pistoleiros* e de suas estratégias de resistência. Ao falar da mobilização da AFATRUP, e de agentes como os sindicalistas de Pitanga, o promotor Santos, e a Igreja, o *posseiro* reconhece que houve toda uma reviravolta no que diz respeito aos sujeitos que passaram a somar forças com o movimento em Pinhão. Essa virada permitiu, entre outras coisas, que pela primeira vez ações dirigidas contra a madeireira fossem julgadas. Ao mesmo tempo que fala desses outros agentes que uniram forças com os *posseiros*, Damião relembra que não havia testemunhas dispostas a deporem contra a madeireira. Assim, o filho mais velho de Camilo Oliveira coloca-se o tempo todo, ao longo de seu discurso, numa posição diferenciada perante as ameaças sofridas e os temores que seus parentes e vizinhos demonstravam em relação à empresa. Enquanto *posseiros* como os familiares de Sebastião, e o próprio Camilo, tendem a enfatizar em suas narrativas as ofensas recebidas, a fala de Damião é toda construída com o intuito de demonstrar a força desse *posseiro* perante o inimigo.

Num contexto onde as pessoas tinham medo de recorrer à justiça, Damião relembra, num tom permeado por risos e ironias, que não só buscava direitos para si e para outros camaradas de luta, como também que a sua

coragem de enfrentar o outro decorria da força do Divino Espírito Santo, o qual lhe dava o poder de prever as esperas e as armadilhas da jagunçada. Em outra conversa, que não foi gravada, Damião disse sobre sua capacidade de ficar imune aos olhos dos *jagunços*. Segundo ele, às vezes os homens armados da madeireira estavam passando no meio do mato, ao lado do *posseiro*, e não o enxergavam. “Era como se a gente ficasse invisível”, disse Damião, “parece que virava uma árvore”. Assim, se no caso de Justina, tia de Damião, a invisibilidade decorre de uma estratégia de silenciamento e afastamento do conflito, aqui, é a luta e o Santo que empoderam o *posseiro*.

Para Damião, seu diferencial político e estratégico está no fato de “ter proteção” do Padroeiro, um Divino Espírito Santo “que não pede licença pra Deus pra atender e castigar”. A ligação com o Santo, por sua vez, diz respeito à ligação de seus ancestrais com aquela terra. A relação com o território também se funda numa troca entre o Divino e os descendentes de João Pedro Gomes, que haviam trazido a imagem em suas caminhadas, fundaram uma Igreja e enterraram suas espadas em homenagem a esse Padroeiro, e cumprem, ano após ano, a promessa de realizar a mesada de anjo.

Ainda que contasse com a ajuda do Divino Espírito Santo, Damião também tinha sua arma de fogo, assim como tantos outros *posseiros*. No trecho a seguir, ele busca justificar sua escolha, ao mesmo tempo em que aponta para situações que, face ao conflito com a madeireira, deveria evitar:

Damião: Passar por riba umas três vezes, tentaram passar por riba da gente com o carro lá no Pinhão, e aqui no mato a gente tinha que andar desviando a espera e enfrentando. Daí eu tinha uma arma naquela época. Fui e falei com o Dr. Costa, promotor. "Dr. Costa...", contei tudo a minha história pra ele. Ele disse pra mim, "o teu revólver é...". Eu disse "não é registrado e nem...". Ele disse pra mim: "você faz o teu registro que eu libero você. Não chegue em baile, não chegue em festa, não beba, não vá em baile, bem escondido, eu te libero pra você carregar nessa situação que você tá de perseguido". Eu disse pra ele: "tudo o que o senhor, o cursinho que o senhor tá me dando, há muito tempo eu venho fazendo". E vinha mesmo. Porque bastante companheiro nosso já tinha morrido, a gente tinha experiência né.

Dibe: Em baile eles matavam?

Damião: Em baile, em festa, pinchavam num desses caminhão, às vezes tavam indo num caminhão daí jogavam lá de cima pra pessoa quebrar o pescoço embaixo.

Dibe: Credo!

Damião: E daí eu tinha tudo a experiência. Daí eu disse pra ele, "Doutor, tudo que o senhor tá me, me repassando aí, há muito tempo eu venho fazendo, por exemplo já de coisa que aconteceu com os companheiros da gente". (...) E...eu era, nesse tempo que o Dr.

Santos, o Dr. Costa me liberou pra eu andar armado, eu andava armado, mas eu mesmo disse pra ele: "Dr., eu quero por uma segurança pra mim, pra meus pais, tanto saber, que de repente". Porque eu desde pequeno fui atirador, meu pai liberou eu muito cedo, dez anos, pra mim é, atirar. E eu fui atirando, naquele tempo era comum, tudo podia usar arma. Não é que nem hoje, que hoje ninguém pode né. Mas naquele tempo era comum. E eu fui atirando. Mas daí eu disse pra ele: "Doutor, eu não quero com má intenção, de matar, e eles me matam porque estão me perseguindo pra matar. Eu escapo de espera, é, de repente eles me encontram, é, param... põem a mão dentro da... e ficam parado assim, esperando de certo o, que eu não dê as... pra eles ou fazer alguma coisa pra eles me matarem. Digo então eles me matam, mas na prática de arma de fogo, na prática. Eu não tenho arma de fogo por defesa, mas na prática que eu tenho eles me matam mas que eu firo um, eu firo, porque eu tenho muita prática (risos). Daí tem um, uma prova, uma testemunha pros meus pais não indefesos. Porque eu firo na prática que eu tenho, eles me matam, mas eu firo, algum deles sai ferido. Na prática que eu tenho." Daí ele me deu um conselho, "então não beba, não vá em festa, não vá em baile, não chegue em bar. Pra você resolver os teus problemas delegacia e Fórum, eu te defendo até a... se a polícia vier, de repente tirar o revólver, eu estou por trás de você". O delegado me disse a mesma coisa, a mesma coisa do promotor. Então Graças a Deus a gente teve o apoio das autoridades. Daí o Dr. Santos, o Dr. Costa tiveram sentados com nós aqui em nossas casas, tomaram conhecimento da área. Tinha tudo então pra eles julgarem mesmo a ação pra nós né.

Aqui, Damião traz um tema que é presente em grande parte dos relatos acerca de *jagunços*, e que mobiliza também aspectos do universo das disputas locais: as brigas em bares, bailes e festas. Nesse sentido, os homens armados pela Zattar também tinham fama de bêbados, que andavam pelas estradas com suas garrafas de cachaça, matavam-se uns aos outros em brigas de bar, e faziam algazarras por conta do álcool. É assim que o *posseiro* afirma ter sido orientado por uma autoridade policial do município a não andar nesses espaços. O problema, então, não era o armamento em si, mas sim o fato de que, dependendo do espaço em que fosse acionado, a justificativa de seu uso para a legítima defesa de Damião e de sua família poderia cair por terra. Assassinatos ocorridos em bares, no caso de Pinhão, muitas vezes acabam não gerando processos e prisões, mas são tidos como "brigas de bêbados", onde não haveria nada de realmente relevante que sustentasse a disputa, vista como decorrente do estado de embriaguez.

No entanto, o espaço público é tido como o lugar ideal para a resolução de problemas interpessoais. Histórias de brigas em bares, que acarretam em mortes, geralmente levam em consideração desafetos anteriores. Foi o caso, por exemplo, da morte de Sergipe, em que ele o homem envolvido na disputa,

segundo Joaquim, não se davam bem. Assim, o conselho do Doutor, para que Damião Oliveira buscasse somente as instâncias jurídicas e policiais oficiais para resolver seus impasses, tem a ver com o reconhecimento de que era por outros meios que os sujeitos de Pinhão buscavam resolver suas intrigas. Como afirmado no Capítulo 2, a “fama de valente” do município está amplamente relacionada a histórias de sujeitos que solucionavam seus problemas uns com os outros através de seus próprios meios individuais e familiares. Mais uma vez, portanto, Damião busca marcar um comportamento que o diferenciaria nesse circuito de confrontos entre homens armados: a freqüência a determinados espaços públicos, idealmente concebidos como lugares de brigas.

No trecho transcrito, Damião aciona sempre a arma como estratégia de defesa pessoal e familiar, como um meio para ferir, e não para matar. No entanto, em outra ocasião, na qual contava de cada um dos *jagunços* que passaram pela casa de Cascatas, o *posseiro* afirmou que quando chegou Tito, houve toda uma mobilização para tirá-lo daquelas terras. Nos termos de Damião, “quando chega a hora de morrer, tem que morrer”. A alusão à morte, aqui, não indica somente a possibilidade de se matar o *jagunço*, que vivia com sua esposa e filhos. Para além disso, o que está em jogo é a construção de uma estratégia de resistência, que através do relato de Damião, foi elaborada com o apoio da justiça oficial, de instâncias políticas e de forças mágico-religiosas, para retirar de uma vez por todas a presença das Indústrias João José Zattar S/A de Cascatas. Novamente, há todo um repertório de valores locais acionados na definição dessa resistência, através de relações que se constroem entre os *jagunços* da madeireira e os *posseiros* de Pinhão.

Em meio a esse processo de politização do conflito em Cascatas, e dos *posseiros* se armando para defenderem-se dos *jagunços*, a casa onde Tito vivia pegou fogo. Pouco tempo depois, ele e outros homens armados pela madeireira atiraram pesadamente contra as casas de Marcelino e Camilo. Ninguém foi gravemente ferido. Com isso, houve ações por parte da AFATRUP e da CPT para alertar o governo paranaense e o Ministério Público sobre a situação dos *posseiros* de Pinhão. A Polícia Federal e o Exército intervieram na região, prendendo vários *jagunços* da madeireira, e capturando o armamento pesado que esta guardava. Foi assim que os Oliveiras encontraram novamente

a paz em seu território. Com o fim da presença dos *jagunços*, Camilo e sua falecida esposa mudaram sua casa para o local onde ficava a residência de Tito, e lá permanecem até hoje.

A partir das narrativas aqui analisadas, tem-se a impressão de que os homens armados que trabalhavam para a empresa muitas vezes atuavam de modo parecido àquele que caracteriza o desenrolar das disputas interpessoais, entre sujeitos em posição mais ou menos igual, tal como ocorrem na vida cotidiana dos *posseiros*. Embora os *jagunços* muitas vezes aproveitassem o espaço público, e levassem em conta uma lógica de desafios e de respostas para fazer seus serviços, a questão, aqui, é distinta daquela que marca conflitos interindividuais e familiares. Ofensas desmedidas, que jamais haviam sido cometidas antes, assim como a lógica de territorialização dos *jagunços* para o policiamento dos *posseiros*, ultrapassam em muito qualquer experiência de embate entre iguais. Porém, se o conflito é novo, e estende-se a um nível distinto daquele das intrigas entre indivíduos e famílias, a pessoalização dos personagens que participam desse embate não só existe como também possui aqui um efeito poderoso. A empresa é amplamente percebida como um sujeito, “o Zattar”, e tanto quanto esse deslocamento invoca o prestígio da família madeireira em Pinhão, ele também opera no sentido de dar nome ao inimigo dos *posseiros*.

Como Weber afirma (1991, p.148), em casos de “dominação tradicional”, a resistência volta-se contra a figura de um senhor, e não contra o sistema como um todo. Grande parte das narrativas aqui analisadas não questionam os agentes que fazem parte da cadeia de ligações que permitiram que esse “Zattar” pudesse obter tantas terras em Pinhão. Ainda que compreendam que a empresa contou com o apoio de uma série de outros sujeitos, com os quais estabelecera relações pessoais, a crítica dos *posseiros* costuma dirigir-se à pessoa do madeireiro. Nesse sentido, se a própria empresa – como discute-se no Capítulo 1 – não se percebe enquanto unificada, já que existem fissões entre os próprios familiares que dela participam, os *posseiros* concebem-na como una, e como a mandante das ações dos *jagunços*.

Esses homens armados pela firma caracterizam-se pela sua ambiguidade, pela indefinição de seu caráter, e pela construção ou não de

relações com os *posseiros*. As possibilidades de travamento dessas relações não só se dão através de interações cotidianas, como também são percebidas, segundo os sujeitos que contam suas histórias, como permeadas por valores que marcam esse contexto de conflito. Se por um lado esses encontros caracterizam-se por sua novidade, devido ao seu próprio conteúdo, por outro, a imprevisibilidade que os marca é avaliada pelos *posseiros* de acordo com seus próprios valores acerca da honra pessoal e do ritmo dos desafios e respostas. Por isso a impressão de que os *jagunços* atuavam segundo esses termos. Nas narrativas, entram em jogo condições de respeitabilidade, aproximações e distanciamentos, comportamentos recíprocos. A pessoalização da dominação da empresa, então, ultrapassa a figura do madeireiro, refletindo-se sobre o modo com que os sujeitos organizam seus relatos acerca das experiências vividas ao longo do conflito, em especial acerca de sua interação com os *jagunços*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o termo *jagunço* não recorra em uma construção objetiva, mas só adquira sentido nas falas e contextos de relações dos *posseiros*, por outro lado os ideais de dominação encarados pela madeireira, mesmo que de modos distintos, perpassam essa realidade. É através da empresa que a presença dos *jagunços* ganha relevância nas narrativas das experiências vividas pelos *posseiros*. Evidentemente, pode-se dizer que, enquanto o conflito de terras adquire significados diversos segundo os agentes que dele tomam parte – sejam estes *posseiros*, *jagunços*, empresários, advogados, CPT, INCRA e demais órgãos públicos –, ele é múltiplo, variado. Porém, isso não implica em que não exista enquanto realidade palpável.

Houve aqui todo um esforço para desconstruir esse campo aparentemente dicotômico, e analisar as várias possibilidades de arranjos e laços que são organizados a partir dele, tornando aquela que seria uma “forma de sociação” (Simmel, 1983), em uma rede de interdependências (Elias, 2008). Entretanto, trabalhar com um contexto em que dicotomias levam a complexidades, pode fazer com que a pesquisadora caia na armadilha de desconsiderar que os dualismos possuem aí um papel importante.

Se a reificação do conflito em dois pólos distintos e opostos impede-nos de percebê-lo enquanto processo e interação entre as partes que o compõem, ainda assim, é a percepção desse processo e das relações travadas através dele que sustentam a construção de oposições. Mesmo que seja possível que um *jagunço* torne-se *posseiro*, ou vice-versa, e que certos pertencimentos sejam bastante ambíguos, é a visão da madeireira como parte contrária que permeia os relatos aqui analisados. É ela, enquanto agente estranho, que é concebida pelos *posseiros* como elemento de criação de novas relações, e de alteração do curso daquelas que já existiam. De modo que a empresa é o ponto-chave da luta por terras que se constitui através dessa configuração. Sim, as oposições existem, e possuem sua eficácia.

Ainda que o presente trabalho não vá a fundo em assuntos como a organização de movimentos sociais e identidades, ele lança aspectos importantes para que, num momento futuro, esses temas possam ser

discutidos com maior consistência. Em diversos relatos de *posseiros*, a construção do movimento, a partir de 1987, surge como uma marca temporal. Não se trata de uma quebra para um momento completamente distinto, mas da expressão da continuidade de todo um processo que se desenvolve no tempo. Para além disso, ela reflete a inter-relação de sujeitos que, de diferentes maneiras, inseriram-se em Pinhão e, se não se identificaram como *posseiros*, tomaram parte em sua luta. É o caso da Igreja e de suas entidades, assim como dos membros do Partido dos Trabalhadores, então inseridos numa conjuntura política que não só refletia a reforma democrática do Estado brasileiro, mas também marcava sua caminhada inicial rumo ao alto escalão do governo. Nesse sentido, há várias lembranças de *posseiros* sobre as vindas do ex-Presidente Lula à Pinhão, por ocasião das eleições de 1989 e de 1994. Esses discursos invocam a amplitude que o conflito adquiriu, assim como a relação do Movimento com o PT.

Nas narrativas sobre o conflito, persistem avaliações de relações desiguais, que motivam os *posseiros* que dele participam a criarem, em um período específico, modos de identificação e de unificação em prol de certas estratégias de atuação. Com isso, não quero dizer que *posseiros* e madeireira representem lados homogêneos, e plenamente unificados. Como a discussão aqui proposta buscou abordar, ambos os lados estão inseridos em redes que se interpenetram em certos pontos, e se distanciam em outros. A configuração é complexa, mas ainda assim, os lados distintos de luta emergem a partir dessa diversidade. São determinadas posições, atitudes, solidariedades e compreensões, que fazem com que os sujeitos identifiquem-se mais com um lado do que com o outro. Essa identificação, por conseguinte, movimenta-se com os sujeitos, que podem, em outros momentos, rever e modificar sua posição de agente no interior do conflito.

Nesse sentido, grande parte das narrativas aqui trabalhadas sugerem uma distinção entre o “antes” e o “depois” do movimento. Enquanto o período anterior é marcado por reações individuais ou subjugações aos desígnios da madeireira, os eventos posteriores ganham um caráter mais coletivizado de resistência. Com a organização sustentada pela Igreja Católica, os *posseiros* utilizaram-se amplamente de um espaço que já conheciam, que era o de sua religião, para desenhar estratégias políticas. A partir disso, sujeitos que então

viviam experiências que, embora diversas, tinham como ponto de encontro a atuação da madeireira, passaram a compartilhar experiências e elaborar ações. A medida que mais e mais pessoas tomaram parte nesse lado, e passaram a publicizar denúncias e manifestações, o Movimento de Posseiros tornou-se um marco na história do conflito e da vida dos sujeitos que dele participaram. É assim que, nos relatos, o “antes” e o “depois” permite-nos perceber concepções de tempo que marcam a passagem de um período em que o conflito é visto de forma mais atomizada – segundo o sujeito que o viveu – para outro em que a luta coletiva constrói um “nós”, ainda que heterogêneo e também permeado por tensões.

Através de um movimento local, que foi capaz de unir milhares de pessoas em prol da divulgação e contestação de suas situações, os *posseiros* não só fizeram muito barulho em Pinhão, como conseguiram virar aquela que parecia ser uma condição inexorável. Ainda assim, o conflito entre eles e a madeireira revela que, independentemente dessas respostas ativas, o conteúdo de dominação que o sustenta não deve ser esquecido, ou esvaziado. Ele pode ser visto através das próprias redes de relações, através das quais a empresa constrói diferentes modalidades de atuação e de ampliação de poder. Sua capacidade de criar laços com instâncias jurídicas, cartorárias, policiais e políticas, é amplamente distinta da dos *posseiros*, a quem muitas vezes, por suas próprias condições de existência, esses acessos eram renegados. Em última instância, não há como competir com essa rede que, para além de tudo, determina os rumos da economia paranaense ao longo do século XX. As posições dos lados que constituem o conflito, portanto, não indicam sequer um equilíbrio relativo. São lógicas completamente estranhas que aí entram em contato, interação, e levando em conta o desequilíbrio de poder, geram eventos e situações que, se por sua novidade podem ser consideradas imprevisíveis, ainda assim, contém a característica de dominação.

Cabe ressaltar que esse conflito todo não desencadeou somente a identidade de *posseiro*. A presença hoje intensa do MST, assim como a recente atuação da Rede Puxirão dos Povos Faxinalenses em Pinhão e do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), são os ecos mais atuais de um

processo que vem se desenrolando desde a metade do século passado⁶¹. Hoje, não só os sem-terra ocupam e reivindicam áreas da madeireira, como sujeitos do próprio município que mobilizam a identidade de “faxinalense”, a qual diz respeito à sua própria territorialidade tradicional, também buscam regularizar seus terrenos. Num ambiente que já era tenso, as divergências entre os projetos políticos desses quatro movimentos tornam a realidade atual do conflito em Pinhão algo disperso entre essas organizações distintas, que também possuem aspectos em comum. Os próprios sujeitos que vivem esse contexto transitam entre essas entidades. De modo que um *posseiro* pode entrar na luta pela demarcação de Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) – procedimento para a demarcação de terras coletivas de *faxinais* – ou também acampar, junto ao MST ou ao MPA, em áreas que podem dar origem a futuros assentamentos.

Tem-se, então, que hoje em dia há muito mais estratégias de obtenção de terras e de construção de identidades políticas disponíveis para essa população. Contudo, desde a década de 1990, houve uma estagnação na criação de assentamentos na região, assim como nas sentenças de ações de usucapião aos *posseiros*. Mesmo com a existência de todas essas possibilidades e regulamentações jurídicas que reconhecem os direitos desses sujeitos, eles permanecem sem nenhuma garantia de obterem, de fato, esses direitos.

Para além da compreensão do conflito entre *posseiros* e Indústrias João José Zattar S/A, a pesquisa em Pinhão acarretou também na atenção ao processo de constituição do estado do Paraná ao longo do século XX. Assim, de um modo surpreendente, como sempre o é, a antropologia permitiu que eu ampliasse e questionasse a visão de minha própria história. Sou de União da Vitória, município que fica a pouco mais de 100 km de Pinhão, e faz divisa com Santa Catarina. União foi palco de eventos da Guerra do Contestado, assim como esteve na rota das perambulações do monge João Maria. Na década de 1950, meus avós paternos, imigrantes libaneses, estabeleceram-se lá como comerciantes, impulsionados pelo crescimento acelerado que o município

⁶¹ Enquanto a presença do MST em Pinhão remonta a fins da década de 1980, o MPA e o movimento faxinalense constituíram-se ao longo dos anos 2000, sendo portanto muito mais recentes do que o Movimento de Posseiros.

então sofria, devido à intensificação da exploração madeireira. Minha infância é marcada pela visão das muitas serrarias e das cotidianas passagens de trens e caminhões carregados de toras de madeira em minha cidade. Ao longo dos anos 1990, essas visões tornariam-se cada vez mais raras em União da Vitória, e a própria estrada de ferro, cuja construção havia motivado a Guerra no início daquele século, teve aquela parte de seu trajeto desativada. Entretanto, até conhecer Pinhão como pesquisadora, eu não tinha me dado conta dos tantos significados que a araucária possui para o Paraná e seus habitantes. Para mim, ela costumava ser o símbolo de uma natureza imponente e em risco de extinção. Muito mais do que isso, hoje a vejo como bem natural que representa também o poder de empreendedores que levaram o estado a altos postos da economia nacional, através de sua capacidade de domesticar e usufruir desse ambiente, que também representa o potencial e a riqueza econômicos do Paraná. Não fosse por isso, talvez essas árvores não tivessem sido elevadas à categoria de “símbolo” oficial do estado.

Ademais, a experiência em Pinhão fez com que eu me desse conta de minhas limitações pessoais frente a um ambiente tão tenso. Não há como sair ileso após ter ouvido histórias de vida de sujeitos que tiveram suas casas queimadas, suas famílias ameaçadas, seus parentes mortos, e sofreram perseguições de diversos modos. Os afetos me foram inevitáveis. Por outro lado, Pinhão é um lugar de muitos outros conflitos pessoais. Se as desavenças entre sujeitos existiam antes, ou ocorreram durante o processo de conflito com a madeireira, as intervenções da firma sobre a região fizeram com que algumas delas se tornassem ainda mais fortes. Isso sem contar as desconfianças mútuas entre as pessoas que lutam por suas terras.

Sim, Pinhão é terra de valentes, mas as pessoas não se matam à toa, no tiro puro, como consta na biografia de Miguel Zattar. Elas avisam. Publicizam não só suas intenções, mas também suas ações. Transcrevo, então, um trecho de meu diário de campo, referente ao mesmo dia que abre essa dissertação, em que Joaquim fora me buscar na rodoviária. Fomos então para a Cooperafatrup, onde, em uma conversa com mais dois outros rapazes que lá estavam, questões de enfrentamento entre iguais ganharam corpo:

Chegamos na Cooperativa. Lá estavam o filho de Dona Francisca, Anderson e Felipe. O filho de Dona Francisca lembrou que estivemos na casa dela. Mas ele logo saiu para lidar com feijão. (...) Aí começamos a conversar. Joaquim falou que no dia anterior eles haviam se divertido muito lembrando as histórias dos jagunços, e afirmou que, se hoje os Paulões da vida ainda estivessem por aí, o pessoal da Cooperativa estava é lascado. Ele sugeriu que seria interessante registrar, na pesquisa, essas histórias de jagunços, porque são coisas que eles viveram e que pouca gente sabe que acontecem aqui no Paraná. Eu falei que realmente meu trabalho está indo para esse lado, porque em todos os lugares que eu vou, de uma forma ou de outra, aparece a lembrança dessas figuras. Joaquim lembrou, então, da história do Tonhão Bastos, jagunço que foi assassinado aqui em Pinhão, na frente de um supermercado, em cujo andar superior funcionava a rádio comunitária. No que o locutor ouviu os pipocos, correu para ver e anunciou praticamente ao vivo na rádio o acontecimento. Lógico que eu já comecei a perguntar um monte de coisas. E quem assumiu o contar dessa história foi o Anderson.

Tonhão Bastos e Leandro eram dois homens que, como eles dizem aqui, trabalhavam de empreito. Significa que, de vez em quando, eles pegavam uns serviços, umas mortes para realizarem por aí, a mando de outros. Acontece que Tonhão e Leandro também trabalhavam com extração de madeira e venda de palanques, em terras vizinhas, sendo que cada um trabalhava para um patrão diferente (os donos das terras). Um dia, Tonhão foi tirar palanques no lado em que Leandro tomava conta. “Valentão”, como bem disse Anderson, ele espantou Tonhão de lá. Botou ele pra correr na base da espingarda. Tonhão fugiu, mas um tempo depois armou uma tocaia na estrada, com outros homens, e matou Leandro.

Nessa época, o filho de Leandro trabalhava num posto de gasolina. Um dia, Tonhão apareceu por lá, provocando o rapaz. No que o jagunço saiu do posto, esse rapaz e um colega saíram de carro atrás dele, seguindo-o pela cidade. Viram então ele entrar no mercado. Ficaram do lado de fora, só esperando ele sair para enchê-lo de tiros. Nessa hora Joaquim interferiu, dizendo que o rapaz fez questão de mostrar a cara para Tonhão, para que este visse quem era o seu assassino. E que saiu andando de carro como se nada tivesse acontecido. Realmente, nada aconteceu com ele, não foi preso, não foi socialmente isolado. Anderson disse que inclusive há um boato de que o filho de Leandro está de caso com a viúva de Tonhão. Nesse sentido, expressou que o rolo dessa morte é bem maior, e disse com meias palavras coisas que eu não entendi. Contou também que isso ocorreu mais ou menos no fim da década de 1990. Joaquim disse que nessa época esses caras ficavam livres porque tinham a polícia do seu lado, em especial na figura de um sargento que um tempo depois se matou, porque a mulher o traía.

Esses homens, pelo que entendi, não são considerados como verdadeiros jagunços, já que trabalhavam “de empreito”. Na verdade, inseri essa questão de como estou tentando entender a diferença entre guarda, jagunço e pistoleiro, e Joaquim me falou que a referência a pistoleiros é meio rara por aqui, já que o pessoal não usa muito esse termo. É engraçado porque eu o ouvi em Cascatas, nas palavras de Damião. Anderson e Joaquim falaram que Tonhão e Leandro eram daqui. Perguntei, então, por que será que esses homens viravam jagunços e pistoleiros. Joaquim falou que isso era mesmo coisa de sina. Felipe disse que isso é algo que tem a ver com a “cultura” do povo, que esse é um lugar onde os homens andam armados e são criados com espingarda desde muito jovens.

Esse trecho invoca questões significativas sobre o desenrolar de desafetos pessoais dentro de um contexto maior de conflito. Como se percebe, os dois sujeitos, envolvidos numa situação que deu origem a um embate e a consecutivas vinganças de ambas as partes, eram homens que tiveram um enfrentamento decorrente de sua relação com uma esfera mais ampla, correspondente ao trabalho que prestavam para madeireiros distintos. As Indústrias Zattar não aparecem nessa situação, mas permanece a visão de que a atuação madeireira está intimamente relacionada ao acionamento de homens armados. Os que aparecem nessa conversa não são concebidos como verdadeiros *jagunços*, mas aproximam-se do tipo *pistoleiro*, já que agiriam somente quando fossem escalados para determinadas empreitadas. No entanto, a ambiguidade permanece, já que o estopim do assassinato de Leandro tem a ver com o fato de este expulsar Tonhão de uma área de extração de madeira, a qual estava, de algum modo, guardando.

A partir disso, entram em ação as subseqüentes vendetas, permeadas, no discurso de Anderson e Joaquim, por questões de honra que predominam em disputas entre iguais. Ainda assim, poderíamos questionar se o fato de Tonhão matar Leandro teria a ver com elementos que se restringem à sua pessoa, ou se também se misturariam às ordens que recebia de seu chefe. Pelo tom do discurso dos *posseiros*, entretanto, a lógica que prevalece é a da disputa individual entre os sujeitos em questão. Isso porque o ponto final do embate é o assassinato de Tonhão pelo filho de Leandro, em plena luz do dia, no centro de Pinhão, em frente ao comércio municipal. O rapaz, por sua vez, tem sua ação legitimada, nesse relato, pela provocação que recebera – o fato do assassino de seu pai aparecer em seu local de trabalho e ter uma atitude desrespeitosa -, e pela visão de que seu ato se insere numa rede de eventos em que a vingança, nos termos locais, não só é aceita como também é esperada.

Assim, a morte de Tonhão, em sua ponta final, vira a questão pessoal de um filho que vinga não só a honra de seu pai, mas também a sua própria. Tem-se a impressão de que, não fosse o homem ter ido provocá-lo em seu trabalho, o final desse embate poderia ter sido outro. É como se Tonhão tivesse ultrapassado todos os limites de respeito, o que exigia do rapaz que o

matou uma ação que fosse pública, e em que sua face fosse mostrada. Nesse sentido, há uma certa concepção de justiça pessoal que permeia o modo com que os *posseiros* presentes falam desse acontecimento. E, por fim, ele acaba por se tornar ainda mais pessoalizado, quando Anderson lança mão do boato de que o filho de Leandro seria amante da esposa de Tonhão.

Diversos relatos acerca de embates entre sujeitos armados, ao longo do conflito com a Zattar, marcam uma certa dubiedade das ações, construídas no limiar entre uma lógica de dominação e de questões pessoais. Nesse sentido, é como se nesses encontros entre o modo com que as disputas envolvendo mortes se configuram no universo local, e a maneira com que a madeireira prossegue com suas estratégias de domínio territorial, emergissem novas concepções de violência e de vingança. O próprio Felipe, que estava presente na Cooperativa naquele dia, lançou o comentário de que a “cultura” local, expressa por uma sociabilidade em que espingardas delineiam a paisagem doméstica desde a infância dos sujeitos, explicaria por que havia tantos homens de Pinhão dispostos a ingressar na carreira de *jagunço*.

Na medida em que os próprios pinhãoenses reconhecem a marca de valente do município, o discurso sobre a violência, tal como foi abordado pelos *posseiros* ao longo da pesquisa em Pinhão, surge como uma nova questão. Ao falarem da violência no conflito, os sujeitos invocam tanto a relação com os *jagunços*, enquanto agentes de um modo de dominação, quanto fazem referência às especificidades da região, citando modos de compreensão de ofensas, e de desencadeamento de respostas sobre as mesmas. Intermediários de uma empresa que busca seu domínio territorial, e sujeitos que interagem com os *posseiros*, os *jagunços*, tal como são lembrados, indicam como, ao longo do tempo, essa violência se constrói não enquanto algo exterior e imposto a uma população local, mas na relação com ela, que lhe contrapõe respostas ativas, introduzindo novos parâmetros no jogo social. As situações de embate e enfrentamento armado traduzem, em certa medida, as novas respostas e a resignificação de valores que se dão nesse contexto de interação. Nesse sentido, cabe questionar como os próprios *posseiros* interpretam esses embates sangrentos ao longo do conflito, invocando idéias de violência, e de fazer justiça com as próprias mãos. Do mesmo modo, esse estudo sugere que seria interessante analisar como a “fama de valente” de

Pinhão e o uso de intimidação armada, em um projeto de dominação de territórios já ocupados, entram em disputa, através da interação entre os agentes, nesse universo de luta por terras.

Para tanto, é preciso também reconhecer que o desenrolar do processo de conflito no município tem muito a ver com o contexto regional em que se insere. O interior do Paraná, ao longo de todo o século XX, foi marcado por guerras e revoltas que ocorreram por todas as suas regiões, enquanto articulavam-se os avanços do capitalismo agrário por suas fronteiras. Todas as situações de conflito regional em que o termo “jagunço” apareceu, remetem, independentemente das características desses homens armados, a projetos de desenvolvimento econômico no interior paranaense. Desde a Guerra do Contestado até os embates em Pinhão, descortinam-se eventos marcados por derramamentos de sangue entre populações posseiras e agentes cuja lógica era a de angariar vastos territórios. Através do estudo desses eventos, pude não só contextualizar o *jagunço* em Pinhão, como também perceber que todos esses embates invocam junções de elementos locais específicos, e lógicas de dominação que pressupõem o uso de violência, seja esta informal ou mais institucionalizada. Por isso, outra questão que emerge desse trabalho diz respeito à manipulação, de ambas as partes do conflito, de concepções regionais e locais de acionamento de força armada, articulando novos parâmetros e estratégias de uso da mesma. Nesse sentido, as realidades de Pinhão podem nos dizer não só de como esse movimento regional de constituição de domínios agrários configura-se localmente, como também ampliar nosso conhecimento sobre experiências de lutas por terras no estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

BALHANA, Altiva Pilatti et alli (org). **História do Paraná, vol.1**. Curitiba: Gráfica Editora Cultural Paraná Ltda. (GRAFIPAR), 1969.

BAROJA, Julio Caro. Honra e vergonha: exame histórico de vários conflitos. In: PERISTIANY, J.G. **Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrânicas**. Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 167-186.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escalas: A experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.39-76.

BAYLEY, F.G. *Gifts and poison*. In: BAILEY, F.G. (org.). **Gifts and Poison.The Politics of Reputation**. New York: Schocken Books, 1971.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática. Precedido de três estudos de etnologia Cabila**. Oeiras: Celta, 2002 [1972].

CAMPBELL, J.K. A Honra e o Diabo. In: PERISTIANY, J.G. **Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrânicas**. Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian, 1971

CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988.

COMERFORD, John. **Como uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

(_____.) **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008

FABIAN, Johannes. **Moments of Freedom: Anthropology and Popular Culture**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1998.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado**. Brasília/São Paulo: Editora UnB/Marco Zero, 1990.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: A revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná**. Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

(_____.). As condições sociais de produção das lembranças entre os imigrantes ucranianos. **Mana**14 (2), Rio de Janeiro, 2008, p. 367-398.

HANNERZ, Ulf. *Being there...and there...and there?* **Ethnography**4(2), 2003, p.201-216.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERZFELD, Michael. *Honour and Shame: Problems in the Comparative Analysis of Moral Systems*. **Man**, New Series, vol.15, n.2, 1980, p.339-351.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1974.

LUCAS, Karin Adriane Hugo. **A formação dos educadores como eixo do desenvolvimento curricular: o Projeto de Educação dos Posseiros do Paraná (PEPO)**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP), 2009.

LUZ, Cirlei Francisca Carneiro. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava (1915-1974)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1980.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação Histórica. In: BALHANA, Altiva Pilatti et alli (org.). **Campos Gerais: Estruturas Agrárias**. Curitiba: Edição do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, 1968.

MARCH, Kety Carla de. **Entre promessas e reparações: processos-crime de defloração em Guarapuava (1932-1941)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2010.

MARCUS, George. *Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography*. **Annual Review of Anthropology**, 24, 1995.

MARQUES, Ana Cláudia. **Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8 (1), 1996, p.25-70.

MONTEIRO, Nilson. **Madeira de Lei: Uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar**. Curitiba: Edição do autor, 2008.

PALMEIRA, Moacir. [1977]. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. In: WELCH, C.A., MALAGODI, E. et alli. (org.). **Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas, vol. I**. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.

PARANÁ. Assembléia Legislativa. **Relatório da Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Paraná, organizada para verificar os conflitos fundiários no município de Pinhão**. 1991.

PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. **Memorando Interno do Instituto Ambiental do Paraná**. 11 de novembro de 1994.

PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. **Relatório Preliminar do Instituto Ambiental do Paraná sobre o conflito generalizado no município de Pinhão**. 1994.

PASSOS, Renato Ferreira. **O Pinhão que eu conheci**. Pinhão/PR: Edição do autor, 1992.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Jagunços. In: **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

(_____.) [1963]. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford A. et alli (org). **Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações clássicas**, São Paulo/Brasília:UNESP/NEAD, 2009.

PERISTIANY, J.G. Honra e vergonha numa aldeia cipriota de montanha. In: PERISTIANY, J.G. **Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrânicas**. Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição Social. In: PERISTIANY, J.G. **Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrânicas**. Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. p.3-15.

(_____.). Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol.5, n.10, Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

(_____.). *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History*. New York: State University of New York, 1991.

PORTO, Liliana. **A ameaça do outro: magia e religiosidade no Vale do Jequitinhonha (MG)**. São Paulo: Attar, 2007.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **A Revolta Camponesa de Porecatu: A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), 2000.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

RENK, Arlene. Uns trabalham e outros lutam: brasileiros e a luta na erva. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, 2000. p.239-258.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

SILVA, Joseli Maria. 1997. Processos Econômico-Sociais Regionais E Seus Impactos Sobre A Estrutura Urbana De Guarapuava-PR. **Revista de História Regional**, vol. 2, n. 1, Ponta Grossa, 1997. p. 9-42.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B., SOUZA, Roberto M. de. 2009. **Terra de Faxinais**. Manaus: UEA, 2009.

(_____.). **“Na luta pela terra, nascemos faxinalenses”:** uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais”. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2010.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: Um estudo sobre o terror e a cura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

VANDRESEN, Dionísio. Caso dos Posseiros. In: **Estudo da realidade brasileira, a partir dos grandes pensadores, para entender a história de expropriação das terras dos índios, negros e posseiros da região centro do Paraná**. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2004.

VELHO, Otávio. **Besta-Fera: Recriação do Mundo. Ensaios de Crítica Antropológica.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

(_____.) **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da *fronteira em movimento*.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** Curitiba: Litero-Técnica, 1985.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, vol.1.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WOLF, Eric. R. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. e RIBEIRO, G.L. (org). **Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf.** Brasília: Editora UNB. São Paulo: Imprensa Oficial. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 93-114.

(_____.) Aspectos específicos dos sistemas de *plantations* no Novo Mundo: subculturas das comunidades e classes sociais. In: FELDMAN-BIANCO, B. e RIBEIRO, G.L. (org). **Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf.** Brasília: Editora UNB. São Paulo: Imprensa Oficial. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 165-181.

WOORTANN, Klaas. “Com Parente não se Neguceia”: O Campesinato como Ordem Moral. **Anuário Antropológico 87,** Brasília/Rio de Janeiro: Editora UNB/ Tempo Brasileiro, 1990.